

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

MLT: O Movimento de Luta pela Terra
Um Movimento em Movimento

GILEAIDE SILVA COSTA

CAMPINA GRANDE – DEZEMBRO 1996

MLT: O Movimento de Luta pela Terra
Um Movimento em Movimento

GILEAIDE SILVA COSTA

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba em cumprimento às
exigências para obtenção do Grau de
Mestre.

Área de Concentração: Sociologia Rural

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

Campina Grande, Dezembro de 1996

MLT: O Movimento de Luta pela Terra
Um Movimento em Movimento

GILEAIDE SILVA COSTA

COMISSÃO EXAMINADORA:

MSc. Fernando Garcia de Oliveira
Orientador

Dr^a. Emília De Rodat Fernandes Moreira

Dr. Enric René Jean Durousset

Dr^a. Maria Barbosa Dias

Campina Grande, ____ de _____ de 1996.

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

A Helena e José Costa (meus pais), retribuo uma pequena parte do muito que fizeram por mim.

A Joane, Lula e Adroaldo Almeida, filhos da região cacauera, pelo incentivo constante.

A Carlos Gonçalves que sempre esteve presente, de diferentes maneiras, durante essa caminhada.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar profundamente os agradecimentos às seguintes pessoas e instituições que contribuíram e me ajudaram na realização deste trabalho:

— À minha família, que, mesmo à distância, entendeu a importância dos muitos momentos de silêncio, apoiando e encorajando nos meses que se passaram para a elaboração deste trabalho;

— À Coordenação e professores do Mestrado em Sociologia, especialmente a M^a Cristina de Melo Marin e Eric Droussset que muito contribuíram na fase final deste trabalho;

— A Maria da Conceição M. Cardoso Van Oosterhout (Lola), pela dedicação e atenção, e que pacientemente abriu atalhos nessa difícil caminhada;

— Aos que fazem o cotidiano do Mestrado de Sociologia: Vera, João e Rinaldo, pelo gostoso convívio;

— Aos colegas de turma: Mônica, Maurino, Ângela, Roberto, João e Lucira, pelas muitas experiências compartilhadas. Em especial, a Jackeline Feitosa, que carinhosamente sempre esteve próxima;

— À Capes pela bolsa-auxílio, o que me permitiu a realização do mestrado;

— Ao meu orientador Fernando Garcia, que soube pacientemente me conduzir nesse processo de dissertação;

— Aos alunos do mestrado, turmas 95 e 96, que de diferentes maneiras me incentivaram;

— A Clodoaldo Almeida e João Diógenes, meus orientadores no “âmbito privado”, que partilharam comigo os momentos de elaboração deste trabalho e que sempre me estimularam a alcançar a reta final. A eles devo o resultado desta dissertação. Valeu amigos!

— Ao “Consulado da Bahia”: Fagundes Pereira, Rui Portela, Olga Matos, Gildásio Santana e Pneu, pelos momentos de relaxamento e incentivo constante; em especial a Nivaldo Portela, que muito me ajudou a superar as dificuldades com a digitação do trabalho;

— Ao Sindicato dos Bancários (Itabuna-BA), STR de Itabuna e FETAG, pelo valioso apoio recebido;

— Às lideranças do MLT, em especial Evaldo Barreto, Etevaldo Barreto e Aldenes Meira, pela dedicação ao nosso trabalho;

— Aos acampados da fazenda Conceição, a quem jamais esquecerei, por dividir comigo suas experiências e acolher-me, carinhosamente, em seu meio;

— Aos órgãos: FASE, CPT, CEPLAC, pelas informações fornecidas;

— A Carlos Gonçalves, que dividiu comigo as alegrias e tristezas nessa caminhada e que sempre esteve presente e solidário em todos os momentos.

A todos agradeço sinceramente.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a trajetória específica de construção de um movimento social: o Movimento Social de Luta pela Terra (MLT), o seu contexto de surgimento e os princípios que contribuíram para a sua estruturação, visando apreender as suas singularidades, enfim o que o torna um movimento social de luta pela terra. A discussão deste trabalho insere-se numa problemática que envolve a relação movimento social e partido político. Nesse sentido, procurou-se compreender: Qual a relação existente entre o MLT e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)?

O MLT tem uma estrutura em nível da Bahia e originou-se na região cacauêira, mais precisamente no município de Itabuna, em decorrência de três processos concomitantes: a) O Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, intimamente ligado à crise econômica da região cacauêira, que acentuou o desemprego e provocou substanciais mudanças nas relações de trabalho; b) a dissidência ocorrida no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) a nível da Bahia; c) a interferência do partido político (PCdoB), na política rural da região.

Ressalta-se nesse processo, a estreita ligação entre o MLT, partido político (PCdoB) e movimento sindical, trabalhando em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, merecendo destaque o STR de Itabuna-BA. A influência do PCdoB pode ser percebida na estrutura do movimento fortemente baseado nos princípios e práticas defendidos por esse partido, a exemplo do *centralismo democrático*, e, a compreensão que este tem da estrutura agrária.

Em função do movimento ter uma estrutura a nível da Bahia as análises tomaram por base o acampamento Conceição, localizado no município de Ilhéus. Este acampamento representa o resultado de toda a trajetória do movimento, a partir da primeira ocupação: a fazenda Bela Vista. A Conceição constitui o primeiro projeto de assentamento na região cacauêira, e, seus membros, mantém uma ligação com o STR de Itabuna, que se materializa na ajuda financeira e direção política. Portanto, através do estudo desse acampamento pode-se perceber a relação das lideranças do MLT com os membros do movimento, ou seja, o cotidiano do MLT passa a ser percebido através desse grupo específico.

RESUMÉ

Ce travail a pour objectif d'analyser la trajectoire spécifique de la construction d'un mouvement social: le Mouvement Social de la Lutte pour la Terre (MLT). Nous analysons le contexte de son apparition, les principes qui ont contribué à sa structuration, de façon à connaître ses singularités, ce qui en fait spécifiquement un mouvement social de lutte pour la terre. La discussion de ce travail s'inscrit dans une problématique centrée la relation d'un mouvement social avec un parti politique. Nous avons cherché à comprendre: quelle type de relation existe entre le MLT et le Parti Communiste du Brésil (PCdoB)?

Le MLT est structuré au niveau de l'Etat de Bahia et son origine se situe dans une région de cacao, plus précisément dans le municiple de Itabuna. Il s'est construit à travers trois processus concomitants: a) Le Mouvement des Chômeurs du Sud da Bahia, étroitement lié à la crise économique de la région du cacao qui a aggravée le chômage et a provoqué des changements substantiels dans les relations du travail; b) la dissidence apparue au sein du Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans-terre (MST) dans l'Etat de Bahia; c) l'interférence du parti politique (PCdoB), dans la politique de la zone rurale de cette région.

Il a résulté de ce processus un lien étroit entre le MLT, le parti politique (PCdoB) et le mouvement syndical qui travaille en partenariat avec les syndicats de travailleurs ruraux, en particulier le STR de Itabuna-BA. L'influence du PCdoB peut être perçue dans la structure du mouvement, fortement basée sur les principes et pratiques défendues par ce parti, par exemple celui du *centralisme démocratique*, ainsi que par l'approche que celui-ci a de la structure agraire.

Du fait que le mouvement est structuré au niveau de l'Etat de Bahia, les analyses ont pris pour cadre le campement Conceição, localisé dans le municiple de Ilhéus. Ce campement représente le résultat de toute a trajectoire du mouvement, à partir de la première occupation, celle de la fazenda Bela Vista. C'est à Conceição que s'est constitué le premier projet d'assentamento dans la région du cacao et ses membres maintiennent un lien avec le STR d'Itabuna, qui se matérialise par l'aide financière et une aide dans la direction politique. A travers de l'étude de ce campement, on peut donc analyser la relation des dirigeant du MLT avec les membres du mouvement ou, autrement dit, le quotidien du MLT peut être perçu à través ce groupe spécifique.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I - A TRAJETÓRIA DA PESQUISA : A DIFÍCIL CAMINHADA	
1.1. “Você Escolheu um Tema Forte” : do Projeto de Pesquisa à Redefinição do Objeto de Estudo	5
1.1.2. O Trabalho de Campo	10
1.2. O Ambiente Onde se Desenvolveu a Pesquisa	21
1.2.1. Síntese da História Econômica-Social da Região Cacaueira	21
1.2.2. Itabuna-BA - “A Metrópole do Cacau”	31
 CAPÍTULO II - A CONTEMPORANEIDADE TEÓRICO-SOCIAL DO MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA	
2.1. A Trajetória de Luta pela Terra e sua Contemporaneidade	39
2.2. Movimento Social - Uma Problemática Conceitual	59
 CAPÍTULO III - “LUTOU, CONQUISTOU” - A TRAJETÓRIA DO MLT	
3.1 Origem do MLT: do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia ao Acampamento Conceição	75
O Movimento de Desempregados do Sul da Bahia	75
A Primeira Ocupação - Bela Vista	80
A Trajetória do Grupo: Bela Vista ao Acampamento Conceição	83
3.2. Acampados da Conceição: Aspectos de Vida	87
 CAPÍTULO IV - “MLT ESSA LUTA É PRA VALER” - INSTITUCIONALIZAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA	
4.1. Institucionalização do MLT	95
Dissidência com o MST	100
O Envolvimento do PCdoB	104

4.2. MLT: Princípios, Objetivos, Estrutura Interna e Estratégias de Ocupação	105
Objetivos do MLT	114
Estratégias de Ocupação	121
Estrutura Orgânica do MLT	123
4.3 Organização Interna do Acampamento Conceição	126

CAPÍTULO V - O MLT VISTO PELOS DISTINTOS ÂNGULOS

5.1. Relações com “Agentes Externos” e Mediadores	135
5.2. As Definições Acerca do MLT: Lideranças, Acampados e Representante do PCdoB	142

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
--------------------------------------	------------

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	159
---	------------

ANEXOS	172
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

“Eu sustento que a única finalidade da
Ciência está em aliviar a miséria
da existência humana”.

Bertold Brecht

A luta pela reforma agrária no Brasil tem uma longa trajetória, marcada por diversos movimentos que serviram como canais de expressão e organização dos trabalhadores na conquista da terra. Entretanto, esta luta vem ganhando ao longo da história diversos sentidos e significados. Hoje, ela passa a ser vista enquanto problemática social. É nesse contexto que se insere o Movimento de Luta pela Terra (MLT) — objeto de estudo desta dissertação — como um movimento social que se propõe a ser mais um canal de expressão dos trabalhadores na luta pela reforma agrária.

MLT: Um Movimento em Movimento, como o próprio título aborda, trata-se de um estudo de caso de um movimento social em processo de construção. A opção pelo estudo de caso não possui uma perspectiva de generalização, mas uma tentativa de apreender a singularidade da trajetória de construção do MLT e sua estruturação enquanto movimento social. Embora o trabalho seja um estudo específico, não inviabiliza que se mantenha um diálogo com os estudiosos de outros movimentos sociais, já que o tema aqui abordado se insere num âmbito maior de discussão, que engloba diferentes temáticas: movimentos sociais rurais, reforma agrária e movimento sindical, entre outros.

Este movimento (MLT) se circunscreve ao Estado da Bahia e foi originado na região cacaueteira, mais especificamente no município de Itabuna, em decorrência de três processos concomitantes: a) o Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, intimamente ligado à crise da região cacaueteira, que acentuou o desemprego e provocou substanciais mudanças nas relações de trabalho; b) a dissidência ocorrida no interior do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) na Bahia; c) a interferência de um partido político (PCdoB) na política rural da região.

Ressalta-se nesse processo, a estreita ligação entre o Movimento de Luta pela Terra, partido político (PCdoB) e movimento sindical, pois este movimento trabalha em parceria com os sindicatos de trabalhadores rurais, merecendo destaque o STR de Itabuna. A influência do PCdoB pode ser percebida na estrutura do movimento, fortemente baseado nos princípios e práticas defendidas por este partido, a exemplo do *centralismo democrático*, e, a compreensão que este tem da reforma agrária.

O objetivo desta dissertação é analisar a trajetória de constituição deste movimento social (MLT), o seu contexto de surgimento e os princípios que contribuíram para a sua estruturação, visando apreender as suas particularidades e singularidades, enfim, o que torna o MLT um movimento social de luta pela terra. A partir desse objetivo geral procurou-se responder às seguintes questões: Como se estrutura organizativamente o movimento, a nível de Estado e no acampamento Conceição? Qual a relação estabelecida pelo MLT com os agentes externos e mediadores? Quais as representações que os diversos membros têm do movimento? Que influência o PCdoB desempenha na organização, nos princípios e na formação das lideranças?

Em função do movimento ter uma estrutura a nível da Bahia, as análises tomaram por base o acampamento Conceição, localizado no município de Ilhéus. Este acampamento representa o resultado de toda a trajetória do movimento, a partir da primeira ocupação: a fazenda Bela Vista. O acampamento Conceição constitui o primeiro projeto de assentamento na região cacauzeira, e seus membros mantêm uma ligação com o STR de Itabuna, que se materializa na ajuda financeira e direção política. Através do estudo deste acampamento

pode-se, portanto, melhor perceber a relação das lideranças do MLT com os membros do movimento, ou seja, o cotidiano do MLT passa a ser percebido através deste grupo específico.

Não se pode deixar de enfatizar o papel do trabalho de campo na reestruturação do objeto de estudo e na delimitação do enfoque da dissertação. As entrevistas consistiram no principal instrumento de pesquisa e tiveram papel fundamental nesta dissertação, desde a delimitação do objeto de estudo até a escolha do título, pois o próprio objeto foi redefinido a partir da pesquisa com os informantes. Entre as diversas falas, uma foi de fundamental importância para se repensar todo o trabalho e por onde este caminharia:

O MLT tem uma coordenação, essa coordenação do MLT está ligada ao STR devido a sua necessidade comum, que realmente é necessário, e, o STR é ligado ao partido. Então uma ligação vem com a outra, é um elo de ligação que passa por entre os três foros: partido, sindicato e movimento (MLT).

A nossa discussão insere-se numa problemática que envolve a relação movimento social e partido político. Neste sentido, procurou-se compreender: Qual a relação existente entre o PCdoB e o MLT?

O MLT levanta questões instigantes que merecem ser ressaltadas: a trajetória particular de formação do movimento que, a partir do trabalho com desempregados, desembocou na luta pela terra; o aparelhamento partidário; a inserção no movimento sindical, mudando a prática dos sindicatos rurais da região; o papel particular das lideranças e a relação que estas mantêm com a direção do PCdoB e com os membros do movimento.

A dissertação está organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo são analisados os aspectos metodológicos do trabalho: a (re)definição do objeto de estudo, o trabalho de campo e a caracterização econômico-social do ambiente onde se desenvolveu a pesquisa.

O segundo capítulo trata de uma abordagem teórico-social da contemporaneidade do movimento de luta pela terra, e está subdividida em duas partes: a primeira reconstitui a trajetória política dos movimentos de luta pela terra, a partir dos anos 50, a fim de se compreender o significado da reforma agrária nas diversas conjunturas. A segunda discute a categoria de movimentos sociais dentro de uma problemática conceitual.

O capítulo terceiro reconstitui, num primeiro momento, a trajetória de formação do MLT, tendo como enfoque o Movimento de Desempregados do Sul da Bahia e a ocupação da fazenda Bela Vista. Em um segundo momento analisa a trajetória dos membros do MLT: da Bela Vista ao acampamento Conceição. O capítulo conclui-se com a análise deste grupo: os acampados da Conceição.

O quarto capítulo procura discutir a estrutura organizativa do MLT, abordando, de início, o processo de institucionalização do MLT, a dissidência com o MST e o envolvimento do PCdoB na organização do MLT. Em seguida analisa os princípios, objetivos, estrutura interna e estratégias de ocupação do MLT. Conclui com a análise da estrutura interna do acampamento Conceição.

O quinto capítulo procura analisar as relações estabelecidas pelo MLT com o movimento sindical rural, com o PCdoB e com o MST. No segundo momento, são analisadas as diferentes concepções sobre o movimento, a partir dos depoimentos das lideranças, acampados e representante do PCdoB.

As considerações finais discutem a relação MLT e PCdoB, enfocando os diversos momentos desta relação. Buscou-se, ainda, analisar o MLT enquanto movimento social de luta pela terra.

CAPÍTULO I

“O historiador tem que estar permanentemente alerta. Não deve começar um livro ou um projeto de pesquisa com um sentido totalmente claro daquilo que vai poder fazer exatamente. O material mesmo deve falar-lhe”.

E. P. Thompson

1. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: A DIFÍCIL CAMINHADA

1.1. “Você Escolheu um Tema Forte”: do Projeto de Pesquisa à Redefinição do Objeto de Estudo

O nosso interesse em estudar o Movimento de Luta pela Terra tem um conjunto de motivações — empíricas, afetivas, políticas — que determinaram a escolha deste objeto de estudo, e que influenciou toda a nossa caminhada. Reconstituiremos essa trajetória, a fim de buscarmos o significado que este tema assume em nossa vida.

O grau de relacionamento com a área onde se desenvolveu a pesquisa, região cacauera, especificamente o município de Itabuna-BA, constitui-se numa das principais motivações, e está intimamente ligada ao nosso contexto de vida. Natural daquela região (Ipororó-BA), convivemos desde cedo com as peculiaridades que a caracterizam, fortemente marcada por uma estrutura de poder com características coronelísticas, que se ressalta através da “opulência” do cacau.

Neste processo de relacionamento com a região cacauera, passou a inquietar-nos, desde o Curso de Graduação, a necessidade de realizar um estudo específico que viesse a contribuir para o não reforço dessa ideologia de “opulência” do cacau, ainda tão presente na região, apesar da grande crise econômica em que esta cultura está mergulhada.

A nossa inquietação aumentava à medida que tomávamos conhecimento de alguns trabalhos realizados por pesquisadores, professores, programas da TV local etc., que contribuíam para reforçar a imagem da região como “pacífica”, que buscavam esconder os

antagonismos de classe, e utilizavam adjetivações, tais como: “cacau fruto do ouro”, “terra das Gabrielas” etc., mesmo com a grave crise econômica, que se acentuou nas três últimas décadas.

O agravamento dos conflitos sociais no campo, ocorridos na região a partir da década de 80, como reflexo imediato da crise do cacau, tornou-se assunto constante nos meios de comunicação local. Esta questão passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, e trouxe para o conjunto da sociedade novos problemas: favelização, aumento do desemprego, crescimento da violência urbana e rural, etc. Tudo isto deslocou a nossa preocupação para estes assuntos.

A leitura do livro de César Barreira: *Trilhas e Atalhos do Poder*, durante uma disciplina do Mestrado — “História do Nordeste” — forneceu-nos argumentos para uma abordagem mais geral do problema. A análise que trata da prática política e movimentos sociais, na qual o autor destaca o papel dos novos mediadores: Igreja, Estado e Sindicato, nos conflitos sociais no sertão do Ceará, levou-nos, naquele momento, a questionar o papel desempenhado pelo STR de Itabuna frente aos conflitos ocorridos no campo, e à crise econômica da região cacauzeira.

Com o amadurecimento das questões colocadas pelo referido livro e com novas leituras feitas nas disciplinas: “Evolução da Estrutura Agrária” e “Movimentos Sociais no Campo”, redimensionamos a nossa inquietação inicial - Poder Local - passando a preocupar-nos com o papel desempenhado pelo STR de Itabuna-BA. Motivada por essas novas leituras procuramos coletar material que tratasse do tema, o que culminou em pesquisa exploratória aos arquivos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e visitas ao referido sindicato, em dezembro de 1994. Isto propiciou-nos uma primeira aproximação da área de estudo e a convicção de que, através do curso de Mestrado em Sociologia, teríamos

possibilidades concretas de realização do nosso antigo sonho: fazer um estudo sobre um tema relevante para a região.

Inseridas no tema Sindicalismo Rural circunscrevem-se numerosas questões, que propiciam abordagens e temas de pesquisa os mais variados. Priorizamos abordar, no projeto de pesquisa, a participação dos trabalhadores rurais no sindicato. Para tanto utilizamos como tema de análise as lutas travadas pelo STR de Itabuna-Ba: Campanha Salarial Unificada de 1989 e MLT, pois através da análise de como se dá a participação das diversas categorias de trabalhadores rurais nessas lutas sindicais, é possível perceber o grau de inserção dos trabalhadores no sindicato, e a natureza do relacionamento que estes mantêm com a entidade sindical.

Um outro aspecto que justificava a escolha desse objeto de estudo, relacionava-se à preocupação de inserir a análise na discussão em torno da crise de representação sindical. A democratização da relação entre lideranças sindicais e base (trabalhadores rurais) constitui-se numa prática fundamental para superar o atrelamento do sindicato ao Estado (fator principal da crise), isto porque possibilita a manifestação das entidades de base.

Através da participação das diversas categorias de trabalhadores rurais na vida sindical, definindo os meios, fins, objetivos e condução das lutas, e surgindo dessa interação — lideranças sindicais e base — um projeto comum, sentido e definido como comum é que o sindicato poderá ser fortalecido, pois abre possibilidades concretas de superação da crise de representatividade em que está mergulhado.

Destarte, a problemática levantada era analisar se a participação dos trabalhadores rurais (base) nessas duas lutas sindicais e a relação que estes mantinham com as lideranças, ocorreram de forma a contemplar uma ampla

participação das bases nessas lutas, ou se foram orientadas de forma autoritária pelas lideranças influenciadas pelo partido político (PCdoB), através da ideologia e prática deste partido. O entendimento que tínhamos, era que havia uma vinculação do PCdoB à história do referido sindicato, desde a sua fundação, e às lideranças, que também eram quadros do partido.

Para atingir os objetivos propostos, tornou-se necessário, após a defesa do projeto (novembro de 95), reorganizar o próprio trabalho de campo. Esta reorganização consistiu numa reestruturação do trabalho de campo (mapeamento), que incluía a lista das pessoas a serem entrevistadas, números de entrevistas e reelaboração do trabalho em arquivos: onde visitar, os objetivos, etc.

O objetivo dessa reorganização do trabalho de campo era, vencida a etapa de elaboração do projeto, inserirmos as orientações e sugestões expostas durante a defesa do projeto, atentarmos para as várias dimensões que o objeto de estudo abrange e procurar vencer os impactos e problemas que o campo poderia revelar.

Em consonância com o projeto de pesquisa, o trabalho de campo realizou-se no período de dezembro de 95 a fevereiro de 96, ocorrendo algumas dificuldades que começaram a inquietar-nos, o que levou à redefinição do trabalho, após sua realização.

Sobre a campanha salarial ficava evidenciado que essa luta assumiu um caráter regional, envolvendo 42 STRs da região cacauzeira. O sindicato de Itabuna, juntamente com Buerarema, Ilhéus, Jussari e Arataca, compuseram a coordenação da campanha. Procuramos trabalhar com as lideranças desses cinco sindicatos, realizando entrevistas com as mesmas. Porém, o contato com os

trabalhadores que participaram dessa campanha salarial não foi satisfatório, muitos já não moravam na região, e não tinham mais vinculação ao sindicato. Os poucos encontrados (sete), praticamente não lembravam daquela campanha. Realizamos entrevista com dois deles e, por mais que nos esforçássemos em avivar-lhes a memória, procuravam vincular e reduzir o movimento às lideranças.

Esta vinculação do movimento às lideranças é bastante contundente, mas deve ser relativizada, pois duas entrevistas não são parâmetro para se analisar todo um movimento. Várias indagações começavam a surgir, quanto à participação dos trabalhadores nesta luta: como foram tomadas as decisões? Qual o relacionamento das lideranças com as bases? Até que ponto os trabalhadores estavam conscientes a respeito do movimento, no que diz respeito à importância e razões de se ter uma campanha salarial naquele ano (1989)? Verificamos que a pesquisa de campo não conseguiu dar respostas a estas indagações e não atingiu o objetivo proposto no projeto, já que o trabalho ficou centralizado nas lideranças.

No que diz respeito ao MLT, este não pode ser visto apenas como uma luta sindical específica do STR de Itabuna. Trata-se de um movimento próprio, mas que tem uma inserção no movimento sindical, trabalhando em parceria com os sindicatos da região.

Após a realização e discussão do relatório de campo com o orientador (abril de 1996) e diante dessas implicações levantadas, passamos a concentrar a análise da dissertação no MLT e no acampamento Conceição¹. A escolha do MLT como objeto de estudo se constitui num desafio, que é o de trabalhar com um movimento novo, ainda não conhecido pela sociedade e em processo de elaboração

¹ O nome do acampamento deriva do "Conjunto Fazenda Conceição", com uma área total de 209.80 hectares. Esta fazenda localiza-se no município de Ilhéus, porém está mais próxima das cidades de Buerarema e Itabuna.

e estruturação. O MLT nos colocou questões instigantes, tais como: entender o seu contexto de criação (dissidência com o MST e o papel do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia); a influência do PCdoB; a componente ideológica do grupo; a relação com os sindicatos da região etc. Não podemos descartar a própria motivação pessoal: envolvimento com o grupo do MLT; o apoio dado pelas lideranças; o fato do movimento ter nascido na região cacauera. Enfim, a possibilidade que o trabalho aponta de contribuir no debate em torno do movimento.

Escolhemos trabalhar com o acampamento Conceição por três razões básicas. A primeira, pelo fato deste acampamento materializar a luta inicial do MLT, que vem desde a Bela Vista (primeira ocupação e onde foi institucionalizado o MLT). A segunda, este acampamento constitui-se no único P.A. (projeto de assentamento) do movimento na região cacauera. Por último, a vinculação direta deste acampamento ao STR de Itabuna, que se materializa através da ajuda financeira, acompanhamento por parte da direção e proximidade física.

1. 1. 2 O Trabalho de Campo

O trabalho de campo teve uma duração de três meses intensivos - dezembro de 1995 a fevereiro de 1996, sendo que este último mês foi reservado para a transcrição das entrevistas. A pesquisa se concentrou, basicamente, no município de Itabuna e na área do acampamento Conceição; eventualmente nos deslocamos para outras cidades da região a fim de realizarmos entrevistas.

O que será apresentado nesta dissertação sobre a história do MLT, relaciona-se ao período da origem do movimento (resgatado através de entrevistas e documentos), até janeiro de 1996. Sobre o acampamento Conceição, a análise cobre o período em que os trabalhadores estavam acampados, pois o encerramento da pesquisa de campo deu-se, coincidentemente, com a compra do “Conjunto Fazenda Conceição” pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para posterior assentamento das famílias, ocorrido no cartório de registro de imóveis, no Fórum de Ilhéus, em 23 de janeiro de 1996².

Realizamos 34 entrevistas: 5 entrevistas com membros da comissão Estadual do MLT, 2 entrevistas com militantes do PCdoB, e 27 entrevistas com os moradores do acampamento Conceição.

A pesquisa de campo utilizou-se de três instrumentos de investigação: entrevistas; levantamento bibliográfico e pesquisa em arquivos e participação observante. Uma experiência tríplice, mas sempre procurando estar atenta para os dois momentos que envolvem uma pesquisa de campo: a observação e a percepção do que é apreendido através da interação com o grupo e as informações obtidas com as entrevistas e documentos. Estes dois momentos estão intimamente ligados e devem ser vistos numa unidade.

Concordamos com Cardoso (1988) ao afirmar que a fase do campo não se constitui apenas num momento de acumulação de informações, mas contribui

² Esta fazenda tem uma área total de 209,80 ha e localiza-se no município de Ilhéus. Foi adquirida de acordo com Decreto nº 433 de 24 de janeiro de 1992, que autoriza o INCRA a adquirir imóveis rurais, através do instituto de compra e venda para fins de Reforma Agrária. O imóvel foi avaliado em R\$ 362.051,78, correspondendo à terra nua e benfeitorias (valor pago pelo INCRA), sendo que foram pagos R\$ 41.288,58 correspondendo a hum mil títulos da dívida agrária, com prazo de 10 anos para resgate, para pagamento da terra nua e R\$ 320,763,20 em moeda corrente para pagamento das benfeitorias indenizáveis.

para a reformulação de hipóteses e descobertas de pistas novas por onde caminha o trabalho. Estas pistas são reelaboradas em novas entrevistas e no processo de investigação o pesquisador assume a tarefa de mediador entre a análise e a produção da informação. Ao mesmo tempo, tem uma posição dominante durante a pesquisa, pois é ele que escolhe seus informantes e comanda toda a atividade na fase de coleta de material. Com base nos seus interesses são estruturadas as entrevistas e utilizado o relato do entrevistado, que o “fará de acordo com suas preocupações e não com as intenções do narrador, isto é, as intenções do narrador serão forçosamente sacrificadas” (QUEIROZ, 1988: 16).

As entrevistas consistiram no principal instrumento da pesquisa, pois o movimento escolhido como objeto de estudo (MLT) é recente, não existindo quase nada documentado para o resgate da trajetória do movimento, utilizamos o relato dos agentes sociais envolvidos, conseguidos através de entrevistas semi-estruturadas. Nestas, seguíamos um roteiro pré estabelecido e flexível, no qual as perguntas eram formuladas de forma que deixasse o informante livre para respondê-las, e, a partir de sua narrativa, novas questões eram inseridas, em consonância com aquele roteiro. A iniciativa do diálogo era dada pela pesquisadora, que conduzia a narrativa do informante com o objetivo de obter o maior número de informações de acordo com os interesses da pesquisa, ao mesmo tempo em que esta era redefinida pelo próprio campo.

A fim de realizarmos as entrevistas tivemos que nos deslocar para outras cidades da região cacauceira: Buerarema, Ilhéus, Jussari e Eunapólis. Essas viagens, apesar de cansativas, propiciaram um conhecimento geográfico e contatos com as pessoas, com as quais, através de conversas informais, obtínhamos

informações a respeito do modo de vida e, principalmente, sobre as estratégias de sobrevivência em uma região de crise.

As entrevistas realizadas no acampamento Conceição tiveram que adaptar-se às carências do local, que não dispunha de um ambiente físico adequado à realização de uma entrevista: sala, mesa, cadeira. Elas foram realizadas nos locais os mais variados: no chão embaixo de árvores, no interior e cozinha dos barracos e à sombra de uma mangueira. Este último local era o preferido pelo fato de ser bastante ventilado, isolado dos barracos e ter bancos de madeira, pois este é o local onde a comissão do assentamento se reúne.

Na Conceição realizamos entrevistas individuais e em pequenos grupos, entretanto o que acontecia na prática era a interferência de outras pessoas durante as entrevistas individuais. O próprio entrevistado, na maioria das vezes, pedia a opinião de outras pessoas, a fim de complementar a sua memória, ou procurar referendar o que estava dizendo.

A vontade manifestada pelas pessoas em serem entrevistadas era enorme, muitas nos procuravam para afirmar que não tinham falado ainda sobre sua vida, e pediam para serem entrevistados. Em virtude desta situação, realizamos um número maior de entrevistas, além do previsto no mapeamento de campo feito anteriormente.

A fase de levantamento bibliográfico e pesquisa em arquivos materializou-se na visita aos seguintes órgãos: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), FASE e CPT, localizados em Itabuna-BA; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA) e sede Regional do PCdoB,

localizados em Salvador-BA. As visitas a esses órgãos tinham como objetivo fazer um levantamento de informações e pesquisa bibliográfica referentes à campanha salarial e o panorama sócio-econômico da região cacauzeira nas três últimas décadas. Além de se procurar obter informações referentes à estrutura sindical na Bahia e relação com o MLT; a compreensão do PCdoB sobre a questão agrária e a interferência do partido no movimento rural da região.

Além das entrevistas e pesquisa em arquivos foi fundamental a participação observante nos diversos momentos do cotidiano do movimento e dos acampados³, desde os mais coletivos: assembléias, reuniões, pescarias, plantação de mandioca, banhos de rio, almoços, até as situações mais individualizadas – conversas, caminhada até o ponto de ônibus de volta da Conceição, etc.

Por mais que o nosso objeto de estudo tratasse de uma realidade – luta pela terra – que não vivíamos cotidianamente pois não residíamos junto à população que estudávamos e não compartilhávamos de suas carências materiais cotidianas, este objeto e o seu universo cultural nos propiciou uma proximidade intelectual, política e afetiva com esta temática.

Eunice Durham afirma que o pesquisador:

Busca na interação simbólica, a identificação com os valores e aspirações da população que estuda. A língua não constitui barreira e a comunicação puramente verbal predomina, ofuscando a observação do comportamento manifesto. A pesquisa se concentra na análise de depoimentos, sendo a entrevista o material empírico privilegiado (1988: 26)

³ Optamos pela denominação de acampados para os moradores do acampamento Conceição, pois é assim que o grupo se auto define. Ao se definirem como acampados demonstram uma compreensão da transitoriedade ou indefinição das etapas que permeiam a luta pela terra. Outro aspecto que contribui para essa opção é o fato da composição do grupo ser bastante heterogênea, com histórias de vida as mais diferenciadas.

Neste sentido, nós, pesquisadores, passamos a trabalhar com o grupo através da participação observante, ou seja, inserindo-nos no cotidiano do grupo e participando de todos os eventos, na postura de observadores. Portanto, durante a pesquisa, inserimos-nos no cotidiano do STR de Itabuna, no acampamento Conceição e MLT, participamos dos eventos, das lutas e de reuniões na postura de observadora, a fim de que apreendêssemos o dia a dia do movimento e como as relações se materializavam no acampamento Conceição. Atingir esse estágio de participação observante não implica numa continuidade maior com o grupo.

Estávamos conscientes da “armadilha positivista” que existe no método de trabalho de campo (*DURHAM, 1988*), que é a de identificação subjetiva com as populações estudadas. Identificação necessária para imbricarmos e apreendermos dentro da realidade as formas como a sociedade organiza sua vida social e práticas coletivas. Neste ponto, aparece uma das dificuldades da pesquisa, que é a de identificarmos a análise e explicar as experiências vividas pelo grupo, a partir das categorias do próprio grupo, e não através de uma análise sociológica. Nisto residiu a nossa dificuldade, em estabelecer a ligação entre o estudado e as experiências que a sociologia nos fornece. Procuramos resolver esse impasse:

Dissolvendo essa visão colada à realidade imediata e à experiência vivida das populações com as quais trabalhamos, não nos contentando com a descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam mas investigando o modo pelo qual são produzidos (*DURHAM, 1988:33*).

Procuramos relativizar e contextualizar as entrevistas e o papel do informante. O conteúdo das entrevistas passou a ser visto não como “uma verdade absoluta”, mas um caminho que possibilitou conhecer a história do movimento e apreender o modo de vida, a organização e a estrutura interna do MLT.

As informações levantadas nas entrevistas em alguns momentos procuravam reproduzir um modelo ideal de comunidade, não correspondendo ao que se verificava na prática. O que percebemos foi uma preocupação por parte dos entrevistados em ressaltar a união, a organização pacífica do grupo e esconder as divergências internas. As próprias análises em relação à organização do acampamento e do MLT projetavam as expectativas e interesses de cada um dos membros do grupo, ou seja, o que gostaria de ver realizado na prática, havendo uma discrepância entre o que era afirmado pelos entrevistados e o que era percebido por nós. Não se pode deixar de ressaltar que o próprio olhar do pesquisador já reflete um ponto de vista e não está isento de idealizações.

Uma outra dificuldade da pesquisa de campo é o encontro do pesquisador com o grupo que vai estudar, pois este terá importante papel no desenvolvimento do trabalho. A chegada do pesquisador é vista pelo grupo como a entrada de uma pessoa estranha no seu cotidiano, acontecendo, muitas vezes, a perda da espontaneidade na linguagem verbal ou não-verbal. No nosso caso específico, apesar de haver uma certa mudança no cotidiano deles, que foi vista como natural, já que a situação deles é muito precária, nós fomos bem aceitos, tanto pela lideranças, como pelos acampados. Através dos depoimentos pode-se perceber uma grande naturalidade do grupo para conosco.

O primeiro contato com o grupo aconteceu no dia 8 de dezembro, coincidentemente, dia de N. S. da Conceição. Anteriormente, já se tinha contato com três membros da Coordenação Estadual. Os próprios acampados aguardavam a nossa chegada, pois um dos coordenadores do acampamento já havia falado sobre a nossa visita e destacou um membro do acampamento para vir pegar-nos em

Itabuna. Neste primeiro contato foi realizada uma assembléia que tinha como objetivo apresentar-nos aos acampados.

Esta assembléia foi iniciada com o grito de guerra do movimento: *Lutar, Conquistar, Reforma Agrária já e MLT, essa luta é pra valer*. Logo em seguida, um dos coordenadores do acampamento apresentou-nos para o grupo como a companheira Gil, que havia ido fazer um trabalho para a Universidade da Paraíba, ressaltando a importância de todos colaborarem com a pesquisa. Após a sua fala, apresentamos-nos, falando de nossa vida, as motivações que nos levavam a estar ali e como conhecemos o MLT. Preocupamo-nos em explicar, detalhadamente, o objetivo da pesquisa, o que é uma dissertação de mestrado, e que contribuições o trabalho podia dar para a luta da Conceição. A fala foi encerrada com um pedido de permissão ao grupo, para entrar em seu cotidiano.

Neste primeiro contato, procuramos conversar informalmente com as pessoas e conhecer a área do acampamento: rio, horta, barracos, local onde funcionava a escola. Enfim, entender o cotidiano deles, para, num segundo momento, começarmos a realizar as entrevistas.

Neste dia o almoço foi no barraco de D. Mariana – aniversariante do dia. As refeições, durante todo o período da pesquisa, foram realizadas neste local. Percebemos que houve uma mudança na rotina do acampamento, no que se refere ao almoço. As refeições não são coletivas, cada família cozinha separadamente. Nos dias em que íamos ao acampamento, as refeições tornavam-se coletivas, pois um grande número de pessoas passavam a almoçar conosco.

A pesquisa, como ato de comunicação, não ocorre num espaço vazio, mas materializa-se em relações na qual estão envolvidas pessoas, com vidas e

expectativas diferentes: pesquisador e informante. Estabelecer uma boa relação entre ambos é de fundamental importância para o “sucesso” da pesquisa. Neste sentido, a confiabilidade, a simpatia e a disposição do informante são ingredientes fundamentais nesta relação. Pois “são muitos os ardis da fala. Para enredá-los é necessário tanto a racionalidade acurada do discurso como a disposição afetuosa em proceder ao enredamento” (SOUSA, 1991: 15 e 16).

No acampamento Conceição pode se estabelecer uma relação de confiabilidade e de interação com o grupo, que muitas vezes rompia esse relacionamento: pesquisador e pesquisado. Isto se evidenciou durante toda a pesquisa de campo através do carinho dos acampados, da confiança em falarem dos seus problemas, a preocupação em saber da nossa vida. Podemos destacar como fatores que contribuíram para isso: a comunicabilidade entre ambos, o apoio dado pelas lideranças, a preocupação nossa em colocar para o grupo o significado da pesquisa.

No final do trabalho de campo, naturalmente, surgiu entre nós um compromisso, não apenas com o resultado do trabalho, mas a afetividade e preocupação em saber como está vivendo o grupo. Embora, não possamos garantir se teremos contato ou não no futuro, o tempo de convívio sugeria uma continuidade no relacionamento.

A nossa visita ao acampamento era um motivo de alegria, manifestado pelo grupo. Muitos já nos aguardavam, pois sempre vinha um membro do acampamento buscar-nos em Itabuna, além de sempre ter um pedido, que eles enviavam: comida, recado para o STR, remédio, etc. Nós passamos a ser o elo de

ligação entre o grupo e a cidade, já que estes ficavam a 20 km de distância da cidade mais próxima (Buerarema).

A volta para Buerarema, no final da tarde, era em companhia de membros do acampamento. Isso foi muito importante para a pesquisa, pois no percurso até o ponto de ônibus (15 minutos de caminhada), e durante a viagem (1 hora até Buerarema) aproveitávamos para conversar informalmente, rompendo o clima, muitas vezes tenso, que se estabelece numa entrevista gravada. Essas conversas giravam em torno da sua vida: preocupação em conseguir um pedaço de terra, o que faziam antes de vir para o acampamento, aspectos da vida da região cacaeira.

Merece ser ressaltado que, ao final do trabalho de campo, foi realizada uma assembléia de despedida pelos acampados da Conceição. Esta assembléia foi marcada por fortes emoções, na qual os acampados expuseram as suas opiniões a respeito do contato estabelecido com a pesquisadora. Um dos acampados nos fez um convite para continuarmos trabalhando com o grupo após a posse definitiva da Conceição. Neste momento, percebemos que algo havia germinado entre nós, que ia além da interação pesquisador e pesquisado que, na falta de um termo que pudesse sintetizar esse sentimento, preferimos chamar de amizade.

O que apresentaremos nesta dissertação e o que chamamos de nossos dados “são realmente nossa própria construção de outras pessoas, do que ela e seus compatriotas se propõem”, pois trabalhamos “interpretando interpretações”, interpretamos, portanto o “fluxo do discurso social” (GEERTZ, 1989). A nossa tarefa, enquanto pesquisador, é estabelecer uma comunicação simultânea entre o

nosso objeto de estudo e os parâmetros em que se baseará a análise, quer seja os “dados” ou a sua explicação.

Neste sentido, propomos pensar os acampados da Conceição e as lideranças do MLT – universo da nossa pesquisa – como sujeitos históricos. Para tanto procuramos conhecer as suas lutas e seu modo de vida, situando o tempo, o lugar e os acontecimentos que contribuíram para a construção dessas experiências. Pois, “não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências” (SADER, 1991: 12).

É “trivial” dizer das dificuldades que o tema nos impôs, do ponto de vista teórico e da investigação empírica, pois trabalhamos numa região que conhecíamos pouco, já que estávamos afastados há um bom tempo da área em que estudávamos, além de termos de fazer após a pesquisa de campo todo um estudo teórico sobre o tema, devido à redefinição do nosso objeto de estudo. Mas foi este o caminho que escolhemos, cheio de labirintos, incertezas e medos. Houve alegrias e tristezas durante o percurso, mas a vontade de chegar motivou toda a caminhada, pois, como afirmou alguém que compartilhou todo esse percurso, “Você escolheu um tema forte”⁴.

⁴ Estas palavras foram repetidas por Helena (minha mãe), nos fins de semana, quando dividíamos as experiências vivenciadas durante a semana, no trabalho de campo. Com essa frase ela conseguia sintetizar toda a carga de emoção que envolve o trabalho: a vivência com o grupo; minhas angústias, ansiedades e inseguranças; e acima de tudo a força política que essa temática tem hoje na sociedade. O “forte” passava a sintetizar tudo isso.

1. 2. O Ambiente Onde se Desenvolveu a Pesquisa

1. 2. 1 Síntese da História Econômica-social da Região Cacaueira⁵

Torna-se importante resgatar, sucintamente, a história da região cacaueira, pois as mudanças ocorridas nas relações econômicas e sociais na região, nas últimas décadas, tiveram fortes influências no surgimento do MLT. Este movimento originou-se no contexto da maior crise vivida na região, que provocou o aumento o desemprego e substanciais mudanças nas relações de trabalho.

A cacaucultura surgiu como reprodução ampliada do capital comercial, dentro de um sistema produtivo capitalista, que se utilizou do trabalho “livre”, assalariado ou semi-assalariado e passou por diferentes tipos de contratos (contratistas, moradores, diaristas, empreitadas). Este processo de desenvolvimento e afirmação da cacaucultura, utilizou-se da exploração do trabalhador e requereu pouco adiantamento de capital, ao mesmo tempo que se utilizou da violência para a conquista da região, posse da terra e submissão do homem.

A história econômica do cacau pode ser dividida em cinco períodos, segundo estudos desenvolvidos pela FASE. O primeiro período (1746 a 1820), é conhecido como a fase de desbravamento. Este período coincide com a crise da agroindústria açucareira no Brasil e a tentativa do Estado português de tornar-se exportador de cacau na Europa, com o financiamento da cacaucultura através do capital comercial. Destaca-se nesta fase a figura do “desbravador”, que desempenhou importante papel na expropriação de terras indígenas e na implantação de cacauais.

⁵ Segundo o IBGE a Região Cacaueira é composta pelas microrregiões: Tabuleiros de Valença (152) e Cacaueira (154). O município de Itabuna localiza-se na microrregião cacaueira.

O segundo período (1821 a 1895) caracteriza-se pela consolidação do desbravamento, culminando com lutas em torno da posse ou da propriedade das terras, à medida que o cacau vai se tornando uma atividade grandemente lucrativa. Com o advento da Lei das Terras (1850), aparece um tipo específico de relação de produção que é o “contrato”: o latifundiário entrega ao trabalhador livre a terra para o plantio de subsistência e recebe como pagamento uma espécie de renda produto que é o cacau formado. Inicia-se neste período a concentração do poder político nas mãos dos coronéis e crescem as lutas pela posse da terra, com índios e posseiros, e a resistência dos trabalhadores à dominação por parte dos coronéis.

O terceiro período (1896 a 1930) é a fase da expansão e apogeu do cacau. O cacau converte-se na base econômica do sul da Bahia, situando o Brasil entre os maiores produtores e a Bahia alcança, no ano de 1930, a produção aproximada de 67 mil toneladas. Destacam-se como características principais desse período: o crescimento das atividades urbanas de comercialização do cacau e de bens necessários às populações rurais; a mudança no estilo de vida do produtor do cacau, que passa de desbravador a “coronel” e a residir em cidades, a criação de infra-estrutura de transporte, assistência técnica e financiamento oficial.

O quarto período (1931 a 1957) caracteriza-se pela crise de produtividade e de realização, pois há um aumento expressivo da área cultivada com uma queda da produtividade e valor das exportações, o que acarretou um estado de insolvência generalizado dos produtores. As causas decisivas desta desestruturação foram a crise de 1929 e as dificuldades de exportação, devido à 2ª Guerra Mundial. Contribuem também para essa crise o esgotamento das terras férteis e o abandono da região pela burguesia

enriquecida, que deixa de conduzir diretamente os seus negócios. Teve início, neste período, o movimento sindical dos trabalhadores rurais na região cacauêira.

Numa primeira tentativa de solucionar e dinamizar a lavoura cacauêira, o governo Estadual criou, em 1931, o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), que tinha como objetivo a recuperação econômica da lavoura cacauêira, através de medidas, tais como: estímulo à melhoria técnica, incentivo à diversificação agropecuária, incentivo à industrialização e à interferência no mercado de produto. O Instituto conseguiu amenizar a crise em decorrência da liberação de empréstimos hipotecários e sua ação na esfera da comercialização.

O quinto período, iniciado em 1958, caracteriza-se por uma fase de recuperação, na qual o governo Federal criou, em 1957, a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacauêira, passando posteriormente a se chamar Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauêira (CEPLAC). Este órgão teria como meta o fortalecimento econômico-social e a restauração financeira da região. Até 1962, a ação da CEPLAC centrou-se na problemática do endividamento dos cacauicultores; a partir deste período, a sua ação vinculou-se à área de pesquisa agrônômica (criação do Centro de Pesquisa do Cacau - CEPEC, em 1963); à difusão de tecnologia (Departamento de Extensão - DEPEX, em 1964); e ao ensino agrícola (Departamento de Educação - DEPED, em 1965).

Os Serviços prestados pela CEPLAC, neste período, devem ser analisados vinculados à dinâmica do capital, que estimulou a modernização conservadora, pois estes serviços promoveram a modernização agrícola dentro dos moldes da lógica de acumulação capitalista, com a intervenção do Estado⁶ e atendendo aos interesses da classe que tem a

⁶ "Estado é a gestão de interesses e poder na sociedade. gestão que é feita pelo governo e pelas organizações da sociedade civil. Estado tem, então, uma dupla cara: uma governamental e outra civil. O governo é um

hegemonia do processo de produção e comercialização. A região mudou em termos de infra-estrutura econômica, assistência técnica e equipamentos urbanos, porém as desigualdades sociais se acentuaram.

Na década de 70, a região cacauceira passou por significativo desenvolvimento, que se reflete no desempenho da cacauicultura no que se refere: “ao aumento da área plantada (405 para 551 mil ha), da produção (105 para 323 mil toneladas), e da produtividade (375 para 756 Kg/ha), como resultado dos bons preços auferidos pelo produtor no mercado internacional e a farta disponibilidade de crédito rural” (AFONSO, 1991: 63).

Este período coincide com a “modernização” da economia cacauceira, que se caracteriza por forte concentração econômica, concorrência oligopólica, disparidades sociais e pauperização das classes trabalhadoras rurais.

Este processo de modernização agrícola deve ser analisado inserido na dinâmica da evolução do capitalismo brasileiro, no qual, até a década de 30, predominou um modelo agrícola baseado na agroexportação e que sofre posteriormente transformações que se refletem no desenvolvimento da industrialização e a formação de uma estrutura política centrada no setor urbano-industrial. Estas transformações propiciaram o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, ocorrendo uma conexão entre a agricultura e a indústria.

Na década de 60, com as condições criadas pelo regime militar que favoreceu a implantação de um modelo capitalista monopolista dependente, verificou-se

dos modos de gerir os interesses”. SALES, Ivandro da Costa. Indicações para fazer uma análise de conjuntura. Conversa realizada no II Seminário de Avaliação do Programa Alimento por Trabalho e pelo Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas. Recife, 1994.

nova forma de organização da produção rural, o que aproximou a agricultura da indústria, e consolidou um novo padrão agrícola: o “Complexo Agro-industrial”.

Esse processo de modernização agrícola não ocorreu de forma harmônica, sem conflito ou jogo de interesses, e nem atingiu todos os setores agrícolas, pois foi concentrada regionalmente e em certos produtos. Seu impacto, porém, foi descomunal em toda a agricultura, o que contribuiu para aumentar a miséria e os conflitos no campo.

É necessário que se explicito o sentido de modernização aqui trabalhado, entendido como o conjunto de modificações ocorridas no âmbito da agricultura brasileira nas últimas décadas, incorporando-a ao processo de acumulação capitalista. O capital industrial e financeiro encontrará novas formas de realização via agricultura, que passa a ter papel importante como mercado para o parque industrial produtor de máquinas e outros insumos agrícolas, além da produção de matérias-primas e alimentos.⁷

O Estado da Bahia, um dos mais populosos do Nordeste, com uma população de 11.870.991 de habitantes, dos quais 4.851.221 (40,82%) vivendo em zonas rurais, segundo o Censo Demográfico de 1991, não ficou à margem do processo de modernização. A agricultura baiana, no conjunto do Nordeste, foi uma das que mais se modernizou nos anos 70, com reflexos na composição da PEA (População Economicamente Ativa) ligada à agricultura, na década de 70.

Na Bahia, a partir da década de 70, o grande financiador das atividades agropecuárias passa a ser o Estado, que participa em 1970, com mais de 80% do crédito aplicado no setor agrícola. No ano de 1980 esse percentual já atingia 90%.

⁷ Sobre modernização da agricultura consultar os seguintes trabalhos: SILVA, J. Graziano. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991; MÜLLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrícola*. São Paulo: Hucitec, 1989; MARTINE, George e GARCIA, R. Coutinho. *Os Impactos Sociais da Modernização*. São Paulo: Caetés, 1987; SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980; entre outros.

O cacau, como produto de exportação, dependente do mercado externo, estreitou os laços com o Estado, exigindo subsídios e Crédito Rural. Com isso reforçou uma das características básicas desse processo de modernização que é a aliança entre o Estado e os capitais industrial e comercial. Ao Estado coube, portanto, a criação de mecanismos e programas que estreitassem os vínculos da produção agrícola com a indústria e o mercado, entre os quais pode-se destacar o crédito agrícola concedido oficialmente.

Destaca-se como mudança substancial ocorrida na região, em decorrência da modernização, as transformações verificadas nas relações de trabalho: a ampliação do trabalho assalariado temporário, que tem se adequado à lógica do sistema capitalista. Os efeitos da modernização se fazem sentir, principalmente, no setor social: a crescente proletarização do homem do campo; aumento dos conflitos de terra; migração e urbanização crescentes, provocando o "inchamento" das duas maiores cidades da região, Itabuna e Ilhéus, e os problemas sociais tipicamente urbanos etc.

Pode-se acrescentar um sexto período na história econômica do cacau, iniciado em 1987, no qual o cacau passou a ter o pior desempenho dos últimos trinta anos. Esta penúria do cacau deve ser vista como o resultado de duas crises concomitantes. Uma crise de natureza estrutural pautada: na falência do modelo primário exportador; nos condicionamentos culturais do cacaicultor (não se consolidou como classe empresarial definida); ao poder político da região, débil frente à estrutura política estadual e federal; o processo de modernização tecnológica desenvolvido pela CEPLAC, que não conseguiu integrar a região no circuito do capital nacional e internacional. Uma crise de natureza conjuntural baseada: na queda da produção e preços; redução na aplicação de tecnologias;

efeitos perversos da política cambial; crescimento da inflação e a chegada da vassoura-de-bruxa¹, que teve um efeito devastador numa economia já em crise. (MENEZES, 1993).

A chegada da vassoura-de-bruxa, em 1989, provocou mudanças significativas no uso da terra, estrutura fundiária, nas relações sociais de produção, na dinâmica da população e no meio ambiente. Os cacauais da Bahia, através de um sistema tradicional de plantio, conhecido como cabruca², contribuiu para a preservação de uma faixa da Mata Atlântica (40 Km), que se estende pela costa atlântica do sul da Bahia. A reação dos cacauicultores frente à expansão da vassoura-de-bruxa passou a interferir na preservação do ecossistema da região, pois o principal instrumento utilizado por eles tem sido a queima dos cacauais infectados e, conseqüentemente, a derrubada das matas para venderem a madeira e desenvolver novos plantios, já que não precisam destas para dar sombra aos cacauais.

Segundo pesquisas realizadas³ no município de Camacan – o maior produtor de cacau da Bahia e onde os impactos da crise são mais visíveis – observou-se, após cinco anos de convivência com a doença, com grande freqüência a derrubada e queimadas de áreas da mata primária, secundária e de cacau na cabruca. Esta pesquisa localizou 98 áreas derrubadas, em 66 fazendas, o que totalizou 745 hectares. 24% das derrubadas foram realizadas em áreas de mata primária, 40% em mata secundária e 34% era de plantios de cacau em cabruca.

¹ Vassoura-de-bruxa é uma doença que ataca os cacauais, provocada pelo fungo *Crinipellis Perniciosa*. Este fungo foi identificado pela primeira vez nas plantações de cacau na Bahia, em maio de 1989. Segundo estudos a única forma de convivência com a doença é através da tradicional prática fitossanitária de remoção de vassouras e frutos afetados.

² "O cultivo do cacau pode desenvolver-se muito bem sob a mata raleada. Na Bahia, a maior parte dos plantios foi feita desta forma: removeram-se os estratos da vegetação menor e ralearam-se as árvores maiores. Este sistema ficou conhecido como plantio em cabruca. Isto explica a permanência, até o presente, de significativos remanescentes da Mata Atlântica na região" (Trevizan e Ferreira)

³ Os dados apresentados baseiam-se no trabalho de Salvador Trevizan e Milton Ferreira da Silva Júnior: Mudanças sócio-econômicas e ambientais associadas a enfermidade na lavoura do cacau na Bahia. Pesquisa realizada com recursos do Centro de Pesquisas do Cacau/CEPLAC, do Instituto de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais da Bahia (IESB) e do Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA) mimeo.

Estas derrubadas representam um grande risco para a capacidade de fertilidade do solo e qualidade dos rios, além de danos apresentados para a biodiversidade e o micro clima. “Estudos recentes de botânica desenvolvidos por W. Thomas e A. De Carvalho identificaram na região cacauzeira da Bahia uma das mais altas biodiversidades de espécies de árvores do mundo, 450 espécies por ha, conforme reportagem de J. Brooke, notificada pelo The New York Times The Environment, terça-feira, 30 de março de 1993”¹. O que tem acontecido na região hoje é a derrubada da mata para a venda da madeira, que desponta como uma atividade lucrativa.

As conseqüências da vassoura-de-bruxa podem ser sentidas também no nível de emprego rural e na população:

Uma avaliação do nível de emprego absorvido por fazendas de cacau revelou que na região cacauzeira da Bahia, havia um trabalhador para cada cinco hectares de terra. Dez anos depois, outro estudo indicava uma redução no nível de emprego. Havia um trabalhador para cada oito hectares. Dados coletados em 1992 e 1994, primeira e segunda coleta de uma amostra acompanhada na região de Camacan, revelam que o nível de emprego se reduzia incomparavelmente: havia então um trabalhador para cada vinte e cinco e sessenta e cinco hectares, respectivamente².

Esta diminuição dos níveis de emprego no município de Camacan está diretamente relacionada ao avanço da vassoura-de-bruxa. A doença atingiu 17% das fazendas em 1990, aumentando gradativamente: 47% em 1991; 72% em 1992; e 100% em 1994.³

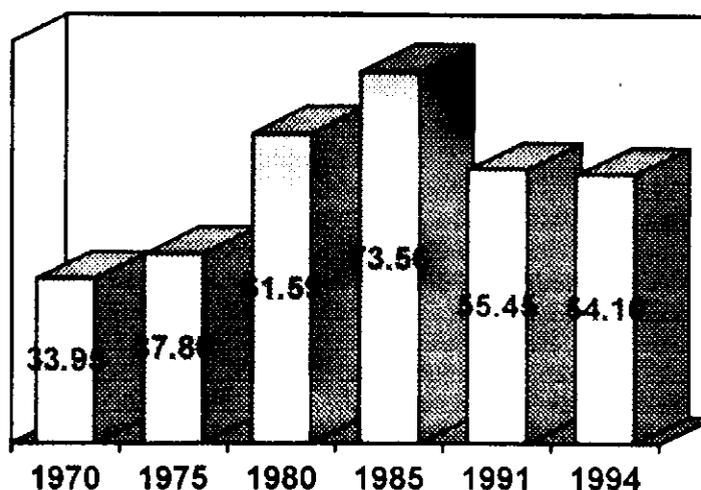
A referida pesquisa identificou também uma tendência negativa entre o crescimento da doença e a densidade demográfica do município de Camacan, onde se obteve as seguintes taxas:

¹ Idem.

² Ibidem.

³ Ibidem.

Gráfico 1 - Camacan-Ba
Densidade Demográfica
Anos: 1970 a 1984



Fonte: *

Esta redução na população do município de Camacan verificou-se também em outras cidades da região. Um dos efeitos visíveis foi a migração de trabalhadores rurais desempregados para as duas cidades mais importantes da região: Itabuna e Ilhéus, ou para o sul da Bahia, a região de Porto Seguro¹, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Neste sentido, pode-se dizer que a vassoura-de-bruxa tem uma parcela de contribuição no crescimento da pobreza e do desemprego e nos problemas tipicamente urbanos, nos últimos anos. Ela contribuiu também para alterar a comunidade biótica da região, desestruturando a tradicional organização da produção agrícola local. Porém, deve-se ter claro que a crise do cacau é anterior à vassoura-de-bruxa, pois os cacauicultores,

* Ver nota de rodapé nº 10

¹ "Em abril de 1995, entrevistou-se uma amostra de 59 famílias residindo na periferia de Porto Seguro, um ponto turístico de expressão nacional. O seu bairro mais novo e, ao mesmo tempo, mais populoso, popularmente conhecido como Baianão e oficialmente reconhecido como Frei Calixto, começou a se formar em 1991, segundo informações da prefeitura. Segundo a amostra, 64% das famílias residentes no Baianão emigraram do município de Camacan e arredores. Na sua maioria são trabalhadores rurais que saíram em busca de trabalho". Ibidem.

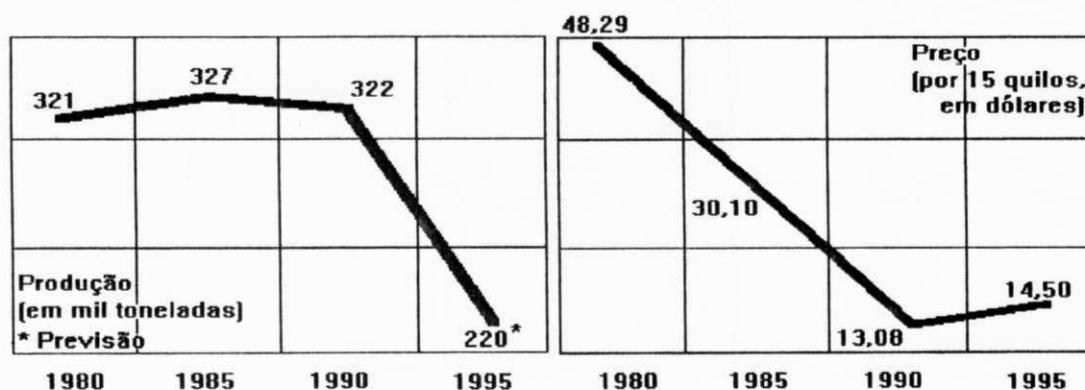
antes da chegada dessa doença, já haviam reduzido a produção (ver gráfico 2). Entretanto, ela dá o “golpe de misericórdia” numa região já em crise.

Mesmo tendo sido responsável durante décadas pela geração de parcela significativa da riqueza estadual, chegando a contribuir com 80% das exportações baianas e responder por quase 40% dos tributos estaduais, esta região sempre conviveu com situações de crise cíclicas, alternadas por épocas de fausto.

A região cacauceira hoje, ainda dependente da monocultura, enfrenta uma situação de dúvidas crescentes quanto ao seu futuro. Fazendeiros endividados, sem capacidade ou disposição para investir na lavoura; crescimento do desemprego que, segundo a imprensa local, atinge a cifra de 250 mil pessoas desempregadas; queda na produção e no preço do cacau; aumento dos conflitos de terra etc., indicam a necessidade de se repensar a região cacauceira como um todo. Essa redução na produção e preço do cacau, medido em dólares, já que a economia é voltada para o mercado internacional, pode ser melhor visualizada a partir gráfico abaixo:

Gráfico 2:

A Queda no Preço e na Produção de Cacau no Sul da Bahia nos últimos Quinze Anos



FONTE: Central Nacional dos Produtores de Cacau. In: Veja nº 37, ano 28.

A partir da análise do gráfico 2, pode-se concluir que: a) de 1980 a 1985, a produção cresce, apesar da queda dos preços; b) de 1985 a 1990, a produção começa a cair, fato que pode significar que a queda da lucratividade começou a desestimular a produção; c) a partir de 1990, com a grande redução da quantidade produzida, houve uma leve recuperação dos preços.

Repensar a região é colocar no centro do debate a crise econômica do cacau. Os trabalhadores, através de suas organizações, terão importante papel a desempenhar com vistas a constituir um novo bloco de forças para implementar e dirigir o processo de mudanças na economia e na sociedade da região.

E neste contexto começam a surgir movimentos coletivos, que mobilizam as classes trabalhadoras na busca de alternativas econômicas, políticas e sociais, frente à histórica crise do cacau, a exemplo do MLT.

1. 2. 2 Itabuna-BA – “A Metrópole do Cacau”

O município de Itabuna, no contexto do trabalho de campo, teve um papel relevante, pois nele se concentrou a pesquisa. Como foi dito anteriormente, o objetivo do trabalho era analisar duas lutas sindicais ligadas ao STR desse município. Entretanto, mesmo com a redefinição do objeto de estudo, o MLT continuou a ser analisado inserido no movimento sindical, não mais como uma luta específica do sindicato de Itabuna. Com base nessa compreensão este STR destacou-se no contexto dos outros sindicatos, na medida que este teve e tem um papel importante na criação do movimento e no trabalho político desenvolvido junto ao movimento. •

Outros fatores tornam relevantes esse município, no que diz respeito à origem do MLT: a criação do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, a militância do PCdoB no município, a chegada de dissidentes do MST para trabalharem diretamente com o STR e conduzirem a ocupação da Bela Vista (Vide capítulo III).

Fazendo parte da Mesorregião geográfica (07) Sul Baiano e da Microrregião Geográfica (031) Ilhéus-Itabuna, o referido município teve sua emancipação política em 28/7/1910. Limita-se ao norte com os municípios de Lomanto Júnior e Itajuípe; ao sul com Jussari e Buerarema; a oeste com Itapé e Ibicarai e a leste com o município de Ilhéus².

No que diz respeito aos aspectos geográficos, localiza-se a 14° 18' de latitude sul e 39° 18' de longitude oeste, com uma distância da capital (Salvador) de 429 km. Possui uma área de 584,49 km², com uma área urbana de 65,95 km² (Sinopse Preliminar do Censo de 1991). Quanto ao aspecto demográfico, este município tem uma população de 185.277 habitantes (segundo Censo de 1991), apresentando um crescimento de 64,3% em relação à população de 1970, conforme tabela:

Tabela nº 1: Itabuna-BA
População Recenseada

Ano	Total	População Urbana	População Rural
1970	112.721	94.952	17.769
1980	153.342	137.663	15.679
1991	185.277	177.561	7.716

Fonte: FIBGE Censos Demográficos da Bahia - 1970, 1980, 1991.

O peso da população urbana, em 1970, é consequência direta do fato da cidade de Itabuna se constituir em polo da região; merece ser ressaltado o forte êxodo entre as décadas de 70 e 90: a população rural reduziu-se a aproximadamente 1/3 do que havia em 1970; embora o peso da

² Os dados apresentados foram obtidos do livro Itabuna em Números 1995, publicado pela Prefeitura Municipal.

população rural, em 1970, fosse pequeno (15,8%), houve uma perda de importância significativa no período uma vez que, em 1991, a população rural representava apenas 4,2% da população total.

O município de Itabuna apresenta uma economia baseada no setor de serviços (43,21%), bem diferente da região cacauzeira como um todo, e que torna esta cidade particular no contexto da região. Esta assume o papel de "metrópole regional", essencialmente urbana, conforme indicam as tabelas abaixo¹⁶:

TABELA 2: Distribuição Percentual da Força de Trabalho Conforme o Setor de Atividades
Região Cacauzeira da Bahia

<i>ANO</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1988</i>
Setor Primário	68,05%	59,35%	58,36%
Setor Secundário	8,63%	8,63%	11,92%
Serviços	23,32%	29,00%	29,72%

FONTE: FIBGE

TABELA 3: População Economicamente Ativa, segundo Setores de Atividades
Itabuna - 1980

<i>Atividades Agropecuárias de Extração Vegetal e Pesca</i>	16,88%
<i>Indústria de Transformação</i>	6,23%
<i>Indústria de Construção</i>	10,10%
<i>Outras Atividades Industriais</i>	1,27%
<i>Comércio e Mercadorias</i>	18,27%
<i>Transportes e comunicação</i>	5,85%
<i>Prestação de Serviços</i>	23,15%
<i>Atividades sociais</i>	6,44%
<i>Administração pública</i>	4,66%
<i>Outras atividades</i>	3,11%
<i>Procurando trabalho</i>	4,04%
<i>Total</i>	100,00%

FONTE: FIBGE

Este município tem uma grande importância para a região cacauzeira e disputa com Ilhéus a primazia de ser a metrópole regional, fato que explica, em parte, o crescimento da população urbana. Isto se reflete na própria estrutura do município, que dispõe de uma

¹⁶ Os dados mais recentes sobre mão-de-obra por municípios, disponíveis no IBGE, referem-se ao Censo de 80, pois o Censo de 1991 só publicou a parte demográfica (população total, faixa etária, nº de domicílios e alfabetizados etc).

rede bancária e comercial bastante desenvolvidas. Pode-se destacar, neste contexto, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Itabuna e Região, que tem como sede esta cidade, com uma base territorial que engloba 13 municípios. Este sindicato foi fundado em 1967 e conta hoje com 1200 bancários filiados. A atual diretoria tem um mandato de 3 anos (fevereiro de 95 a fevereiro de 98) e três dos atuais diretores ocupam, também, a função de dirigente partidário (dirigente da Central Única dos Trabalhadores – CUT e do PCdoB).

Quanto ao aspecto político, merece ser ressaltado o papel das esquerdas na região, com uma forte atuação dos partidos políticos: PT e PCdoB, que dão acompanhamento aos diversos sindicatos e movimentos. Esta força das esquerdas na região concretizou-se nas eleições de 1992, com a vitória de Geraldo Simões, candidato do PT, para a prefeitura de Itabuna-BA, e com a eleição de dois vereadores do PCdoB (Davidson Magalhães e Leo Guimarães), e um vereador do PT (José Carlo Veridiano).

Também o STR de Itabuna teve grande importância no movimento sindical rural da Bahia. Fundado em 1952, este sindicato, abrangia os municípios de Itabuna e Ilhéus (o desmembramento aconteceu em 1988). Foi o terceiro sindicato de trabalhadores rurais a ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho (1957); até 1965 foi o único sindicato de trabalhadores rurais com carta sindical na Bahia. Pode-se dizer que a região cacaueteira foi o berço do sindicalismo baiano, de onde saíram as principais lideranças sindicais, pois foi com a criação deste sindicato que o movimento sindical se propagou para o restante do Estado. Ele foi também responsável pela formação da FETAG, em 1963, que teve nele o ponto de partida e sede na cidade de Itabuna até 1965, quando, posteriormente, foi transferida para Salvador. Trata-se, portanto, de um sindicato que tem uma longa trajetória de luta.

O STR de Itabuna desenvolve um trabalho a nível regional, que extrapola os próprios limites do município, representando trabalhadores rurais de toda a região cacauzeira. Isto pode ser visto pelo grande número de trabalhadores que procuram o sindicato vindos de outros municípios para denunciarem os seus problemas. O STR analisa e toma as providências necessárias, independente do município a que o trabalhador pertence.

Um outro aspecto, que justifica esse trabalho regional, é o envolvimento do sindicato em lutas que extrapolem a área de abrangência do STR. No passado pode ser citada a campanha salarial de 1989, a primeira unificada de toda a região cacauzeira, na qual o STR de Itabuna teve um papel importante, pois fez parte da comissão de organização e articulação da campanha. Atualmente, ressalta-se o acompanhamento aos acampamentos da região cacauzeira, conduzidos pelo MLT, além do presidente do STR participar de reuniões nos municípios: Santa Luzia, Itacaré, Una, Jussari, Canavieiras, Ilhéus, em que discute com os pequenos produtores o apoio à agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que vem beneficiar com crédito e juros baixos a pequena produção. Este programa foi criado com base no Decreto 2.199 de 24/8/95, estabelecido entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Ministério da Agricultura.

Com base nos totais de homologações de rescisão de contratos de trabalho realizadas pelo STR de Itabuna, que serve como indicador, evidencia-se um crescimento do desemprego na região, a partir dos dois últimos anos. Através das constantes denúncias feitas pelos trabalhadores, constata-se que o não pagamento do salário mínimo é uma situação ainda constante nas fazendas da região. Diversas são as estratégias utilizadas pelos fazendeiros para burlar a lei. A

mais comum é fazerem os trabalhadores assinar uma folha de papel em branco, ou folha específica de rescisão de contrato de trabalho, despedindo-o posteriormente, mas respaldando-se caso este venha a denunciá-lo.

Quadro 1 – Total de Homologações de Rescisão de Contratos de Trabalho

1990 a 1995

ANOS	M E S E S												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1990	71	50	36	42	46	59	76	68	58	66	58	75	705
1991	88	99	103	93	100	79	111	126	74	104	81	155	1213
1992	62	90	111	122	63	69	100	140	60	73	46	217	1153
1993	54	90	91	114	10	90	88	125	80	70	80	150	1042
1994	85	121	121	77	128	136	129	131	172	138	96	176	1510
1995	255	88	168	247	154	143	140	137	129	124	36	137	1758

Fonte: STR de Itabuna - BA

Um outro órgão que tem uma grande atuação na região é a CPT. Localizada no município de Itabuna, vem reforçar a importância da cidade como metrópole regional. Apesar de ter a sua sede neste município, este órgão não desenvolve nenhum trabalho em Itabuna com assalariados e assentados¹⁷. Itabuna constitui-se como centro aglutinador do trabalho de recrutamento de pessoal para áreas de assentamento.

A CPT reforça e apoia a luta pela terra e a luta na terra e atua nos municípios de Una, Santa Luzia, Canavieiras, Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Camamu, Wenceslau Guimarães, Ituberá e Ubatã. Nos quatro primeiros municípios citados existem assentamentos que a CPT acompanha, principalmente com um trabalho junto às mulheres assentadas.

O trabalho com mulheres assentadas consiste em discutir o seu papel dentro do assentamento: na organização, para garantir a igualdade de direitos e de participar das associações, podendo votar; nas questões referentes à saúde e

¹⁷ As informações sobre a CPT foram obtidas a partir de uma entrevista com dois funcionários do órgão

organizar-se produtivamente. A funcionária responsável por este trabalho foi enfática em afirmar que inexistente um movimento de mulheres na CPT, e não existe um trabalho específico com mulheres assalariadas.

A CPT desenvolve também um trabalho de formação de jovens dentro das áreas de assentamento, visto como um meio de trabalhar a permanência do jovem na terra. Um dos projetos desenvolvido, é a roça comunitária com jovens, para obtenção de renda própria.

Quanto ao trabalho com assalariados, este é desenvolvido através de visitas às casas dos trabalhadores rurais, nos finais de semanas. Este trabalho é realizado nos municípios de Santa Luzia, São João do Paraíso (pertence a Mascote) e Camacan. O objetivo desse trabalho é conhecer as condições de vida, moradia e emprego do trabalhador, para posteriormente, buscar soluções conjuntas e conscientizá-lo dos seus direitos.

No que diz respeito à relação da CPT e STR de Itabuna, inexistente um trabalho conjunto. A CPT é uma entidade ligada à Igreja, e o STR, por representar os trabalhadores, aproxima-se da CUT, entidade representativa dos sindicatos dos trabalhadores. Ocorre um trabalho conjunto, às vezes, nas políticas públicas, ou em atos conjuntos, a exemplo da Passeata dos Excluídos, que aconteceu no dia 12 de dezembro de 1995, em Itabuna. Em função da ligação do STR com o PCdoB, existe uma resistência em aceitar o trabalho da Igreja.

Itabuna dispõe dos seguintes órgãos: FASE, IBGE e CEPLAC. A FASE, implantada em Itabuna em 1987, justamente para trabalhar com os assalariados do cacau, teve um importante papel durante a campanha salarial de 89. Este órgão foi um dos organizadores desta campanha junto com os STRs, e fez todo o trabalho de

confeção de panfletos, atas das reuniões, organização de pauta etc., o que ficou constatado através do arquivo disponível sobre a campanha: documentos, boletins e gravações do programa de rádio – A Voz do Trabalhador Rural. Atualmente, este órgão não desenvolve nenhum trabalho conjunto com o STR de Itabuna. Uma das razões pode ser claramente percebida, através do viés partidário, fazendo com que este órgão se aproxime mais das entidades ligadas ao PT e pelo fato, também, de estar afastada do movimento sindical rural.

A CEPLAC, localizada entre os municípios de Itabuna e Ilhéus, através de trabalhos de extensão tem discutido a crise cacaeira, na tentativa de buscar caminhos, possíveis saídas para o problema. Em conversa com um dos pesquisadores do centro sócio-econômico deste órgão, este ressaltou a tendência fundiária pautada na concentração de terra. A crise do cacau foi fundamentada nos seguintes aspectos: monocultura com cultivo perene; grandes plantios de cacau; mão-de-obra intensiva; preço baixo no mercado internacional, aspectos estes, que devem ser analisados interligadamente.

Este pesquisador ressaltou como proposta a ser amadurecida, na tentativa de buscar uma saída para a crise econômica do cacau, a diversificação econômica, na qual permaneceria a plantação de cacau, mas em pequenas propriedades, com utilização de mão-de-obra familiar.

CAPÍTULO II

“A democracia esbarrou na cerca e se feriu nos seus arames farpados. O mundo está evidentemente atrasado. Onde se fez a reforma o progresso chegou. Mas a verdade é que até agora a cerca venceu, o que nasceu para todas as pessoas, em poucas mãos ainda está (...) Mas é tanta, é tão grande, tão produtiva que a cerca treme, os limites se rompem, a história muda e ao longo do tempo o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra.” (*Carta da Terra - Herbert de Souza*)

2. A CONTEMPORANEIDADE TEÓRICO-SOCIAL DO MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA

2.1. A Trajetória de Luta pela Terra e sua Contemporaneidade

A discussão sobre a importância da concretização de uma reforma agrária no Brasil retorna hoje ao debate com novas feições, fazendo-se pensar sobre os movimentos de luta pela terra e os seus reais protagonistas: o homem do campo sem terra, assunto tão debatido e pouco concretizado, mas que ganhou ao longo da história diversos sentidos e significados.

A defesa da reforma agrária é uma bandeira histórica, que se insere nos anais das lutas no campo, pois não são novos os movimentos e enfrentamentos armados por causa da terra. Novos são os sentidos que emprestam os seus agentes, a exemplo do MLT. Este capítulo procurará pontuar os diversos momentos dessa luta, reconstituindo a trajetória de organização política-sindical dos trabalhadores rurais, a partir da década de 50. O corte temporal se justifica, pois, foi a partir de 50 que se intensificou a organização dos trabalhadores através das Ligas Camponesas e formação de sindicatos e marcou a interferência sistemática do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁸ no campo, através das medidas tomadas no *manifesto de agosto*¹⁹.

¹⁸ Ao falar da trajetória política do Partido Comunista, não se deve esquecer a cisão ocorrida no ano de 1962. Para tanto, torna-se importante levantar alguns fatos históricos: em 1960 aconteceu o V Congresso do PCB; em 1961 houve uma Conferência Nacional que mudou o nome do Partido Comunista do Brasil (PCB), para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla e retirando do programa a referência à ditadura do proletariado; em 1962 dissidentes organizaram uma Conferência Extraordinária, elegeram um novo Comitê Central, mantendo o nome Partido Comunista do Brasil (com a sigla PCdoB), e reafirmaram no programa do partido a ditadura do proletariado.

¹⁹ “O manifesto de agosto foi lançado pelo PCB em 1950. Com esse manifesto o partido rompia com o governo e a burguesia “progressista” e propunha a constituição de um governo popular em substituição ao vigente. Singular neste manifesto é a proposição da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) com vista a luta pelo poder”. (AUED, 1981).

A inserção sistemática do PCB no campo tinha como objetivo buscar uma base de apoio para o seu projeto de mudança social e de se transformar em um grande partido de massa. A reorganização do partido a partir de 1943 levou-o a aproximar-se dos trabalhadores urbanos e rurais ou *massas camponesas*, como os designava. A introdução desta categoria para designar as diversas classes sociais que compõem o cenário heterogêneo do campo estava diretamente vinculada à sua concepção sobre a sociedade brasileira, como afirma Medeiros:

De acordo com esse partido, o Brasil era fortemente marcado por sobrevivências feudais, cuja expressão mais evidente era o latifúndio. Este era um arcaísmo, um entrave, impedindo que milhões de camponeses se constituíssem em mercado interno para a indústria que se implantava (1989: 27)

Com base nesta visão, o latifúndio e os latifundiários constituíam um entrave ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tornando necessária a sua extinção e a concretização de uma revolução democrático-burguesa, na qual a reforma agrária teria papel fundamental e contaria com o apoio de diversas classes sociais. É a partir da aliança entre o proletariado urbano e *campesinato*, que reflete uma concepção política baseada no desenvolvimento do capitalismo europeu e reunindo a complexidade de situações no campo a uma luta que lhe desse sentido histórico, a reforma agrária, que o PCB vai forjar sua identidade. (MEDEIROS, 1989)

O caminho escolhido pelo PCB foi a organização dos trabalhadores do campo no campo, participando de suas lutas. Inicialmente, apoiou as Ligas Camponesas, para, na década de 50, incentivar a criação de sindicatos dos trabalhadores rurais. Além desse trabalho, o partido editava o jornal *Terra Livre*, com a finalidade de ser um “canal de troca de experiências e guia político”. Entre os anos de 1953 e 1954 foram realizados 27 encontros e congressos estaduais ou nacionais de trabalhadores rurais que “estruturavam a

organização da categoria, obtiveram as primeiras conquistas a nível nacional e lançaram a luta pela reforma agrária” (BAUER, 1995: 71). Merece ser ressaltado que em 1955 havia apenas cinco STRs reconhecidos no Brasil, sendo dois localizados em São Paulo; um no Rio de Janeiro; um na Bahia (Itabuna) e um em Pernambuco (ANDRADE, 1986: 25 e 26).

Neste contexto destaca-se o papel desempenhado pelas Ligas Camponesas no Nordeste, como forma inicial de organização dos trabalhadores. As Ligas tinham como principal objetivo a luta pela terra e reuniam diversas categorias sociais: posseiros, meeiros, foreiros etc., excluindo-se os assalariados agrícolas que se organizavam através de sindicatos. Motivados pela vitória no Engenho Galiléia, em Pernambuco, que conseguiu a desapropriação da fazenda, as Ligas Camponesas ganhavam mais força e se difundiram para outras regiões do país²⁰. Defendiam uma reforma agrária radical (“na lei ou na marra”) e, influenciados pela revolução cubana, acreditavam que era chegado o momento de lutar por uma revolução socialista no Brasil. Imbuídas desta concepção, consideravam a luta pela reforma agrária como o elo inicial do processo de derrubada do capitalismo, além de propiciar uma alteração na correlação de forças entre as classes sociais: trabalhadores rurais e burguesia latifundiária. Portanto:

A luta pela posse da terra não era uma simples luta econômica ou salarial, como acontecia nas lutas do proletariado urbano, mas uma luta que revolucionaria a estrutura da propriedade privada, base do capitalismo (BAUER, 1995: 73)

A reforma agrária passa a se constituir numa bandeira de luta dos movimentos rurais, porém, são diversos os significados assumidos. Interessa particularmente a compreensão do PCB sobre a reforma agrária, e que se constituirá no ponto nodal de divergência com as Ligas Camponesas.

²⁰ Sobre as Ligas Camponesas ver o trabalho de Bastos (1984).

Com a resolução de 1958, do Comitê Central do PCB, a luta pela reforma agrária mantém-se como luta central, entendida como a transformação radical da estrutura agrária, pois liquidaria o monopólio da terra e as relações pré-capitalistas de trabalho. No entanto, a organização desta luta vinculava-se ao combate ao imperialismo norte-americano. Com esta perspectiva o partido defendia a formação de uma frente democrática que englobaria o proletariado urbano, camponeses, pequena burguesia urbana, a burguesia e latifundiários, ou seja, todos que apresentavam contradições com esse tipo de imperialismo e que desejassem combatê-lo, pois, segundo o PCB, este tipo de imperialismo representava a contradição básica da sociedade.

O privilegiamento da formação de uma política de frente única como estratégia de luta significou, na prática, o resgate das formas legais de organização. O PCB acreditava que através do desenvolvimento das lutas dentro da legalidade é que se conquistaria mudanças na constituição e a concretização da reforma agrária. A obtenção dessa reforma se daria a partir de lutas e medidas parciais que permitissem o acúmulo de força e organização (MEDEIROS, 1989).

Essas resoluções refletiram nos posicionamentos tomados pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que, desde a sua fundação em 1954, em São Paulo, esteve sob a hegemonia do PCB. Esta entidade tinha como objetivo a organização dos trabalhadores em sindicatos, a fim de que lutassem pelos direitos civis e trabalhistas e pela reforma agrária, vinculando-se a uma luta mais ampla contra o imperialismo norte-americano.

Baseados numa visão etapista a ULTAB e o PCB privilegiavam, num primeiro momento, o avanço do capitalismo nacional e o fortalecimento da sociedade democrática – mesmo dentro do capitalismo – para, posteriormente, lutar por uma sociedade socialista. Essa leitura da realidade e encaminhamento das lutas provocaram

divergências com as Ligas Camponesas, que propagavam a necessidade de se construir uma sociedade socialista, além de provocar reflexos no controle interno do movimento de trabalhadores rurais.

A derrota das teses comunistas vinculadas às Ligas, no interior do PCB, e, a organização de um movimento de solidariedade a Cuba, feito pelas ligas no Nordeste, considerado inoportuno pelo PCB, pois estavam no auge de campanha eleitoral para a Presidência da República²¹, contribuíram para aumentar essas divergências.

Em síntese, o cerne da divergência estava na concepção de como se daria a *revolução brasileira* e o caráter da reforma agrária. Ambos pregavam a importância de uma “reforma agrária radical”, porém o sentido e condução da luta diferia profundamente. Na visão do PCB a reforma agrária seria uma etapa dentro da revolução democrático-burguesa e anti-imperialista, alcançada através de mediadas parciais, com uma política de frente única. Já para as Ligas, a principal força social da revolução brasileira, com conteúdo socialista, era o campesinato e descartava uma política de alianças com setores da burguesia e latifundiários, bem como qualquer medida parcial de reforma agrária que serviriam apenas para acomodar as classes trabalhadoras rurais.

Os posicionamentos tomados pelas Ligas Camponesas não inviabilizaram que na prática esta tivesse uma atuação política aproveitando os espaços legais existentes. Aproveitava-se da luta jurídica, somando a um processo de mobilização dos trabalhadores, projetando-a nacionalmente. Quanto ao PCB, não se pode excluir algumas práticas que extrapolavam a esfera legal, a exemplo de marchas e acampamentos nas cidades, até formas consideradas violentas, inclusive a luta armada²².

²¹ Esta eleição ocorreu em 1960, para a sucessão do presidente Juscelino Kubitschek. Disputaram esta eleição três candidatos: Jânio Quadros, Marechal Henrique Teixeira Lott e Ademar de Barros.

²² Pode ser citado como exemplo o conflito de Formoso e Trombas, no norte do Goiás (hoje Tocantins), no final dos anos 50.

Essas divergências não penetraram as bases e o cotidiano das lutas, ficando restritas à direção do movimento, porém, polarizaram o debate em torno do Congresso “Camponês” de Belo Horizonte em 1961, convocado pela ULTAB. Este congresso contou com a participação das Ligas e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (MASTER)²³, e de diversas representações de categorias dos trabalhadores: pequenos proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários, volantes etc. Devido a esta diferenciação interna aconteceram problemas de representação no Congresso. O resultado foi a aprovação de propostas bastante variadas, a fim de contemplar as diversas categorias de trabalhadores que participavam deste congresso. A luta pela reforma agrária dava unidade ao movimento, mesmo com as divergências internas quanto ao seu encaminhamento, entre a proposta de uma reforma agrária radical — na “lei ou na marra” (Ligas Camponesas ou julianistas) — e a luta por medidas parciais de reforma agrária (PCB). O resultado político desse congresso pode ser sintetizado nas palavras de Medeiros:

Se o Congresso de Belo Horizonte é considerado um divisor de águas entre as correntes que disputavam a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, ele guarda outros significados também. Antes de mais nada ele marcou como nenhum outro evento o reconhecimento social e político da categoria “camponês”, sintetizando um conflito de forças heterogêneas que lutavam no campo. (...) A representatividade das delegações, a diversidade de situações representadas, o caráter das reivindicações levantadas e o clima do encontro indicavam que não era mais possível tratar a questão agrária com medidas locais, seja de caráter repressivo, seja através de soluções parciais negociadas. Realizar transformações profundas na estrutura agrária aparecia como uma questão essencial do desenvolvimento nacional. Por outro lado, ele deu um novo impulso às lutas no meio rural”. (1986: 60)

O ano de 1961 marcou o período de refluxo das Ligas Camponesas enquanto forma de organização, passando por uma crise interna, fruto de disputas no interior do

²³ Este movimento surgiu no Rio Grande do Sul em 1960, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em decorrência de uma ação judicial ganha por um fazendeiro no interior do município de Encruzilhada do Sul, desalojando-se 600 pequenos produtores rurais das terras que há anos lhes davam sustento. Diante disto, a esquerda do antigo PTB e PCB começam a articular o movimento de resistência em todo o Estado, que se opusesse à pressão exercida pelos fazendeiros contra a reforma agrária.

próprio movimento. Neste período, duas correntes se debatiam internamente: um setor, representado por Clodomir Moraes, passou a defender a tese da *guerra de guerrilhas*, instalando alguns campos de treinamento, os chamados *dispositivos militares*; um outro, grupo ligado a Francisco Julião, colocava-se contrário a este posicionamento. Estas divergências internas resultaram no isolamento do movimento, que se restringiu a Pernambuco e Paraíba, entrando em disputas nesses estados com o PCB e setores da Igreja.

A década de 60 foi marcada, ainda, pelo desenvolvimento de um trabalho organizativo e mobilizador da Igreja nos diversos movimentos rurais, tornando-se presença hegemônica no meio rural. Através do Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte (SAR), criado em 1960, setores da Igreja deram o passo inicial de um trabalho sistemático, através da criação de um setor de sindicalização rural, que tinha como objetivo mobilizar e treinar líderes sindicais e orientá-los quanto à formação de sindicatos. Portanto, a sua penetração no campo vai se dar via SAR, que desenvolveu intensa campanha de sindicalização, através de emissoras de rádio controladas pela Igreja.

A partir desta experiência este trabalho foi estendido para outros estados do Nordeste, surgindo, em 1961, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco e a equipe de sindicalização rural da Paraíba e Teresina; e, em 1962, foi criado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas. Este trabalho não parou, sendo criado, em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB), impulsionador da mobilização rural em outros estados do Brasil.

Porém, deve-se ter claro que essa ação da Igreja não foi homogênea, refletindo na criação de movimentos que diferiam do posicionamento dado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esta entidade religiosa defendia um “sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar”. Como exemplo pode ser citado o surgimento da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude

Estudantil Católica (JEC) e Juventude Agrária Católica (JAC), segmentos da Ação Católica Brasileira. Como organizações leigas, diferiam das orientações da hierarquia da Igreja e tiveram grande atuação dentro do MEB.

Posteriormente, setores da Ação Católica criam a Ação Popular (AP), que tinha uma ação voltada para a organização de operários e camponeses, baseada nas “exigências concretas das massas”. Desenvolveram um trabalho de sindicalização rural e tinham como meta a “construção de uma nova sociedade, de perfil socialista”. Com esta perspectiva a AP confrontou-se não só com setores da Igreja considerados conservadores, mas também com o PCB.

A partir de 1973 verifica-se uma mudança no trabalho da Igreja, que culminou com a produção de dois documentos importantes: *Eu ouvi os clamores do meu povo* (Nordeste) e *Marginalização de um povo – grito das igrejas* (Centro-Oeste). Estes documentos apontavam uma insatisfação com a situação em que se encontrava a população marginalizada do Brasil e a preocupação em ter um perfil da situação social no campo. Através destes documentos a Igreja começa a denunciar este processo de pauperização absoluta, que culminou com a expropriação, expulsão, desemprego, subemprego e a marginalização. Neste sentido, começa a trabalhar não na perspectiva da acumulação, mas na perspectiva da distribuição, o que marca a posição da Igreja até hoje (MARTINS, 1986).

O resultado desta reorientação da Igreja, anunciado por esses documentos, materializou-se na criação de duas agências especializadas no trabalho pastoral: O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e, a CPT, em 1975. Diretamente ligados à CNBB, através de sua linha de ação missionária, tornaram-se presença ativa da Igreja nas regiões em conflitos sociais. Para Martins:

Essa reorientação ganharia o aval de toda a Conferência Episcopal na assembléia de 1980, quando seria preparado e divulgado o documento "Igreja e problemas da terra", em apoio não só à luta pela reforma agrária, mas também às formas alternativas de apropriação do solo que sustentavam as reivindicações camponesas e indígenas. Nesse documento, o episcopado estabeleceu a distinção entre "terra de trabalho e terra de exploração", terra para trabalhar e terra para explorar o trabalho dos outros. Uma distinção conceitual que resgatou da doutrina social da Igreja a precedência do trabalho em relação ao lucro especulativo e rentista na definição dos direitos dos camponeses (1994: 139)

Retomando a trajetória da luta pela terra, a nível federal a questão agrária adquiriu peso após o congresso de Belo Horizonte. O governo passa a hostilizar as Ligas Camponesas apoiando a ULTAB. Esta visão se reflete na assinatura, em 1963, do *Estatuto do Trabalhador Rural* (Lei nº 4.214, 2 de março de 1963), através do qual legalizou o movimento sindical rural, e estendeu aos trabalhadores rurais os direitos previstos aos trabalhadores urbanos, dentre os quais destacam-se: carteira profissional de trabalhador rural; regularização da jornada de trabalho; direito ao salário mínimo; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; aviso prévio em caso de demissão, entre outros. Apesar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 já reconhecer alguns desses direitos, eles nunca haviam sido respeitados.

Para coroar esse conjunto de medidas organizativas dos trabalhadores rurais é reconhecida a CONTAG, em janeiro de 1964. Com base nesta organização classista a nível nacional, e apoiado em organismos específicos, cresce o peso do "Estado como ator político importante nos rumos dos conflitos no campo". O ápice foi a assinatura, pelo governo João Goulart, do Decreto de 13 de março de 1964, no famoso comício da Central do Brasil, que previa a desapropriação de terras localizadas numa faixa de 10 Km ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Este decreto foi a gota d'água para o desencadeamento do golpe militar, provocando substanciais mudanças no rumo do movimento social rural e uma ruptura violenta na trajetória política e social do Brasil.

Falar do período militar é lembrar dos mecanismos que a ditadura utilizou: repressão às organizações de trabalhadores e aos partidos políticos; fechamento de sindicatos e das ligas; perseguição e prisão de lideranças sindicais e trabalhadores; anulação dos decretos de desapropriação de terras que já haviam sido feitas, bem como as mudanças nas relações de trabalho, como resultado do processo de modernização no campo, que ora se gestava. Com a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), em 1971, os sindicatos rurais foram transformados em órgãos de assistência médica e odontológica, perdendo o seu potencial reivindicativo — educador político.

Destaca-se, neste período, a promulgação do *Estatuto da Terra* (Lei nº 5.404), em novembro de 1964, que passaria a orientar a política de reforma e desenvolvimento agrário no país, e que criaria institutos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Este estatuto tinha como finalidade:

realizar uma melhor distribuição da propriedade, classificar os imóveis em quatro tipos ou categorias, dar função social à propriedade, criar o Fundo Nacional de Reforma Agrária, fazer zoneamento e levantamentos cadastrais, patrocinar a colonização oficial e particular, apoiar o desenvolvimento do cooperativismo, estimulando a implantação das cooperativas integrais de reforma agrária (CIRA), estimular o seguro agrícola, regulamentar o arrendamento rural, como a parceria agrícola, pecuária e extrativista (ANDRADE, 1986: 44)

A promulgação do Estatuto da Terra é considerada por muitos estudiosos como um mecanismo utilizado pelo governo para frear e controlar os movimentos sociais rurais, através do atendimento a algumas das reivindicações dos trabalhadores. Uma vez realizado este objetivo, o governo não se preocupou em executar o “diploma legal” por ele promulgado.

Analisando o Estatuto da Terra, *Martins* (1981) observou que a reforma agrária implantada pelos militares, baseada na distinção da propriedade, não apenas por

tamanho (minifúndio, latifúndio por dimensão, empresa rural e latifúndio por exploração), mas pela intensidade de utilização e pela forma social do uso da terra, passa a ter uma característica predominantemente capitalista. A terra é transformada em “bem de negócio”, ao estimular a expansão de empresas agrícolas de pequeno, médio e grande porte. Com isso, este estatuto transformou-se no principal responsável pela modernização agrícola no campo. Os dados apresentados exemplificam essa situação:

Antes do golpe militar, entre 1950 e 1960, as terras novas foram ocupadas do seguinte modo: 85% para estabelecimentos com menos de 100 hectares e 15% para estabelecimentos com mais de 100 hectares. Já na vigência do Estatuto, entre 1960 e 1970, essa distribuição de terras novas sofreu modificações, beneficiando os grandes proprietários: 35% dessas terras foram para os pequenos e 65% para os grandes. Entre 1970 e 1980, a década da grande violência no campo, os pequenos receberam 6% das terras novas e os grandes ficaram com 94 % . (MARTINS, 1986: 49)

O Estatuto da Terra e o seu papel na implantação da reforma agrária no Brasil, pode ser sintetizado nas palavras de Martins:

O Estatuto fez, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema terra se tornou tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe. (1981: 96)

Apesar do projeto de esfacelamento dos sindicatos rurais durante a ditadura, o sindicalismo rural se reestruturou a partir de sua confederação, ocorrido com a retomada da CONTAG em 1968. A partir daí reinicia-se um processo de organização sindical, que começa a se expandir e consolidar. O resultado foi a realização de dois congressos expressivos da categoria, em 1973 e 1975.

Internamente, a CONTAG debatia-se com problemas quanto à diversidade no interior do sindicalismo e as dificuldades de unificação das lutas. Diferentes categorias de trabalhadores representavam-se no interior de um mesmo sindicato, pois, de acordo a Portaria 71 (2/2/65) do Ministério do Trabalho, passou a existir somente o “trabalhador

rural”, para fins de enquadramento sindical. O trabalhador rural era entendido como “pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados”. Mais uma vez a CONTAG vai construir a unidade do movimento em torno da bandeira da reforma agrária.

Além dessa diversidade de categorias que se representavam no interior do sindicato, este também enfrentou problemas de segmentação no interior de uma mesma categoria, com exclusão de outros setores. É o que ocorreu na Zona da Mata pernambucana onde houve uma diferenciação, que, localmente, apresentava-se entre *fichados* (assalariados com carteira de trabalho assinada) e *clandestinos* (assalariados sem registro). Isto fez com que estes últimos não se sentissem membros do sindicato. A análise dessas relações de trabalho no meio canavieiro é bem trabalhada por Sigaud (1979) em os *Clandestinos e os direitos*.

Nesse clima de reestruturação do movimento sindical, acontece o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela CONTAG, em 1973. O objetivo desse congresso é o reordenamento da ação da própria entidade, nas quais destacam-se: o mapeamento da realidade sindical de cada Estado; a ênfase na formação de dirigentes sindicais, com constituição e equipes educacionais, na CONTAG ou nas federações; além da defesa de uma reforma agrária que “desse à terra sua função social”. As questões trabalhistas também foram discutidas, dando especial atenção à situação dos volantes (Medeiros, 1989).

A partir de 1979 os trabalhadores rurais voltam à cena política, que se materializa em diversas formas de lutas: greves de assalariados rurais, protestos contra a política agrícola, movimento de pequenos produtores, manifestações em favor da reforma agrária, diversas ocupações etc. Neste contexto, merece destaque a greve dos canavieiros

de Pernambuco, em 1979, na qual passam a pleitear, através de convenções coletivas, melhorias das condições de salários e trabalho, e inauguram um ciclo de greves anuais. Para Sigaud (1988), essas greves “representam uma descontinuidade em relação ao período autoritário, guardando uma continuidade com as formas de luta pré-64”, a exemplo das Ligas Camponesas e o processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais .

Em maio de 1979 num clima de abertura política, foi realizado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, marcando o desenrolar da organização sindical. Este congresso é um marco na história dos trabalhadores, pois, através dele, o movimento sindical apontou caminhos de rompimento com uma postura legalista, que se baseava no cumprimento do Estatuto da Terra, passando a exigir a realização de uma reforma agrária “massiva, drástica e imediata”, influenciado pelas lutas pela posse da terra, que ocorria em todo o Brasil e pelo modelo político e econômico adotado no país. Estas questões aparecem nas conclusões aprovadas, que tinham uma preocupação em levar os trabalhadores a discutirem o momento político nacional, participando na luta pela mudança do modelo político brasileiro. A reforma agrária se tornaria a grande bandeira do movimento sindical, passando a ser entendida como:

a reforma agrária não é, pura e simplesmente, a ocupação de espaços vazios das terras públicas, mediante o processo de colonização, mas sim, o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade (CONTAG, Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais)

Outro aspecto importante que merece ser ressaltado é a abertura dos trabalhadores rurais a outras instâncias da sociedade, especialmente aos trabalhadores urbanos. Com esta postura o movimento sindical rural procurava quebrar o isolamento imposto pela ditadura militar, “rompendo” os interesses imediatos de classe e abrindo-se para possíveis aliados na luta política, e que se materializou na presença massiva dos

sindicatos rurais na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em 1981.

A década de 80, marcada pela transição política da ditadura militar para um governo “civil”, reacendeu a esperança de que seria concretizada a reforma agrária. O que foi entendido pela *Aliança Democrática*, frente ampla que disputou as eleições presidenciais de 1985 e que teve, como candidato, Tancredo Neves. Este passou a defender a reforma agrária como principal bandeira de luta, já que esta era uma exigência de amplos setores da sociedade.

A constituição do governo da *Nova República* procurou através do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República) tentar cooptar setores dos diversos movimentos sociais rurais e a opinião pública em favor da reforma agrária. Entre as diversas organizações ou entidades que passaram a defender essa luta referendada na proposta, destaca-se o MST, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), CONTAG, CNBB (através do CIMI e CPT) etc. Muitas destas entidades chegaram a enviar sugestões e propostas, embora não resultassem em força expressiva. Porém, percebia-se na prática uma grande distância entre o que era dito e as ações em torno da viabilização da reforma agrária, que permaneceu letra morta nas posturas assumidas pelo governo. O PNRA esbarrou-se na burocracia, no legalismo, na estrutura de poder vigente. A título de exemplo, esse documento sofreu doze versões até ser oficializado e teve a sua assinatura adiada diversas vezes.

A tão esperada reforma agrária via PNRA permaneceu mais como intenção do que uma política efetiva. Esse projeto de reforma agrária visava garantir condições mínimas de reintegração dos trabalhadores à terra, sem contudo mexer com a estrutura de poder existente no campo, permanecendo a lógica do sistema capitalista inalterada. Ao mesmo tempo esse plano serviu para reprimir os movimentos que estavam por acontecer,

isolando lutas e setores combativos, restando e desgastando as lutas pela terra; na prática, era uma proposta de “pacto social” para o campo. A dimensão real desse plano pode ser assim analisado:

Esse plano é protelatório e pouco realista. Nas ações imediatas enfatiza medidas como: fazer levantamento, revisar, analisar, selecionar. É irrealista ao se propor “desenvolver, imediatamente, intenso trabalho de sensibilização de todas as instâncias e órgãos do poder político, especialmente o poder judiciário”. É-o também pelo fato de que os assentados deverão pagar tudo o que foi despendido em decorrência do assentamento: desapropriação, custos administrativos, despesas judiciais e custo de infra-estrutura. É este o tipo de reforma agrária previsto pelo PNRA. As propostas dos trabalhadores rurais, concernentes às medidas de encaminhamento da reforma agrária, não são consideradas. O plano limita-se à função de corrigir defeitos da estrutura fundiária e a delimitar a função social da propriedade ao conceito de produtividade”. (PANINI, 1990: 190 e 191)

Vale ressaltar que a trajetória de luta pela terra, resgatada anteriormente, esteve até certo momento histórico determinada pela perspectiva ideológico-política dos partidos políticos, que a abordavam, baseados numa discussão revolucionária (a exemplo do PCB), ou inserida nas posturas legalistas assumidas pelo governo, nas diversas conjunturas, que buscava através da reforma agrária uma base de apoio para os seus projetos políticos e tinha como principal objetivo “frear” o avanço da organização dos trabalhadores rurais.

Na década de 80, a luta pela terra é retomada numa nova perspectiva. O surgimento do MST será o principal responsável por essa transformação. A Reforma Agrária passa a ser vista enquanto problemática social, com mudanças nas estratégias utilizadas quanto a sua viabilização. A mobilização dos trabalhadores para as ocupações de terra, somada a pressão exercida junto aos órgãos governamentais se constituirão nas principais bandeiras de luta.

A fim de compreender esse processo e o próprio MLT, que se auto denomina como uma dissidência, torna-se necessário analisar a trajetória política do MST, principal expressão dos movimentos de luta pela terra hoje e que hegemoniza a maior parte

dos conflitos agrários no país. Este movimento ganhou projeção nacional a partir de 1994 com as ocupações no Pontal do Paranapanema.

A luta pela terra retornou com força nas últimas décadas, elevando a “temperatura” político-social em diversas regiões do país, com o crescimento da violência no campo, ainda hoje na ordem do dia. Entre os diversos episódios ocorridos que exemplificam esse fato, destaca-se a morte de onze sem-terras na fazenda Santa Elena, no município de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e o massacre ocorrido no Pará, em abril de 1996, entre outros. Os dados sobre esse tipo particular de violência são alarmantes. Segundo a CPT chegam a 979 o número de trabalhadores rurais mortos em conflitos por todo o Brasil, desde 1985²⁴.

Ao reconstituir a origem do MST deve-se levar em consideração as próprias condições político-econômicas do Brasil, que, com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura durante o período da ditadura militar, excluiu, com o projeto de modernização do campo, milhares de trabalhadores, e colocou como alternativa para estes, a colonização da Amazônia ou o êxodo para os grandes centros urbanos, aproveitando a euforia do *milagre econômico*. A origem do MST deve ser buscada na resistência e nas ocupações de terra realizadas por trabalhadores excluídos pelas transformações, que ora se processavam, na região Sul. Esses trabalhadores resistem a se proletarizarem, no campo ou na cidade, e não encontrando espaço para se reproduzir como pequenos produtores, tiveram a iniciativa da luta pela terra.

O acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979; a luta do Movimento dos Sem-terra do Oeste do Paraná (MASTRO); desenvolvimento das lutas dos expropriados pela construção da barragem da hidrelétrica de

²⁴ Os dados apresentados baseiam-se na matéria: Terra Marcha do Sangue, publicada pela Revista Isto é, nº 1350, de 16 de agosto de 1995.

Itaipu; ocupações de fazendas no oeste do Paraná e Santa Catarina; as lutas de Ronda Alta (RS), todos esses movimentos ocorridos no final dos anos 70 e início da década de 80, ao se articularem, constituem-se na forma inicial do movimento; entretanto, a fundação oficial do MST vai se consolidar em 1985 (GRZYBOWSKI, 1991).

O MST está estruturado em 21 Estados brasileiros que tiveram participação no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-terra, na cidade de Curitiba, em janeiro de 1985. Esse movimento apresenta uma estrutura interna composta por uma *Coordenação Nacional*, coletivo sem presidente com poder deliberativo, do qual fazem parte 65 membros representando os 21 estados e o distrito federal; essa coordenação é responsável por traçar as linhas gerais do movimento. *Direção Nacional*, coletivo sem presidente, composta de 15 integrantes; o objetivo da direção nacional é executar as metas da coordenação nacional. *Coordenações Estaduais*, formadas por um coletivo composto de 7 a 16 membros, e desempenham nos Estados o papel que a direção nacional exerce no país. *Regionais* composta de 10 membros; trata-se de uma divisão administrativa e operacional, sendo que cada Estado define o número de regionais; em São Paulo existem cinco. Por fim as *Coordenações de Acampamento*, formadas por até 7 pessoas; estas organizam as ocupações e está subdividida em setores: educação, alimentação, saúde, segurança, produção e negociação em conflitos²⁵.

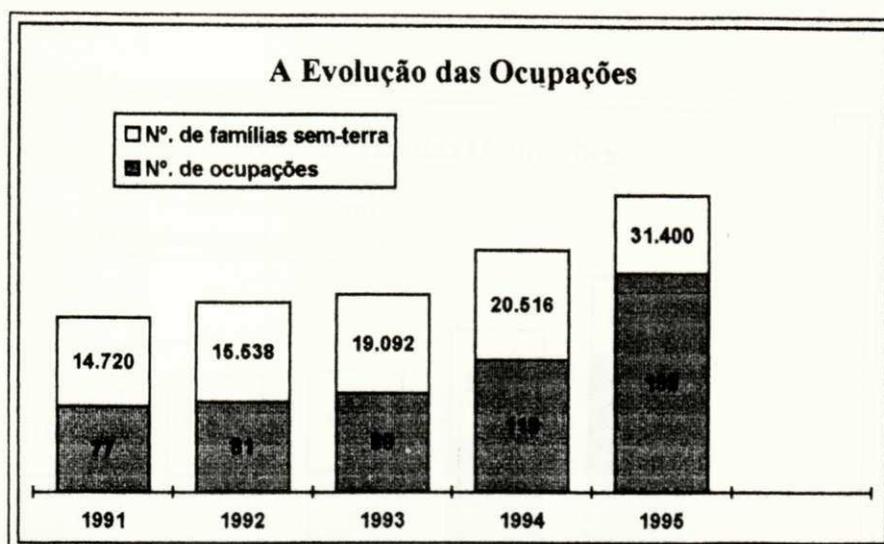
Com toda essa estrutura, o MST hoje tem em seus quadros 5.200 militantes profissionalizados, com média de 25 a 28 anos. Os conflitos de terra envolvem 20,5 mil famílias, com uma área ocupada de 700 Km², o que equivale a meia cidade de São Paulo, e conta com assentamentos regulares que somam 72,5 mil Km², o equivalente a uma vez e meia o Estado do Rio de Janeiro²⁶, além de editar um jornal mensal: *Sem-terra*.

²⁵ As informações foram obtidas do jornal A Folha de São Paulo: "Conheça as cidades com áreas ocupadas pelo MST", de 24 de setembro de 1985, que teve como fonte a CPT e o MST.

²⁶ Idem.

Levantamentos feitos apontam a existência de 138 acampamentos controlados pela entidade, totalizando 40.511 famílias. As ocupações de terra vem expandindo-se como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3:



Fonte: CPT e MST

É necessário ter claro quem é considerado sem-terra para o MST, que, ao definir a composição social do grupo inclui diversas categorias sociais. Segundo o MST, fazem parte dos sem-terra: assalariados rurais que lutem por mais do que os benefícios trabalhistas; parceiros, meeiros e arrendatários, aqueles que vivem em atividade agrícola em terras de terceiros, pagando o uso da terra com a produção; bóia-frias, empregados contratados por tarefa; proprietários com até cinco hectares de terra; filhos de proprietários rurais, cujas famílias tenham até 30 hectares, e que não tenham condições de dividir a propriedade com os filhos¹.

É importante salientar o sentido político da luta dos sem-terra, muito bem resumido por Abramovay:

¹ Ibidem.

o sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porem a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. Os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos (Abramovay, R. Nova Forma de Lutar pela Terra: Acampar. Reforma Agrária. Campinas, v. 15, n° 2, maio / jun.; 1985. APUD: Grzybowski, 1991: 24)

O MST na sua trajetória de luta tem contado com apoios diversos, entre os quais pode ser ressaltada a ajuda recebida por certos setores da Igreja Católica, especialmente a CPT, o que tem contribuído para o movimento apresentar características nitidas político-religiosas nas suas diversas manifestações e na construção da sua própria identidade (GRZYBOWSKI, 1991). Além do apoio da Igreja tem contado com contribuições de entidades não-governamentais (ONGs) da Europa, recursos federais, e contribuições de trabalhadores já assentados através das diversas cooperativas de reforma agrária.

O desenvolvimento de cooperativas e agroindústrias é uma realidade dentro do MST. Isto contribuiu para que este tenha hoje uma fábrica de jeans, que funciona na cooperativa do assentamento Conquista da Fronteira, em Santa Catarina; dois pequenos frigoríficos no Paraná; empresas de beneficiamento do Rio Grande do Sul e cinquenta agroindústrias²⁸. A luta pela implantação de cooperativas tem três dimensões para o MST: viabilização da reforma agrária, auto sustentação do grupo e da luta política, e está em consonância com uma das bandeiras do movimento. Essas preocupações estão bem resumidas no seu novo lema: *Ocupar, resistir e produzir; a reforma agrária é uma luta de todos.*

As ocupações têm se constituído no principal instrumento político utilizado pelo MST para acelerar o processo de reforma agrária, visando o assentamento de trabalhadores no meio rural. O movimento conta hoje com 138 acampamentos sob seu

²⁸ Reportagem do jornal Folha de São Paulo: MST carrega a bandeira da organização, de 19 de abril de 1996.

controle, totalizando 40.511 famílias (junho de 1996). Neste ponto surge a necessidade de se entender quais são as estratégias utilizadas pelo movimento numa ocupação de terra. Apesar deste tema não ser enfatizado abertamente pelo MST, este trabalho levantará algumas considerações com base no ocorrido nas ocupações do Pontal do Paranapanema²⁹.

As estratégias de ocupação baseiam-se numa forte organização interna do grupo, com regras definidas, que cumprem várias etapas. A primeira etapa é a escolha do nome e endereço da fazenda a ser ocupada, e avaliação do tamanho, potencial, produtividade da terra e situação jurídica. Após a escolha da área, cabe a José Rainha³⁰ determinar o dia da ocupação. A segunda etapa consiste em preparar a ocupação e mobilizar os sem-terra, que só ficam sabendo da ocupação três dias antes, desconhecendo que área vai ser ocupada. A terceira etapa é entrar na terra, romper as cercas e armar acampamento. Neste processo são tomadas algumas medidas de segurança: o grupo tem duas horas para levantar os primeiros cinquenta barracos, logo em seguida os ocupantes são divididos em equipes – saúde, segurança, educação e alimentação – cada um com um coordenador e quatro vices. A quarta etapa é levar ao conhecimento da sociedade a ocupação e buscar apoio entre prefeitos e entidades locais das cidades próximas.

Quanto à estrutura interna do acampamento, existe uma preocupação em cadastrar todos os membros, e são realizadas assembléias diárias no final da tarde, nas quais os líderes do MST passam para o grupo informações sobre as negociações com o governo e fazendeiros. A fim de se protegerem, constroem no ponto mais alto da fazenda uma barraca de segurança, com a finalidade de controlar a entrada de estranhos no acampamento. Logo

²⁹ Os dados apresentados sobre as ocupações de terra no Pontal do Paranapanema, baseiam-se na matéria: Ordem Unida, apresentada pela revista Isto é, nº 1358, p.23, de 11 de outubro de 1995.

³⁰ José Rainha Júnior, 35 anos, ex. integrante das Comunidades Eclesiais de Base, em Linhares (ES). Entrou para o MST em 29 de janeiro de 1985. Nasceu em Córrego ao Sete em São Gabriel da Palha (ES). Hoje é o principal líder dos sem-terra no Pontal do Paranapanema. Reside hoje em Teodoro Sampaio (SP). Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 22 de outubro de 1995.

que ocupam existe uma preocupação em começarem a produzir. Este cultivo da terra é coordenado por três pessoas diretamente ligadas a José Rainha.

Após essas considerações sobre o MST, torna-se importante considerar que este movimento não é a única expressão dos movimentos de luta pela terra no Brasil. Matéria publicada pela Folha de São Paulo³¹ aponta que existem hoje no país 39 acampamentos, com 4.453 famílias controladas por outras organizações. Merece ser salientado que nos últimos anos tem surgido novos movimentos, a exemplo do Movimento Democrático dos Sem-terra (MDST), criado em julho de 1995, no Triângulo Mineiro, bem como dissidências internas no MST, que tem dado origem a outros movimentos, a exemplo do MLT, objeto de análise desta dissertação. As diferenças entre o MST e os movimentos autônomos é identificável nos métodos utilizados e nos princípios que norteiam o movimento, bem como nos diversos canais de mediação. As especificidades do MLT serão abordadas nos capítulos posteriores.

2. 2. Movimento Social – Uma Problemática Conceitual

Discutir a temática de *movimentos sociais* é estar atenta para as diferentes vertentes teóricas, interpretações e os seus diversos significados. Como categoria, apareceu pela primeira vez por volta de 1840 para nomear o movimento operário europeu (SCHERER-WARREN, 1987), e ganhou ao longo da história diversas conotações: “meio de superação da subordinação do trabalho ao capital”, “reais formadores de uma nova cultura política”; “ação grupal baseada numa práxis social”, “processos coletivos e de comunicação realizados por indivíduos”, entre outros.

³¹ Trata-se da matéria: MST controla 41 mil famílias no campo, de 21 de junho de 1996.

Esta parte do capítulo propõe-se a discutir a problemática que envolve esta categoria, especificamente a temática em torno dos movimentos sociais rurais. O objetivo é fundamentar esta análise de suporte teórico-analítico, para num segundo momento perceber a especificidade e singularidade do MLT, procurando situá-lo no contexto amplo das lutas pela terra, a fim de inseri-lo na “rede” que abrange outros movimentos sociais.

Os movimentos sociais no Brasil não são recentes, ao longo da história ocorreram diversas lutas, seja no meio rural ou urbano, que são tidas como verdadeiros movimentos: messianismo, cangaço, lutas indígenas, luta dos escravos etc., podem ser citadas como exemplos. Entretanto, é possível estabelecer um corte temporal na trajetória histórica dos diversos movimentos. Esse corte temporal se justifica na medida em que reflete mudanças no próprio significado que estas lutas passam a assumir, consequentemente revolucionando as análises no âmbito das Ciências Sociais.

Essa alteração de significados assumidos pelos movimentos sociais, que movimenta-se entre a determinação do econômico e o papel ativo da cultura, tem reflexos na concepção que estudiosos e militantes políticos haviam construído de como se realizar a transformação política da sociedade e os instrumentos adequados para esta transformação.

Falar em movimento social até o início dos anos 60 significava referir-se à capacidade revolucionária do proletariado e acreditar em sua organização racional. Com base neste raciocínio, os partidos políticos e sindicatos de orientação socialista e comunista representariam a forma acabada desse tipo de organização.

Numa abordagem marxista tradicional, pode-se destacar o papel da vanguarda (referencial leninista), que no âmbito dos movimentos sociais, tinha como tarefa formar a consciência de classe e conduzir as “massas” a lutarem por mudanças na sociedade. Ou ainda, ressalta-se o proletariado como única classe revolucionária, baseando-se num referencial homogêneo de sociedade e bipolarizada em torno de duas classes sociais:

burguesia e proletariado, os conflitos sendo tratados como reações a problemas no âmbito da esfera econômica. Neste contexto, os movimentos sociais são concebidos como meio de superação da subordinação do trabalho ao capital.

Nos anos 70, com a proliferação e organização de diversos movimentos, representando segmentos heterogêneos da população, e uma maior participação das camadas populares até então tidas como excluídas da sociedade, emergem novas formas de mobilização, que ocorrem fora do espaço do partido político e sindicato. Esses fatores operarão mudanças na compreensão teórica da categoria de movimentos sociais.

Esses novos movimentos sociais, que mostram uma sociedade civil em ebulição, passam a ocupar a atenção dos estudiosos. Multiplicam-se os estudos sobre o tema e surge uma preocupação em buscar novos referenciais teóricos, que dessem conta de explicar estas novas formas de participação política.

Com isso houve um rompimento com as análises que viam os movimentos sociais apenas como reais portadores de mudanças na estrutura da sociedade, e a preocupação se desloca para as especificidades de cada movimento. Estas análises buscam a singularidade e a identidade específica de cada luta. A preocupação se desloca: trata-se não mais de delegar aos movimentos o papel de realizar um projeto de transformação global na sociedade, mas de buscar o sentido sócio-cultural da luta para o grupo que a engendrou, já que a capacidade inovadora desses movimentos “parece basear-se menos em seu potencial político e mais em seu potencial para criar e experimentar formas diferentes de relações sociais quotidianas” (EVERS, 1984:15).

No Brasil, a reflexão teórica sobre a natureza dos movimentos sociais gerou diversas *polaridades interpretativas*, que podem ser agrupadas em três matrizes teóricas: *estrutural-autonomista*, *cultural-autonomista* e de *enfoque institucional* (DOIMO, 1995).

A matriz *estrutural-autonomista* analisa a origem dos novos movimentos sociais relacionada às ações desencadeadas pelos *sujeitos coletivos*, reais portadores da capacidade de transformação das relações capitalistas de produção. Os determinantes dessa ação baseiam-se em dois postulados básicos:

- a) as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito primordial da sociedade capitalista, na medida que são determinadas pelo caráter “classista” do Estado, visto que este financia a reprodução do capital em detrimento da garantia de reprodução da força de trabalho;
- b) a sociedade civil tem, em si mesma, uma capacidade ativa no sentido de organizar-se “autonomamente” contra a tradição política autoritária, especialmente o regime autoritário (DOIMO, 1995: 47).

Esta compreensão, largamente difundida no Brasil, foi responsável por entender os movimentos sociais como sinônimos de movimentos urbanos, já que a problemática urbana era o enfoque principal desses estudos, além de reduzir essa problemática às contradições que se dão no âmbito da esfera econômica.

A matriz teórica conhecida como *cultural-autonomista*, começou a ganhar força a partir da década de 80 e provocou um rompimento com o modelo de abordagem anterior, na medida em que passou a buscar o “sentido das práticas coletivas no campo de sua própria experiência”. Com isto passou a negar a idéia de um sujeito único, a homogeneidade de classe, e a descrença nas ideologias externas à própria ação. Esta matriz teórica chamou a atenção para a “pluralidade de sujeitos” com uma “constelação de novos significados”, criados a partir da própria experiência.

Os representantes desta matriz teórica colocavam em segundo plano o peso político das instituições formais. O surgimento e a proliferação dos movimentos sociais eram saudados como os “novos sujeitos políticos”, portadores de uma “nova identidade sócio-cultural”, formadores de uma nova cultura política e renovadores do próprio sentido de se fazer política (DOIMO, 1995). No Brasil, estas idéias foram difundidas por Tilman Evers (1994), Eder Sader (1988), Scheren-Warren (1987), Kruschke (1987) entre outros.

As idéias defendidas por eles ganhavam força com a multiplicidade de práticas reivindicatórias que despontavam no final da década de 70, nos grandes e médios centros urbanos do país.

A matriz teórica denominada como *enfoque institucional* irá se opor às abordagens anteriores, que viam nas ações dos movimentos sociais uma negação à própria estrutura do Estado, enquanto esfera governamental. Suas análises passam a levar em conta a própria ampliação das funções do Estado e este é visto não apenas como “inimigo”, mas, dependendo dos interesses, este podia ser um “parceiro” na luta. Nesta perspectiva, as análises não podem negligenciar o papel do Estado no processo e desenvolvimento das lutas, bem como nas relações estabelecidas com os movimentos sociais. Neste sentido, as análises se operarão na esfera de discussão em torno do binômio autonomia-institucionalização.

A categoria de movimentos sociais ao longo da história ganhou diversos significados, o que torna difícil uma conceituação precisa que dê conta de abarcar as várias conotações que ela assumiu. No entanto, de forma ampla, este trabalho adotará como referencial a conceituação de *Scheren-Warren* (1987), que aponta como partes constituintes de um movimento social, quatro elementos que serão considerados como critérios para a caracterização da luta como movimento social ou não:

definirei (...) movimentos sociais como uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (organização e sua direção) (p. 20)

Práxis, projeto, ideologia, organização e direção são, segundo essa autora, elementos indicadores da existência ou não de um movimento social. Estes elementos estão articulados dialeticamente, de modo que dificilmente se poderia fazer um estudo específico de um movimento analisando cada aspecto isoladamente.

Vale ressaltar que movimento social não é um objeto, nem um grupo ou categoria específica, mas uma ação grupal. Ação que se desenvolve em um determinado ambiente social, político e econômico, e que coloca em interação atores sociais definidos, que nesse processo passam a produzir a sua própria historicidade. Torna-se vago conceituar um movimento social sem procurar analisar a especificidade do movimento; que práxis vem sendo desenvolvida; que objetivos e projeto defende. Procurar a singularidade de cada movimento é a tarefa primordial para se entender o significado dessa ação grupal e a sua historicidade.

Este trabalho tomará como referencial teórico alguns estudiosos dos movimentos sociais – Tilman Evers, Eunice Durham, Scheren-Warren e Grzybowski – procurando resgatar no pensamento destes autores a compreensão e caracterização sobre a referida temática, para posteriormente entrar na discussão específica sobre os movimentos sociais rurais.

Tilman Evers (1984) ao analisar os movimentos sociais na América Latina chamou a atenção para as mudanças ocorridas na sociedade, com a proliferação de novos grupos sociais, ao mesmo tempo que os instrumentos de percepção e interpretação que desse conta de acompanhar essas mudanças fugiu ao controle dos cientistas sociais, havendo uma subversão das velhas categorias de análise: “o liame entre os movimentos sociais e o conhecimento do social rompeu-se” (p. 11). Segundo este autor, compreender esses novos movimentos sociais utilizando o poder político como categoria central de análise é insuficiente, pois o potencial desses movimentos está diretamente ligado à renovação de padrões “sócio-culturais” e “sócio-psíquicos” de relações cotidianas e não a estrutura de poder. O potencial desses novos movimentos é sócio-cultural e não político, e está ligado à capacidade de criar e experimentar novas formas de relações sociais cotidianas. Ao questionar a situação central do critério de poder, estes movimentos têm

assumido um papel importante na criação de uma contra-cultura, que vá de encontro aos critérios de poder da sociedade vigente, emergindo desse processo um “novo ser sujeito”.

Eunice Durham (1984), ao analisar a proliferação dos novos movimentos sociais no Brasil chama atenção para as dificuldades interpretativas, que se baseiam na base de classes dos movimentos constituídos por setores heterogêneos da população e na ação desses movimentos que se desenvolvem fora do espaço dos sindicatos e partidos políticos. Segundo esta autora, é necessário eliminar alguns pressupostos cristalizados nas interpretações correntes, tais como: a noção de que movimentos sociais são formas inferiores de mobilização; a idéia de que a motivação da existência de um movimento é a pauperização crescente das classes trabalhadoras. Ressalta ainda, a necessidade de rever a base de classe desses movimentos, pois categorias precisas como proletariado e “exército industrial de reserva” têm se mostrado insuficientes para dar conta da heterogeneidade dos setores de baixa renda, que é a base de muitos desses movimentos.

O modo de constituição dos movimentos é analisado por Durham. Eles articulam-se pela “formulação de uma ou várias reivindicações a partir da percepção de carências comuns”. É justamente a carência que define a coletividade, por isso há diferentes tipos de movimentos, pois as carências são definidas de diferentes modos.

Nos movimentos sociais a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela formulação de um direito (...) A transformação da necessidade e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania (DURHAM, 1984)

Scheren-Warren enfatizará o papel desempenhado por esses novos movimentos sociais na formação de uma ideologia anti-autoritária e a luta pela descentralização do poder. Esses movimentos têm experimentado formas variadas de fazer política, através de práticas que têm rompido com a visão da ação política inserida apenas na esfera institucional. Com isso “criam” um novo sujeito social, que tem experimentado

diferentes formas de atuação política e redefinem o espaço da cidadania; não existe uma homogeneidade entre os movimentos, tanto em relação aos diferentes tipos, quanto ao mesmo tipo, havendo variadas formas de atuação prática:

Movimentos sociais expressam a crise das formas tradicionais de fazer política; crise das clássicas organizações centralizadoras (partidos e sindicatos), crise de encaminhamento das esquerdas tradicionais (luta armada, ações clandestinas, disputas eleitorais etc.), e ressaltam ainda o “esgotamento dos modelos tradicionais de análises com relação a instituições e aos processos políticos. (SCHEREN-WARREN e KRUSCHKE, 1987:)

Os movimentos sociais rurais também não são recentes, havendo uma dicotomia entre “velhos” e “novos” movimentos. Esta dicotomia é melhor compreendida a partir do conteúdo e forma de organização das lutas. No que se refere à organização, os velhos movimentos consagrados na literatura como messiânicos, banditismo social, associativismo etc., incorporaram formas clientelísticas e paternalistas de fazer política, em oposição aos novos movimentos que têm procurado valorizar novas formas de organização: participação ampla das bases, democracia direta, opondo-se, ideologicamente, à centralização do poder, ao autoritarismo e à violência. Quanto ao conteúdo das lutas, os velhos e novos movimentos possuem demandas específicas e chegam a defender projetos de transformação social. Estes movimentos são sínteses de elementos arcaicos, modernos e pós-modernos, porém o que trazem de inovador é “a luta pela ampliação do espaço da cidadania incluindo a busca de modificações das relações sociais cotidianas” (SCHEREN-WARREN, 1993):

Do passado, permanecem, como formas não superadas, resíduos das relações clientelísticas, paternalistas e ao mesmo tempo autoritárias, relações estas de neutralização dos conflitos sociais e de manutenção da estrutura de dominação. Da modernidade alguns herdaram a visão iluminista de um projeto de transformação global da sociedade a se realizar através dos sujeitos históricos definidos. Outros, expressando a pós modernidade, apostam mais nas pequenas transformações que vão ocorrendo no cotidiano, através de uma pluralidade de novos atores sociais, com o poder de corrosão das formas de autoritarismo e de status quo instituídos (p. 61)

Ao analisar a especificidade dos movimentos sociais rurais Grzybowski (1991) chamou a atenção para a diversidade de movimentos que ocorrem no campo. Esta diversidade reflete a variedade de contradições existentes e o modo como são vividas e enfrentadas. Os movimentos sociais, a saber: posseiros; sem-terra; de barragens; luta de mulheres agricultoras; bóia-frias etc., realizam combinações de classe em novas representações e não encontram explicações em concepções que vêem apenas como movimentos de reprodução da força de trabalho. Este conceito torna-se genérico como elemento explicativo, em vista da própria heterogeneidade referida, tornando-se necessário a análise enveredada pelo campo da cultura, resgatando a identidade específica de cada movimento.

Um dos aspectos fundamentais dos novos movimentos sociais é a formação de uma nova cultura política, materializada na forma de organização e prática social. Este novo fato “cultural” que penetra os movimentos evidencia um espírito crítico e caracteriza-se através de novas formas de organização e luta: democracia de base; livre organização; autogestão; direito à diversidade e respeito à individualidade; identidade local e regional; noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva (SCHEREN-WARREN, 1987).

Esta nova cultura política constitui-se em um dos valores fundamentais dos movimentos e forma-se a partir da identidade construída. Através dos movimentos os sujeitos criam identidades e interesses próprios, específicos a cada realidade histórico social, fazendo emergir deste processo um novo sujeito, que passa a ser social, coletivo e descentralizado.

Os movimentos que ocorrem no campo vão além das instituições formais – Igreja, sindicato e partidos – e possuem sua própria temporalidade, que se define por suas ações frente ao sistema de relações históricas. Resgatar a identidade dos movimentos e

compreender esse novo sujeito coletivo significa analisar a especificidade de cada movimento, a causa que o gerou e reconstituir a sua trajetória de luta, pois os protagonistas da ação (sujeitos sociais) se modificam continuamente, através da interação recíproca e luta na obtenção dos seus objetivos.

Uma tarefa que se impõe a estes novos movimentos sociais é uma auto-percepção realista de seus próprios potenciais, limitações e características, através da superação das falsas identidades vindas de fora, outorgadas. Para o homem do campo, significa reafirmar a própria dignidade humana e lutar cotidianamente contra a miséria, opressão e devastação cultural imposta. Significa lutar contra qualquer forma de dominação que se constitui numa usurpação de identidade.

Para resgatar a identidade específica de cada movimento, torna-se necessário acentuar e afirmar a diversidade e heterogeneidade dos problemas rurais e recuperar o processo de luta destes movimentos dentro da polaridade dialética: “negação e independência em relação aos outros / afirmação e construção de identidade social própria” (GRZYBOWSKI, 1991). Significa pensar o sujeito coletivo e os movimentos em geral como síntese de questões objetivas e subjetivas.

Falando especificamente sobre o MLT, pode-se afirmar que a luta pela conquista da terra para viver e plantar constitui a identidade específica do movimento. Este tem como estratégia de luta a ocupação de áreas improdutivas ou em processos de desapropriação pelo INCRA. Surge deste movimento um novo sujeito social que tem no cooperativismo, na solidariedade, na democracia de base o seu alicerce básico. Este novo sujeito social passa a rejeitar qualquer forma de arbitrariedade e autoritarismo e cotidianamente, aprende uma nova noção de liberdade que ao mesmo tempo que é individual está associada à de liberdade coletiva. Isto evidencia-se na vivência cotidiana dos acampados e assentados, que juntos lutam não apenas por uma questão econômica

(serem inseridos no mercado de trabalho), mas por melhores condições de vida e terra para plantar. Com isso resgatam, na prática, uma nova concepção do que é ser cidadão, e esta luta pela cidadania está associada à luta por direitos básicos de vida: moradia, saúde, educação e trabalho, como ressalta um dos panfletos do movimento: “... a gente não quer só comida (...) a gente quer comida, respeito e terra para plantarmos nosso sustento e também nossos sonhos: sonho de vermos nossos filhos na escola, de barriga cheia, com casa para morar, sem ter que mendigar um pedaço de terra!”.

Ao analisar os movimentos sociais rurais Scheren-Warren (1993) destacou três pré-requisitos básicos que determinam a formação de um movimento social no campo. São eles: o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades; o desenvolvimento de uma sociabilidade política; e a construção de um projeto de transformação.

No MLT esse direito se materializa na luta pela conquista da terra. A terra passa a ser a principal bandeira de luta, e, através dela se conquistará uma cidadania integral: moradia, alimento, escola etc. É no processo de luta que os integrantes do MLT assumem a identidade de sem-terra. O que nos faz retomar Grzybowski:

sem terra é, por definição, um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar sua identidade. A afirmação política como “sem-terra” dá base para reivindicar junto ao Estado o direito à terra. (1991: 57)

Quanto a sociabilidade política esta se constitui no determinante da existência de um movimento social. Através dos movimentos, seus participantes têm experimentado novas formas de relações sociais: assembleias, grupos de reflexões, reuniões, vivência coletiva em acampamentos (caso específico dos sem-terra). Essas novas formas de relações sociais têm provocado mudanças junto aos trabalhadores, fazendo com que estes rompam com o seu isolamento geográfico, social e cultural, como afirma Grzybowski:

em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais (1991: 60)

A construção de um projeto de transformação constitui-se no terceiro pré-requisito para a formação de um movimento social. No caso específico do MLT este projeto está sendo construído em torno do objetivo específico da luta desenvolvida, que é a conquista da terra e concretização da reforma agrária. Essa luta baseia-se numa utopia de construção de uma nova sociedade e em novas relações sociais, mais justas e igualitárias, na qual não exista uma concentração de terra. Segundo Scheren-Warren (1993), os movimentos têm lutado por uma cidadania integral – social e política – na medida em que lutam pelo direito à terra para quem nela vive e trabalha e por maior participação dos trabalhadores através do reconhecimento de suas organizações, com respeito à diversidade cultural e de gênero.

Uma questão ressalta-se em relação aos movimentos sociais: a discussão em torno do papel das lideranças. Não se pretende esgotar a discussão sobre essa temática, já que este não é o objeto principal da dissertação, porém não inviabiliza que se levante alguns comentários. Para tanto tomar-se-á como referenciais de análise: Bourdieu (1982), Max Weber (1986 e 1991) e Regina Novaes (1987 e 1994). Mesmo sabendo que estes autores não desenvolveram uma teorização específica sobre lideranças, entretanto suas análises levantam questões que permitem uma melhor compreensão desta categoria.

Torna-se necessário esclarecer ao leitor quanto ao uso exaustivo do termo liderança no decorrer da dissertação. A utilização desse termo pelos membros do MLT (direção e acampados da Conceição) não foi introduzida pela pesquisadora, pois já o

utilizavam quando queriam se referir aos membros da coordenação estadual do movimento. Este servia para delimitar a separação entre os acampados da Conceição e a direção do MLT. Portanto, o que se fez foi procurar, no decorrer da pesquisa, observar o que significava para o grupo ser liderança, que atributos e características a liderança tinha, que a tornava um membro “diferente” dentro do movimento.

Indo além dessas questões propriamente ditas e respaldando-se na análise de Weber, pode-se afirmar que:

nas relações entre dominantes e dominados, por outro lado, a dominação costuma apoiar-se internamente em bases jurídicas, nas quais se funda a sua “legitimidade”, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar conseqüências de grande alcance (1986: 128)

Para este autor, a legitimidade é a base da dominação, e, de acordo com a sua natureza, difere o tipo de obediência, e por conseguinte o tipo de dominação. A dominação pode ser de caráter: racional (dominação legal); tradicional (dominação tradicional) e carismático (dominação carismática) (WEBER, 1994).

A grosso modo, utilizando o pensamento weberiano para entender as relações das lideranças nos movimentos sociais rurais, pode-se afirmar que a legitimidade³² se constitui em fator primordial de reconhecimento de um sujeito como liderança dentro do grupo. Caso não ocorra esta legitimidade aplicada ao conhecimento que esta tem do meio

³² De acordo com o ponto de vista weberiano, pode-se afirmar que “crenças na legitimidade de um sistema de dominação podem contribuir para estabilizar um relacionamento de autoridade (...) Como todos os que desfrutam vantagens sobre os seus semelhantes, os homens no poder querem ver sua posição como “legítima” e suas vantagens como “merecidas”, e interpretar a subordinação da maioria como o “justo destino” dos subordinados”. (Weber. An Intellectual Portrait. London, Heinemann, 1960, p. 297. Apud Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 675). Com base nos princípios de legitimidade diversos, Weber distinguiu três tipos de dominação legítima: tradicional, legal e carismática. “A dominação (probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de determinado grupo de pessoas) é baseada na legitimidade. Dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência e o quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação”. (Weber, 1994: 139)

social na qual está inserida, a “liderança poderá ser abalada”, tendo seus efeitos nas suas tarefas dentro do movimento do qual faz parte (CARDOSO, 1993).

Outro aspecto importante dentro do quadro teórico weberiano que pode ser utilizado para analisar as lideranças é o *carisma*, analisado na dominação carismática, como sendo:

uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanas ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como líder (...) O que importa é como de fato ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os adeptos (WEBER, 1994: 159)

O carisma aqui é entendido como a capacidade adquirida pelas lideranças: poder intelectual, coragem, heroísmo, oratória etc., através da qual se fazem reconhecer pelo grupo.

Utilizando as contribuições de Bourdieu (1982), este chama a atenção para compreender o carisma não apenas como “natureza” do indivíduo, mas a necessidade de investigar os elementos que socialmente condicionam a representação da liderança enquanto tal:

Para acabar de vez com a representação do carisma como propriedade associada à natureza de um indivíduo singular, seria preciso ainda determinar, em cada caso particular as características sociologicamente pertinentes de uma biografia singular que tornam um determinado indivíduo socialmente predisposto a sentir e expressar com uma força e uma coêrencia particulares certas disposições éticas ou políticas já presentes, em estado implícito, em todos os membros da classe ou do grupo de seus destinatários. (p. 74)

No decorrer da pesquisa procurou-se investigar as características particulares de que dispõem as lideranças e que contribuem para serem acreditadas pelo grupo, bem como o papel que estas características desempenham na sua formação enquanto liderança.

Outra questão que aparece com destaque quando se trata de movimentos sociais rurais é o papel dos *Mediadores*, também chamados de “agentes externos”. A

questão se complexifica na medida que as lideranças podem ser vistas também assumindo o papel de mediadores³³. No caso particular (MLT), estas assumem o papel de mediação entre o acampados da Conceição, STRs e partido (PCdoB). Seria um paradoxo tratar as lideranças como mediadores?

As lideranças, sindicatos e partidos políticos têm assumido o papel de mediação, de representação do grupo frente às autoridades competentes, e desempenham muitas vezes o papel de árbitro (claro que não seria neutro) entre pólos antagônicos: patrões e empregados, sem-terra e esfera governamental etc. Fazer mediação, neste caso, é assumir o papel de ponte, “estar entre, fazer meio de campo”.

Portanto, tratar as lideranças como mediadores, significa analisá-las através de suas ações cotidianas, no confronto e enfrentamento das lutas diárias. Este papel desempenhado pelas lideranças se dá em função do “isolamento, assimetria e dominação política e econômica” a que estão submetidos os trabalhadores rurais.

Os diversos mediadores (sindicato, partidos políticos, lideranças) de modo geral possuem a capacidade de quebrar o isolamento dos trabalhadores e movimentos, levando-os a interagirem com outros grupos políticos, como afirma Novaes:

Discursos e mediadores externos podem ter sua importância e eficácia, principalmente se levarmos em conta que este elemento “externo” pode, em determinadas conjunturas e situações ser justamente o que permite a quebra do isolamento das lutas e a possibilidade de seu reconhecimento político. (1987: 301)

Nesse sentido, o MLT, através de suas lideranças e organização, consolidou-se numa estrutura que tem a capacidade de ser um veículo de expressão dos interesses coletivos de uma parcela dos trabalhadores, que se encontram excluídos,

³³ As lideranças podem ser vistas também como um tipo de mediador que está inserido no movimento e contribui para o rompimento do localismo das lutas. É necessário ressaltar que Regina Novaes (1994) chamou a atenção para três tipos de mediadores: externo, de cima e mediador de dentro. Neste último podem ser enquadradas as lideranças

marginalizados, destituídos de seus direitos e cidadania e se materializou como um movimento social de luta pela terra.

CAPÍTULO III

“Nós vamos mostrar pra burguesia que a terra só produz na mão do trabalhador, e é por isso que a gente não vamos deixar terras improdutivas enquanto tiver trabalhador sem terra e terra sem gente”

Jorge Barreto

3. “LUTOU, CONQUISTOU” — A TRAJETÓRIA DO MLT

3.1. Origem do MLT: do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia ao Acampamento Conceição

A origem do MLT e a institucionalização enquanto movimento social de luta pela terra é o resultado de três processos concomitantes. Aparentemente interdependentes, esses processos estabelecerão um elo de ligação e formarão a componente causal que culminará com a materialização e concretização do movimento. São eles: o Movimento de Desempregados do Sul da Bahia; a dissidência com o MST; e a interferência do PCdoB na política sindical rural na região. Os dois últimos aspectos serão analisados no capítulo IV.

O Movimento de Desempregados do Sul da Bahia

A constituição do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia foi iniciado por Manoel Severino, presidente do STR e membro do Comitê Municipal do PCdoB. Ele procurou organizar os trabalhadores nas periferias de Itabuna, dando início a um trabalho no bairro Santa Inês e áreas circunvizinhas. A escolha deste bairro advém de uma série de motivos, entre os quais destacam-se: a aproximação do STR com os seus moradores, pois havia um grande número de sócios do sindicato, que participaram da campanha salarial de 1989; a concentração de um grande número de trabalhadores rurais e desempregados; a existência de uma associação de moradores com espaço destinado para a realização das reuniões, etc.

O trabalho inicial foi legalizar esta associação, que passou a se chamar AUTA (Associação Unida dos Trabalhadores na Agricultura), fundada no

final de 1993. Esta associação reunia-se aos domingos para discutir os problemas do bairro, e a realidade de vida dos moradores. Destas reuniões participava um grande número de trabalhadores rurais desempregados.

A AUTA foi o primeiro núcleo de trabalho, e a partir dela o movimento se expande. Com o aumento do desemprego na região, os trabalhadores começam a procurar o STR, e são encaminhados para essas reuniões. Portanto, foi a partir dessa associação que o trabalho com desempregados começou a se estruturar, o que culminou, posteriormente, no Movimento de Desempregados do Sul da Bahia.

A pedido do próprio Manoel Severino, a direção municipal do PCdoB designou um membro do diretório municipal para acompanhar esse trabalho, e foi indicada uma pessoa que também fazia parte da diretoria do sindicato dos bancários. O trabalho com os trabalhadores, portanto, já existia, embora não como movimento de desempregados.

O trabalho com os desempregados amplia-se e começa a contactar pessoas de outras cidades, de outros bairros, procurando ver a sua situação de vida, e buscam apoio de outras entidades. Passam a dar apoio a este trabalho as seguintes entidades: ASCAL, Brasil na Luta³⁴, O Sindicato dos Bancários e Comerciários de Itabuna e a Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe. Estas duas últimas entidades entraram para o movimento através da ligação que tinham com o PCdoB. O INCRA de Itabuna também começou a participar dessas reuniões, bem como algumas prefeituras da região.

³⁴ Durante todo o trabalho de campo procurou-se saber o significado dessas associações e qual o trabalho desenvolvido por elas. Sabe-se apenas que com a crise do cacau surgiram diversas associações autônomas – ligadas a um político local ou presidentes de associações de bairros – que levavam a proposta de mobilizar os trabalhadores a fim de conquistarem um pedaço de terra e tinham uma composição social bastante heterogênea, já que delas faziam parte também trabalhadores urbanos.

O resultado da ampliação do movimento foi a criação de uma comissão, da qual faziam parte os representantes de todas as entidades e associações participantes – STR de Itabuna, Sindicato dos Bancários e Comerciantes, Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, ASCAL e Brasil na Luta – que culminou com a formação do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, no primeiro semestre de 1994.

A origem do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia está intimamente ligada à crise econômica da região cacauzeira, que aumentou o número de desempregados na cidade de Itabuna. No processo de desenvolvimento do movimento, este passou a ter como objetivo e finalidade a viabilização da Reforma Agrária como solução para os problemas dos trabalhadores rurais. Só que o mote inicial de mobilização foi a própria condição de vida do trabalhador: fome, miséria e desemprego. Posteriormente, após a origem do Movimento, passam a defender a ocupação de terra como alternativa para os problemas dos desempregados. Um membro do diretório municipal do PCdoB na região define como objetivo e finalidade do movimento:

Tentar tirar essas pessoas da periferia da cidade, essas pessoas praticamente estavam sendo colocadas pra fora da área rural, e a gente queria integrar de novo essas pessoas de volta ao lar, que é a terra, que é o que elas sabem fazer, trabalhar com a terra.

A composição social do movimento era de trabalhadores rurais desempregados (grande maioria), trabalhadores urbanos desempregados e subempregados.

As reuniões foram realizadas, inicialmente, no bairro Santa Inês na sede da Associação (AUTA) e no Colégio do bairro. Posteriormente, aconteceram reuniões no bairro da Califórnia, na Urbis e na Câmara de Vereadores. A FASE e a CPT participaram de algumas dessas reuniões. Inicialmente, o que se discutia era a

falta de alimentação em casa. A direção do movimento chegou a organizar grupos de trabalho com tarefas definidas, e levá-los para as feiras livres para pedirem alimentos. A partir dessa organização, os trabalhadores começaram a se engajar no Movimento.

Quanto à organização das reuniões, centralizava-se nos diretores do Movimento: apesar destes levarem a discussão para o coletivo, já se tinha uma proposta inicial. As reuniões serviam para estruturar a viabilização das propostas, apesar de, contraditoriamente, um membro da direção afirmar que:

... As propostas nasciam nas reuniões, não eram levadas prontas, parecendo que a direção tinha tudo organizado na cabeça, e só era passar para eles. A contribuição dos participantes era a seguinte: eles davam as idéias e a direção organizava as idéias deles (...) isto para que não fizesse besteira, para que fizesse da maneira correta, porque muitos deles pensavam em matar ...

O que não foi ressaltado por alguns trabalhadores que participaram do movimento, ao afirmarem que as discussões ficavam polarizadas entre a direção (membros da mesa) e o INCRA. As últimas reuniões aconteceram no ginásio de esportes de uma escola em Itabuna e contou com a presença de muitos trabalhadores, e de um grande número de representantes de entidades. Isto contribuía para reduzir o tempo de participação dos trabalhadores, que se limitavam a fazer uma pergunta à mesa, pois havia muitas entidades a se posicionar. A própria estrutura da reunião - microfones, caixas de som com alto-falantes - inibia a participação dos trabalhadores.

A idéia de ocupação de áreas improdutivas e a luta pela reforma agrária já se constituía em um dos objetivos da luta para a direção do movimento. Este desejo - ocupação de terra - foi explicitado também pelos demais participantes. Nas últimas reuniões, anterior à primeira ocupação, eles

manifestaram suas insatisfações e sugeriram ocupar uma área ou sairiam do Movimento, a fim de buscarem novas condições de sobrevivência. Os trabalhadores sugeriram ocupar uma área que conheciam, a Fazenda Bela Vista que, segundo eles, encontrava-se abandonada pelo proprietário.

Diante da sugestão dos trabalhadores de ocupar esta fazenda, a direção do Movimento se prontificou, primeiramente, a analisar a situação da referida fazenda em relação ao INCRA, para posteriormente procurar as entidades e conseguir alimentação e dinheiro para viabilizar a ocupação.

Ao definirem a ocupação como nova bandeira de luta, mudou a identidade social e política do grupo, que passou a ser visto como “sem-terra”, o que provocou uma mudança na condução do Movimento. Não lutavam mais por melhores condições de trabalho, mas por terra para morar e trabalhar. A luta pela terra passou a significar a possibilidade de retomarem a sua condição de trabalhadores rurais, numa nova perspectiva, não mais como assalariados e sim como pequenos proprietários, concretizando o antigo sonho: ter um “pedaço de terra”.

Ao mesmo tempo, a decisão de ocupar uma área improdutiva reflete um grau de organização política e coesão interna dos integrantes do grupo. Formado por pessoas com diferentes histórias de vida, após algumas reuniões percebem coletivamente o grau de miséria e exploração a que estavam submetidos. Com isto passam a se ver não como sujeito individual, mas coletivo, e procuram na própria coletividade forças para enfrentar os desafios cotidianos. O que pode ser melhor compreendido a partir da fala de um acampado:

Quando nós decidimos de vir para aqui, teve gente que desistiu de lá mesmo: não, eu não vou lá não. É esses que vai passar o resto da vida em beira de pista, se não enfrentar, porque a ocupação não é legal, também não é ilegal, é a forma de conquistar, é ocupando. Se ficar na beira da pista, vai ficar 4 anos, 5 anos sempre assim, só na esperança, porque o governo não vai chegar lá botar ninguém dentro do carro pra trazer pra área e entregar a fazenda e a escritura. (Ronaldo Souza)³⁵

A Primeira ocupação – Bela Vista

No dia 22 de março de 1994 foi realizada uma reunião em uma escola de Itabuna, com mais de 1000 famílias, quando ficou decidido ocupar a fazenda Bela Vista, localizada no município de Ilhéus-BA, e foi composta uma comissão para organizar essa ocupação: encontrar carros e recursos. Um representante da CEPLAC participou desta reunião e representantes de várias prefeituras presentes prometeram sementes e condições de transporte. O representante do INCRA presente comprometeu-se a que caso viabilizassem a ocupação da terra com “vinte e quatro horas ele estaria junto”. Geraldo Simões, prefeito de Itabuna, afirmou que ajudaria no transporte e alimentação. Entretanto, nem todas essas promessas foram cumpridas, mas mesmo assim tiveram um significado importante, que é a presença de órgãos públicos na organização de uma ocupação.

O representante do PCdoB ficou na parte de estratégia, para coordenar com as entidades externas a viabilização da ocupação. A primeira ocupação da fazenda Bela Vista ocorreu em março de 1994 e contou com a participação das diversas entidades que faziam parte da coordenação do Movimento de Desempregados. Esta ocupação e posterior montagem do acampamento durou

³⁵ Os nomes dos autores das falas e das lideranças, que aparecem em toda a dissertação foram modificados por nós. Ver caracterização no quadro anexo 1. Os grifos que aparecem nas diversas falas dos informantes, é um recurso utilizado por nós, a fim de chamar a atenção para aspectos considerados como importantes, e que por si só dizem muito.

pouco tempo, pois permaneceram apenas 17 dias na área e logo foram despejados por policiais, de forma violenta.

Esta heterogeneidade de entidades, com práticas e objetivos diferentes, causou problemas na condução do processo de ocupação, bem como na organização interna do acampamento. As contradições e conflitos entre as entidades começaram a se manifestar na organização interna do acampamento. As divergências já existiam, e nas reuniões do Movimento de Desempregados expressavam-se na disputa interna entre o PCdoB e ASCAL. Esta questionava a atenção dada pelo INCRA a AUTA (próxima ao PCdoB), em detrimento de sua entidade. O que se deve ter claro é que esse processo foi permeado de contradições e constituiu-se num espaço de tensão e disputa.

Também foi heterogêneo o grupo que participou da ocupação, composto de pessoas com histórias de vida bem diferentes. Não se fez um trabalho no sentido de conhecer o próprio grupo, sua origem, sua situação de vida, bem como de levá-los a entender o significado de uma ocupação de terra e da reforma agrária. A falta de habilidade da direção, neste aspecto, permitiu que morassem no acampamento até policiais disfarçados de trabalhadores.

Em função dos problemas citados, os reflexos começaram a aparecer no acampamento, tais como: roubos, constantes conflitos entre as lideranças das entidades, desvio de alimentos, rompimento entre as entidades que participavam do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia e desta ocupação.

O primeiro rompimento entre as entidades ocorreu entre a AUTA (apoiada pelo PCdoB), de um lado, e a ASCAL e Brasil na Luta. O motivo da separação foi o desvio de 800 Kg de alimentos e 1200 passes coletivos destinados

ao acampamento, pois, segundo os entrevistados, as entidades ASCAL e Brasil na Luta haviam feito este desvio. Em consequência deste fato estas entidades afastaram-se da Bela Vista, ficando apenas a AUTA, os STRs. de Ilhéus e Itabuna e representante do PCdoB, que passam a conduzir a luta no acampamento.

Na fazenda Bela Vista, os sem-terra sofreram três despejos. O primeiro foi realizado pela polícia civil, e os outros dois pela polícia militar. Com o primeiro despejo, em março de 1994, foram acampar na beira da pista entre Itabuna e Ilhéus. Neste período, um representante da junta interventora da FETAG esteve em Itabuna, discutindo com o PCdoB local os problemas referentes a esta ocupação. Os sem-terras resolveram reocupar a fazenda e foram novamente despejados. Após o segundo despejo, os sem-terra ficaram no STR de Ilhéus. Reocuparam a fazenda e sofreram outro despejo e foram para a beira da pista (BA - 415). A partir do primeiro despejo o movimento passou a ser conduzido pela AUTA.

Viviam em barracos de plásticos, destruídos pelos policiais no primeiro despejo; trabalhavam coletivamente, chegaram a plantar mandioca e hortaliças. Entretanto, as condições de vida eram difíceis: falta de água, pois não dispunham de um rio próximo; a alimentação ficava por conta de cada um; havia grande número de mulheres e crianças. Quanto a estrutura organizativa, diferia da Conceição, não havia assembleias, apenas pela manhã se reuniam para dividir tarefas de trabalho.

A Trajetória do Grupo: Bela Vista ao Acampamento Conceição

Um barroco de madeira que serve de escola e almoxarifado; moradias construídas de lonas plásticas; cozinhas improvisadas nos fundos dos barracos ao ar livre; alimentos e roupas doados por entidades, pois a produção ainda é insuficiente; uma plantação de mandioca e verduras; o rio Rubalo que supre todas as necessidades básicas de higiene e alimentação: é esta a infra-estrutura básica com que contam os trabalhadores para continuarem resistindo na luta pela conquista da terra.

O acampamento Conceição possui uma área de 10 hectares, na qual vivem 34 famílias, distribuídos em 31 barracos. A área do acampamento é de fácil acesso, pois a empresa de ônibus "Riomar" faz três linhas diárias, entre Buerarema e Ilhéus, passando em frente à entrada da fazenda. A distância de Buerarema à fazenda é de 20 Km, porém a viagem leva uma hora devido as péssimas condições da estrada.

Até ocuparem esta fazenda foi uma longa trajetória passando por despejos e acampamentos de beira de pista. Procurar-se-á resumir essa trajetória, procurando não perder a riqueza de detalhes que o processo engendra, e que tem um grande significado na formação da identidade do grupo.

Com o 3º despejo, os sem-terra da Bela Vista acamparam na Beira da Pista entre Ilhéus e Itabuna, as margens da BA. 415, ficando de novembro de 1993 a julho de 1994 nesta área. O objetivo do acampamento de beira de pista era chamar a atenção das pessoas e mostrar para a sociedade a sua luta, envolvendo-a nesse processo. Procuravam denunciar publicamente a situação em que viviam. O surgimento do acampamento de beira de pista é analisado por uma liderança Estadual do MLT como sendo:

... O acampamento da beira da pista feito, o 1º acampamento, que teve na beira da pista, foi feito pelo MLT. Foi o acampamento na forma de você receber forças né, juntamos muitos trabalhadores, para daí conferir da terra uma organicidade maior e um número muito maior de trabalhadores, no processo inicial de mobilização. Só que aí algumas associações daqui, acabou morando nas beiras das pistas, quebrando então essa ferramenta, que tinha na luta pela terra ... (Antonio Gomes)

Não se pode perder de vista o significado do acampamento para o processo de luta pela terra, como afirma Abramovay:

O acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero. Ao contrário, a decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e sobretudo fé e esperança. O acampamento não é o aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ele é, isto sim, a expressão organizada da miséria, mas também da convicção de que a vitória sobre a fome e a pobreza é possível... São formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra (ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. Reforma Agrária –Campinas, v. 15, n.2. maio/jul., 1985. Apud: BARBOSA, 1994: 111)

Esse período em que ficaram na beira da pista: BA 415 foi de grande sofrimento para os acampados, estando presente na memória coletiva do grupo:

... Na beira da pista, aí muitas pessoas chegava trazia alimentação para gente, outras pessoas traziam bomba para jogar no meio da gente, outras ameaças já chegou até de o camarada dar seis tiros, o alvo do acampamento na beira da pista. Então a gente definimos, que não era na beira da pista, que ia dar um pedaço de terra para a gente, não era na beira da pista que a gente ia ficar assentado. Então a gente resolveu ocupar a Santa Maria. (Elvis Pereira)

Em julho de 1994 ocupam a fazenda Santa Maria, município de Ilhéus. Sofrem dois despejos na Santa Maria, e permanecem na área até novembro de 1994. Alguns fatos são lembrados pelos entrevistados, que marcaram o período de permanência na Santa Maria. O primeiro deles é o confronto que tiveram com a polícia civil (1º despejo). O outro fato que marcou foi o dia da ocupação, pois, como estava chovendo bastante, impossibilitando a ida do caminhão até a área, ela foi feita a pé (10 km de estrada até a área).

Na Santa Maria não conseguiram de imediato ter alimentação, e passaram muita fome. Isto levou a realizarem um trabalho com comissões, e de forma coletiva passaram a confeccionar cabos de machado, chapéus, machucador, colher de pau. Estes artefatos eram levados para serem vendidos na cidade e com isso compravam os alimentos, que eram distribuídos coletivamente ao grupo.

Este fato é muito importante e mostra a persistência, o esforço da organização do grupo. Toda a ação coletiva marcada por um determinado objetivo: a organização e sobrevivência do movimento. Além do fato de tornar transparente para a sociedade de que aquele grupo de pessoas buscava uma alternativa de sobrevivência para uma situação imediata:

... E a gente conseguimos advém outro mundo lá dentro, da comissão é, a ter o trabalho coletivo, a alimentação coletiva, o café das pessoas, que não tinha café. Outras não tinha feijão. E meio dia a gente tinha o feijão coletivo, tinha o café coletivo, tinha o cuscuta coletivo, o trabalho. Então a Santa Maria eu recorro bastante.
(Jorge Barreto)

Com o despejo da Santa Maria vão para Vila Cachoeira, município de Ilhéus, permanecendo de novembro de 1994 a abril de 1995. Em abril de 1995, a direção do MLT resolve ocupar duas áreas: a Santa Maria (novamente reocupá-la) e a fazenda Conceição. Conseguem ocupar a fazenda Santa Maria, mas são impedidos de entrar na Conceição, o que os levou a se dirigirem para a beira da pista, numa área chamada de Cascalheira (próximo à fazenda Conceição). Permanecem nessa área durante o mês de abril de 1995.

A direção do MLT ficou sabendo da existência desta área da Conceição, pois esta já estava em processo de negociação com o INCRA. A fazenda surge como indicação do próprio INCRA, após a ocupação de dois dias do órgão, em Salvador, que ocorreu após o despejo da Santa Maria.

Antes de se falar do período em que ficaram na Cascalheira, torna-se necessário retomar algumas questões. A segunda ocupação da Santa Maria é lembrada como uma fase de redefinição do próprio trabalho do MLT. O último despejo sofrido na Santa Maria foi bastante violento, os policiais destruíram todos os barracos, só ficando um barraco em pé, pois nele havia uma criança de seis meses. É lembrado pelo grupo, que, após a saída dos policiais do acampamento as pessoas estavam em pânico, pois eles ameaçaram voltar no outro dia para verificarem se eles ainda estavam lá. Já era noite e estava chovendo bastante, as quarenta pessoas entraram para dentro do único barraco que não havia sido destruído e cobravam uma solução das lideranças:

... Ai o pessoal entrou todo mundo para dentro do barraco, chuva começou a cair, e a gente fizemos um fogo dentro de casa, que eu pensei, que veio lágrimas nos olhos. Todo mundo ali, barraco desmanchados, mais de quarenta pessoas, todo mundo cobrando, que queria uma solução, tive que sair à noite para Ilhéus, que eu recorde bastante. (Jorge Barreto)

Este episódio contribuiu para a dispersão das pessoas, conseguindo resistir dentro do acampamento apenas 12 a 15 trabalhadores. Diante deste fato, foi realizada uma reunião e chegou-se à conclusão de que seria impossível manterem o acampamento com esse número reduzido de pessoas, e que a desapropriação da fazenda seria difícil. A solução encontrada foi trazer o pessoal para juntar-se ao grupo, que estava na Conceição. Isso ocorreu em maio de 1995.

O objetivo de acamparem na Cascalheira pode ser visto como uma estratégia do movimento de ganhar novos membros para o MLT. A tentativa de ocupação da Conceição tinha sido feita por um número reduzido de pessoas, a permanência na Cascalheira (um mês) serviria para aglutinar forças, fazer um trabalho de base na região e trazer novos membros para o MLT, como foi feito. A

maioria das pessoas que estão hoje na Conceição, entrou para o movimento quando estavam acampados na Cascalheira. Após um mês de acampados ocuparam a fazenda Conceição em 7 de maio de 1995.

Resumo da Trajetória:

Bela Vista —————> Beira da Pista (Ilhéus e Itabuna) —————>
 Santa Maria —————> Beira da Pista —————> Vila Cachoeira —————> Santa
 Maria —————> Cascalheira —————> Conceição.

3. 2. Acampados da Conceição: Aspectos de Vida

Estudar a origem do MLT é falar também das trajetórias de vida dos membros do movimento, ou mais precisamente dos acampados da Conceição, onde se baseou a pesquisa. Encontram-se neste grupo sete famílias remanescentes da Bela Vista, sendo que duas delas chegaram a participar do Movimento de Desempregados.

A luta dos acampados estrutura-se diante de um sonho futuro para o futuro, o querer a terra, inserido contraditoriamente em uma vida vivida, que estimula a continuar na luta em busca de uma vida diferente, ou seja, um viver melhor. A terra, o sonho da conquista da terra, passa a ser o meio que propiciará esse viver diferente. Neste momento todos os sem-terras (acampados) colocam-se como iguais, no sentido de quererem e terem o mesmo sonho. Porém, não significa que tenham o mesmo projeto, a ser desenvolvido na terra após a sua conquista, e tenham as mesmas histórias de vida.

Com o objetivo de não homogeneizar o grupo, a análise aqui desenvolvida procurará reconstituir a história de vida desses acampados, não perdendo de vista a singularidade deste processo. Neste sentido, duas questões fundamentais permearam a análise: O que faziam antes de virem para o acampamento? E como se deu, do ponto de vista individual, a entrada para o movimento?

O primeiro aspecto a ser analisado é a origem das famílias, onde moravam antes de virem para o acampamento. Merece destaque a cidade de Buerarema, de onde vieram 14 famílias; em seguida Ilhéus com 4 famílias e Porto Seguro com 3 famílias; e os outros municípios: Jussari, Itamaraju, Una, Salobrinho, Santo Antônio, Prado com apenas 1 família de cada município. (Vide quadro anexo nº 3)

O grande número de famílias vindas da cidade de Buerarema, está relacionado ao trabalho de base realizado no município em reuniões com o apoio do STR local. Um outro aspecto que também contribuiu foi a proximidade física entre Cascalheira e Conceição da cidade de Buerarema, chamando a atenção da sociedade local.

O segundo aspecto a ser analisado é a vinculação das pessoas ao MLT. Entraram para o movimento a partir do acampamento da Cascalheira (10 famílias), e uma grande parte, que está hoje no acampamento, entrou quando já estava na Conceição (11 famílias); apenas sete famílias são oriundas da Bela Vista. Estes dados confirmam as questões já levantadas: o trabalho de base (a ser explicado no capítulo posterior) feito na cidade de Buerarema e a organização do

acampamento na Cascalheira como forma de aglutinar novos membros para o movimento.

Merece ser ressaltado como aconteceu esse trabalho de aglutinação de pessoas na Cascalheira, ou seja, como as famílias entraram para o MLT. As respostas a este questionamento foram as mais variadas. Procurar-se-á reproduzir, sucintamente, como se deu esse processo:

- Almerinda de Jesus ficou sabendo do acampamento através do contato que tinha com os presidentes dos STRs de Ilhéus e Buerarema. Eles a encaminharam para a Cascalheira, onde manteve um contato inicial com as lideranças do MLT: Antonio Gomes e Cirilo Batista, que autorizaram a sua permanência no acampamento. Através dela vieram: Ronaldo Souza, Davi Conceição e João Bosco.

- Mariana Conceição ouviu falar do acampamento e do MLT através das pessoas em Buerarema, onde residia. Lembra que veio falar com uma liderança do movimento, e neste primeiro contato ele afirmou que não tinha “vaga”, e sugeriu que fosse para o acampamento da Santa Maria. No segundo contato que teve com ele, este autorizou que ela ficasse e construísse o seu barraco. Através dela veio o seu irmão Josué Barbosa.

- Isabela Santana ficou sabendo do acampamento da Cascalheira em Buerarema, onde residia, provisoriamente, com o pai. Através do contato que tinha com o presidente do STR de Ilhéus, conseguiu uma autorização para ficar no acampamento.

- Ivani Reis ficou sabendo do acampamento quando veio visitar umas amigas que moram numa fazenda próxima a Cascalheira.

- Valquíria Reis veio a um velório numa fazenda perto da Cascalheira e viu o acampamento. A princípio pensou que fossem ciganos acampados, posteriormente teve um contato com uma liderança do MLT e conseguiu uma “autorização” para reunir-se ao grupo.

- Alan Andrade ficou sabendo do acampamento pois trabalhava na fazenda Dois Irmãos, que se localiza em frente a Cascalheira. O primeiro contato foi com um dos acampados e, posteriormente, entrou para o movimento:

... Aí eu cheguei a esse Bigode (acampado da Cascalheira) o que era aquilo ali. Eu não conhecia ele, nem ele me conhecia.

– aqui é a reforma rapaz, que nós estamos reformando uma fazenda aí, que o Sr. Aroaldo tá vendendo para o governo, nós estamos fazendo um acampamento aqui, juntando o pessoal que queira receber um pedacinho de terra.

– Oh! rapaz ainda tá pegando gente?

– Está, ainda não completou, não.

– eu vou pedir as conta na fazenda e venho embora para aqui.

– pode vim.

Aí eu vim, meu ganho aí também era pouco. (Alan Andrade)

As pessoas que entraram para o acampamento na Conceição ficaram sabendo da existência do MLT, e do referido acampamento, através do trabalho de base feito pelo movimento. Fazem parte desse trabalho as reuniões que são realizadas com os trabalhadores, tendo como objetivo passar a proposta da Reforma Agrária. Estas reuniões acontecem nos STRs que dão apoio ao movimento, merecendo destaque os STRs de Buerarema, São João da Vitória, Ilhéus e Itabuna.

Merece ser ressaltado o fato dos sindicatos, através do MLT, extrapolarem os limites de uma atuação legalista ao apoiarem o movimento de luta pela terra, passando a ter uma ação prática que extrapola aquela atuação. Com isto,

superam uma das críticas mais contundentes que se faz à atuação dos STRs hoje: a sua prática que se resume a homologar rescisões de contratos de trabalho.

A partir dessas reuniões vieram para o acampamento as famílias de Maria José Rocha, José Costa, Antonio José, Roberto Carlos, Gilvan Sipriano e Ricardo Santos. Os quatro primeiros participaram das reuniões no STR de Buerarema, e o último ficou sabendo da existência do MLT através de um primo que participou de uma reunião em São José da Vitória-BA. Neste processo, os próprios membros também passam a serem multiplicadores e divulgadores do MLT, convidando outros a entrarem para o movimento.

O terceiro aspecto a ser destacado é que a maioria das pessoas entrevistadas afirmaram que nunca tinham participado de nenhum movimento: de trabalhadores, sindical, estudantil, eleitoral etc. A exceção são quatro pessoas: Argemira Santos, que participou do mutirão pela terra (Rio de Janeiro), associação de bairros (Ilhéus) e campanha eleitoral; Isabela Santana e Carlos Barreto, que têm experiência em áreas de assentamento, pois o marido e o pai já foram acampados em área de Reforma Agrária; e Elvis Pereira, que participou da construção do grêmio estudantil do distrito de Salobrinho-BA.

Um questionamento básico se impõe, que é entender o que levou essas pessoas a virem para o acampamento. Ao serem questionadas sobre este tema, são enfáticas em responder que a própria situação de vida em que se encontravam, e a vontade de ter um pedaço de terra, constituíram-se na motivação básica. A maioria das famílias encontravam-se desempregadas quando entraram para o movimento, e os poucos que estavam empregados ganhavam muito pouco, e percebiam a exploração sofrida, como afirmaram os acampados:

... muitas pessoas geralmente é essa história, muitos estavam desempregados, outros abandonaram emprego para vir para aqui. Ele achou (refere-se aos acampados) que nós tamos é melhor do que viver pro patrão, cativo do patrão né (...) Para mim é melhor, pelo menos eu não tou cativo a ninguém (...) o meu sonho é ter o meu pedaço de terra para trabalhar, viver a minha vida sem ser explorado pelo patrão. (Ricardo Santos)

Ah! a vontade de pegar um pedaço de terra pra melhorar, né, porque o cara trabaia pro outro, o cara que trabaia pro outro, né, só o que ganha mesmo só dá mesmo pra comer. E a gente ganha seu pedaço de terra, se tem mais assim, aquele negócio né. Desenvolve mais a vida, trabaia para você mesmo, você desenvolve. O pedaço de terra né. A vontade de ter a terra pra trabaiaar (Roberto Carlos).

Apesar da grande maioria não ter experiência em outros movimentos sociais, o tema da reforma agrária não era desconhecido deles. Sempre procuraram entrar para algum movimento de luta pela terra. O assunto fazia parte do cotidiano das pessoas, principalmente nos últimos anos, com o acirramento dos conflitos de terra no Brasil. O rádio e a televisão eram veículos básicos de divulgação do tema. Como afirmou um acampado:

– O que levou mesmo o Sr. vir para cá?
 – Justamente foi a turma que me convidaram, e eu mesmo interessado, e a precisão foi o que me fez eu vir, qual é esse pobre que não tem interesse em adquirir um pedacinho de terra para sobreviver, qualquer um tem né? Que eu acho que é um interesse de todos, como eu já falei aqui. Então me convidaram e tal, e Reforma Agrária é certo que eu já ouvi falar, não foi de agora, é velho esse projeto, mas nunca pegou, como tá pegando agora (José Costa)

Merece ser ressaltado também, que apenas dois acampados são sócios de STR, e três já foram sócios dos STRs de Buerarema e Uruçuca. Mesmo não sendo sócios de STRs destacam a importância do sindicato, como “órgão de representação dos trabalhadores”, e o apoio recebido dos STRs de Itabuna,

Buerarema e Ilhéus, que, inclusive, trouxeram algumas pessoas para o acampamento.

A partir dessa reconstituição, verificou-se que a grande maioria dos acampados tinha uma forte ligação com a terra, sempre trabalhou em fazendas na região Cacaueira. Outros tinham sido trabalhadores rurais durante a maior parte da vida, mas em virtude da própria situação de crise por que passa a economia cacaueira, foram obrigados a ir para a cidade e se transformarem em trabalhadores urbanos.

Por trás desses fatos revelam-se três aspectos significativos, no que diz respeito à entrada para o acampamento. Ressalta-se a forte presença das lideranças e o reconhecimento das mesmas dentro do movimento, a quem os “candidatos” a acampados tem que pedir autorização para entrarem para o MLT, ficando nas mãos destes a decisão, não sendo uma decisão do grupo. Isto foi bastante ressaltado nas entrevistas, chegando a utilizar o termo “falta de vaga” como negação por parte da liderança. Como afirmam as falas dos acampados:

... Aí foi quando surgiu esse negócio dessas terras e eu vim para aí. Vim o primeiro dia, um dia de domingo, não consegui nada. Cirilo Batista (liderança do MLT) queria me botar pra Santa Maria, mas o marido não quis vim, mas aquela coisa me chamava para aqui. Dia de segunda-feira, eu vim, mas ele não tava lá, quando foi terça-feira tornei vim, aí eu disse pra ele, e ele falou vá fazer o seu barraco.

– A senhora já tinha visto falar desse acampamento através de quem?

– O povo já falava na rua que tinha esse acampamento na Cascalheira, nós tava acampado na Cascalheira, aí foi quando eu vim, mas o dia que eu vim não consegui nada, pois Cirilo disse que não tinha vaga e ia me jogar para a Santa Maria, o meu marido não concordou, pois ficava longe para a gente. (Mariana Conceição)

- Como é que seu primo conseguiu que você entrasse para o MLT?
- porque já tinha conversado com Cirilo, que ele que ordena aqui, que ele que é o líder, né. Então foi como que ele disse que podia vim mais gente, porque tava em fase de reunir o povo né. Foi de uma maneira, que eu pude tá aqui. (Ricardo Santos).

Outro aspecto é que o movimento é visto como já formado, chegando a não se verem como construtores e parte essencial neste processo. Entrar para o acampamento significa ter autorização para construir o barraco e unir-se ao grupo, e lutarem por um pedaço de terra, diferentemente de entrarem para o MLT, que tem um significado mais profundo e revela já um processo adiantado de conscientização. (Ver capítulo V)

Percebe-se também, que o movimento passa a ser referência e opção para os trabalhadores desempregados na região; uma nova alternativa de vida para os mesmos e o meio de viabilização do antigo sonho: o desejo da terra. O MLT traz de volta a esperança para as pessoas de retornarem ao campo e assumirem novamente a sua identidade de trabalhador rural, numa nova perspectiva, agora como pequeno produtor e dono do seu “pedaço de terra”:

o que leva eu mais tá aqui no acampamento é que eu vivia desempregado, desempregado mesmo; procurei um serviço e não achei. Então eu achei essa vaga de entrar na luta pela terra, aí foi quando eu entrei... (Pedro Morães)

... E também a firma não me quiseram mais por causa desse acidente (refere ao acidente de trabalho sofrido numa indústria onde trabalhava) aí eu fiquei 4 anos dentro de casa parado sem fazer nada, só fazendo biscate, aí foi quando resolvi entrar para esse movimento. Já que eu e eu não posso trabalhar em firma, nunca tive estudo também, eu nasci e me criei na roça, não tive estudo, aí vou voltar para a roça de novo. Foi aí quando conheci esse povo, entrei e estou no meio até hoje (João Almeida)

CAPÍTULO IV

“O trabalhador só é feliz, de ser feliz mesmo, quando nós botar a bandeira da reforma agrária em todos os latifúndios”.

Argemira Santos

4. “MLT ESSA LUTA É PRA VALER” – INSTITUCIONALIZAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA

4.1. Institucionalização do MLT

A institucionalização do MLT surge no contexto de ocupação da Bela Vista, após o rompimento com representantes da AUTA. Torna-se importante resgatar a chegada dos “meninos do Extremo Sul”³⁶ para compreender a estruturação do MLT e o rompimento com a AUTA.

A ocupação da Bela Vista e os três despejos ocorridos trouxeram questionamentos para o PCdoB, organizador dessa ocupação, no que diz respeito ao processo de condução da luta pela terra. Este se vê sem quadros (militantes), e sem experiência em conduzir a luta na terra. Esta era uma experiência nova para o partido.

Diante dessa realidade, a luta pela permanência na terra, já que tinham vencido a etapa da ocupação, e os constantes despejos ocorridos, apontam a necessidade de se ter pessoas ligadas ao PCdoB dentro do acampamento. Pessoas, inclusive, que tivessem experiência com ocupação, para que pudessem orientar como sobreviver dentro do acampamento e dar condução política ao processo de garantia da ocupação da terra.

³⁶ Referimos-nos aos dissidentes do MST, vindos do Prado-BA. Trata-se de quatro irmãos: Antonio Gomes, Jorge Barreto, Cirilo Batista e Rodrigo Maciel. Com exceção de Rodrigo, todos fazem parte da Coordenação Estadual do MLT. Esse termo (meninos do Extremo Sul) foi bastante utilizado pelos entrevistados.

Em função dessas necessidades, foram enviados para a região militantes que pudessem contribuir para o processo de luta. A FETAG e o STR de Ilhéus, que tinham uma proximidade com o PCdoB, encaminharam alguns dissidentes do MST e Caio Júlio (hoje presidente do STR de Itabuna) para a região. Eles chegaram na Bela Vista após o segundo despejo, e passam a dirigir o processo de luta pela terra na região.

O segundo rompimento no movimento verificar-se-á em função da chegada dos dissidentes do MST e de Caio Júlio. Desentendimentos na condução do processo interno do acampamento entre AUTA e estes, fizeram com que a primeira se afastasse.

Este fato é lembrado por um dos acampados, que afirmou que a chegada dos “meninos do Extremo Sul” provocaram as divergências com representantes da AUTA, o que culminou com o afastamento dessa entidade. Este chegou a desabafar dizendo que: “...esses meninos são uns meninos muito violentos, que eles vem dos sem-terra, é o pessoal dos sem-terra”.

Em função do afastamento da AUTA, os novos dirigentes recusaram-se a usar o nome dessa associação e do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia para caracterizar o movimento. Com isso surgiu a necessidade de se criar um movimento próprio, a fim de representá-los, o que culminou na institucionalização do MLT.

São percebidas pelos acampados mudanças na organização do acampamento, com a chegada dos “meninos do Extremo Sul”. Passaram a existir assembleias diárias e uma maior organização do trabalho e a buscar apoio das

entidades externas, a exemplo do INCRA, que chegou a fornecer cestas básicas para o acampamento.

O principal ponto a ser enfatizado foi o fortalecimento do grupo para resistir diante dos problemas enfrentados. Passou a haver uma maior credibilidade nas lideranças, além dos trabalhadores terem feito uma opção por seus líderes, uma escolha, como afirmou um acampado:

...Mudou a resistência deles (está se referindo aos acampados), porque esse pessoal aí, levava a gente, botava dentro da área, dizia que ia ali e lá não aparecia mais. Se escondia, todos eles faz isso, e os meninos não. Os meninos, quando a polícia chega, quem tá na frente é eles e enfrenta. Eles ficaram lá dentro com a gente acampados. Então isso aí pra mim, já foi uma grande vantagem. Aí o povo já começou a acreditar neles, é a maioria, e aí se desligaram, deixaram os outros pra lá e acompanhamos eles. (João Almeida)

Com a institucionalização do MLT, o movimento passou a ter uma inserção no movimento sindical, a trabalhar em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com a FETAG, que dá um acompanhamento político e financeiro ao movimento. Neste momento houve um afastamento do dirigente do PCdoB, designado para acompanhar o movimento de desempregados, pois sendo da área urbana (Sindicato dos Bancários), reconheceu a necessidade deste ser coordenado por um órgão representativo da classe rural.

Ao abordar a origem do MLT, não se pode deixar de enfatizar a proximidade do movimento ao PCdoB. Percebe-se que este partido sentiu a necessidade de ter uma representação dentro da área do movimento dos sem-terra. Portanto, incentivou e apoiou a criação do MLT, que faz parte de uma linha “revolucionária” do PCdoB, como afirmou um dos dirigentes:

... Eles (refere-se aos dissidentes do MST) vieram para cá, eles vieram com a finalidade de ficar com o movimento de desempregados, a finalidade era essa, mas chegando aqui, nós tivemos necessidade de que o PCdoB tivesse a representação dentro da área do movimento dos trabalhadores, né. Então como o PT tem o MST, nós criamos essa outra sigla o MLT, que faz parte de uma linha revolucionária do PCdoB (Júlio Gonçalves).

A institucionalização do MLT ocorre a partir da vinda dos “meninos do Extremo Sul”, pois, com a sua chegada, passou a existir uma coordenação dentro do acampamento (Bela Vista), com condições de conduzir a luta pela terra. Em função disto, o MLT surge da própria necessidade de que esta coordenação do acampamento tivesse um nome, para que pudesse representá-lo. Segundo depoimentos, o próprio pessoal do acampamento participou das discussões, sentindo a necessidade de se ter uma coordenação, mas uma coordenação que tivesse um nome, que a representasse:

... o próprio pessoal do acampamento participou das discussões (...) mas quando o pessoal chegou, chegou Caio Júlio, Cirilo Batista(...) a questão é a seguinte, eles faziam parte de um movimento. Eles não poderiam ficar solto dentro de um trabalho sem uma representatividade, eles tinham que ter um nome para representar, eles tinham que ter uma sigla para que eles pudessem registrar o trabalho deles e que pudesse dar continuidade a uma coisa mais avançada (...) aí, foi a partir daí que se criou o MLT. O MLT começa a surgir daí, uma das primeiras lutas do pessoal do MLT foi esta aqui da Bela Vista e foram surgindo outras. (Júlio Gonçalves)

O nome MLT surgiu da procura de uma sigla que se associasse ao movimento dos trabalhadores da luta pela terra. Inicialmente, pensou-se em MDS (Movimento dos Desempregados da Terra), até que surgiu o nome MLT. Este nome foi escolhido numa reunião com a participação de um representante do PCdoB e da coordenação do acampamento da Bela Vista. Após reiteradas discussões, optaram por este nome, levando posteriormente para apreciação em reunião com todos os membros do acampamento (Bela Vista), na qual é aprovado.

A análise acima aproxima-se das afirmações de um dos membros da coordenação estadual do movimento no que diz respeito à criação do movimento. Segundo ele, começaram a desenvolver a luta sem vínculo com nenhuma organização. O objetivo desta luta era ocupar o latifúndio. Posteriormente começaram a discutir após o dia de trabalho a necessidade de criar uma organização com “cara própria”, que pudesse representá-los. Questionava-se, portanto, “como é que a gente estava atuando? A gente estava falando em nome de que? O que era aquilo, que ocupou a Bela Vista?” Destas discussões é que surge o nome MLT e este passa a se estruturar a nível de Estado.

Ao trabalhar a origem e institucionalização do MLT, não se pode deixar de focar a dissidência interna ocorrida no MST da Bahia, em 1994. Essa dissidência contribuiu na trajetória de formação deste movimento, com a transferência de alguns militantes, através da FETAG – “meninos do Extremo Sul” – para Itabuna a fim de conduzirem a luta pela terra na região. Como foi dito anteriormente, inicialmente, entraram para dar apoio à luta da Bela Vista, até formarem oficialmente o MLT.

Em função da ligação anterior de membros da Coordenação Estadual do MLT ao MST, além dos próprios dirigentes em entrevistas definirem o movimento como uma dissidência do MST, procurou-se entender esta vinculação. Passou a inquietar, portanto, as razões que levaram a esse rompimento.

Dissidência com o MST

Baseado nas entrevistas, vários são os motivos que levaram ao rompimento com o MST³⁷. Do ponto de vista da militância no movimento, este foi criticado por não propiciar espaços para que os militantes exponham suas idéias e opiniões e estas não serem respeitadas. Como afirmou um dissidente:

... Porque uma coisa que a gente nunca pode perder é a vontade de lutar pelos nossos ideais, e a partir do momento, que se reverte esse quadro não tem como lutar para nada. Você tem que estar nessas organizações, onde nossas opiniões sirva como construtiva, e não a gente trazer uma política adotada já em outras regiões. (Antonio Gomes).

Outro ponto salientado foi a política e as ações adotadas por este movimento, pois, segundo eles, essa política do MST baseia-se em experiências de outras regiões do país, e são transplantadas para o Nordeste, que possui uma realidade diferente.

Entre as ações destacaram-se: a postura do MST de impor a questão do cooperativismo, para os trabalhadores; o fato do movimento só ocupar áreas consideradas "nobres", não indo para o sertão da Bahia; além do desvio de recursos de áreas de assentamento. Estas ações feitas pela direção não passavam por uma autocrítica.

Segundo os dissidentes, a implantação do cooperativismo deve ser vista como um processo gradual de conscientização do trabalhador para a importância da cooperativa. O trabalhador tem que ser preparado para ver a

³⁷ Todas as críticas feitas ao MST são baseadas nas opiniões dos entrevistados. O MST aparece na dissertação a partir da visão dos entrevistados, não havendo uma preocupação em investigarmos essas críticas. Pois correríamos o risco de não sermos fiel à própria visão do movimento, que requer um trabalho específico.

cooperativa como a melhor forma de organizar a produção e o trabalho, e não impor um modelo do Sul do país, já que a realidade do Nordeste é diferente:

... Os camponeses nordestinos são camponeses que recebe 100 reais, que eles ganharam; os camponeses do Sul ele tem as máquinas, é pequeno produtor de economia familiar né? Essa forma de trabalhar aqui no Nordeste, ela não dá respaldo, pois os trabalhadores não conseguem se enquadrar dentro de tão pouco tempo no cooperativismo, mesmo porque são cinco séculos de alienação, cinco séculos de exploração, não é dentro de dois dias, que a gente vai querer mudar (Antonio Gomes)

Merece ser salientado que essas críticas feitas ao MST relacionam-se, segundo eles, à estrutura da entidade a nível da Bahia. A entidade a nível nacional é vista como uma organização que tem conduzido a luta pela terra e que merece todo o respeito quanto ao seu trabalho. Para eles, os dirigentes da Bahia não corresponderam e nem conseguiram acompanhar o avanço do movimento; é uma direção que não renova seus quadros e permanece a mesma desde a fundação.

Um ponto bastante enfatizado foi a vinculação do MST ao PT. Segundo eles, a proposta do movimento no papel se diz supra partidário, mas na prática se deu conta de quem não fosse militante desse partido, não crescia dentro do MST, servindo apenas para arrumar recursos com as prefeituras, apoio com os sindicatos, soltar companheiros presos, arrumar alimentação, ou seja, um trabalho restrito ao apoio. Começou então a se formar dentro do MST um grupo de pessoas que não aceitava mais ser só apoio e se articulava por fora do partido político (PT), mas procurava inserir-se no processo mais amplo de discussão do movimento.

Esse grupo dissidente começou a exigir espaço dentro do MST e estes espaços foram sendo reduzidos. "O movimento chegou ao ponto de afirmar que só iria para as coordenações quem se filiasse ao PT" (Ademar Oliveira). Esse momento é analisado pelos dissidentes como de radicalização, de estreitismo

político, o que fez com que diversos militantes começassem a organizar os trabalhos por conta própria. Chegou-se ao ponto de ter nas ocupações dois ou três grupos diferentes.

O trabalho desenvolvido pelos dirigentes do MST que preparam toda a infra-estrutura para as ocupações, conhecido como “grupo de ação”, também foi criticado por esse grupo dissidente. Para esse grupo é dentro da legalidade, que se pode conseguir estrutura para as ocupações e adquirir recursos e finanças.

O processo final do rompimento aconteceu em 1993, quando o MST decidiu ocupar a sede do INCRA, em Salvador, pois, ao chegar lá, houve negociação entre o superintendente do INCRA e a direção do MST, e esta decidiu não mais ocupar este órgão e sim a FETAG. Ao chegar na FETAG, realizou-se uma assembléia, e o grupo dissidente levantou a proposta de não ocupar a Federação, e continuou defendendo a ocupação do INCRA. Em função disso o movimento foi dividido, e ocupou-se o INCRA com aproximadamente 300 famílias.

Todas as questões levantadas foram decisivas para perceberem que não podiam mais atuar no MST. Com isso gerou-se o afastamento, saindo um bloco organizado de 25 pessoas³⁸ de vários municípios da Bahia: Brumado, Itabuna, Teixeira de Freitas, Prado etc. Grande parte destes que romperam com o MST estão hoje ligados ao MLT.

O que se percebeu é que as críticas feitas ao MST servem para marcar a diferença entre os movimentos. Os membros do MLT as utilizam para se afirmar enquanto organização e com isso delimitar o seu espaço e sua caracterização própria. Porém, as lideranças utilizam da sua experiência no MST e das estratégias

³⁸ Informação obtida através de entrevista realizada com um dissidente do MST, hoje membro do MLT.

do movimento, que servem como referenciais para a condução da luta no MLT. Neste sentido, as críticas feitas ao MST podem ser usadas para avaliar os processos e práticas do MLT, servindo de referência.

Todas as críticas feitas ao MST são racionalizações a posteriori, já no contexto de dissidência com o movimento. O que se deve ter claro é o motivo da dissidência, no qual transparece uma nítida conotação partidária, uma aproximação dos dissidentes ao PCdoB. Isto foi enfatizado nas entrevistas, pois a principal crítica feita ao MST é a aproximação do movimento a uma linha partidária definida.

No entanto, ao mesmo tempo que o MST é criticado por este aspecto, os próprios dissidentes se ligam ao PCdoB, que inclusive é um dos estimuladores da vinda de lideranças para a região cacauzeira. Os princípios do movimento (MLT) refletem concepções do PCdoB, como veremos no próximo capítulo. A fala de um dos militantes do PCdoB na região, e organizador do Movimento de Desempregados, demonstra essa ligação:

... nós tivemos necessidade de que o PCdoB tivesse a representação dentro da área do movimento dos trabalhadores, né? Então como o PT tem o MST, nós criamos essa outra sigla o MLT, que faz parte de uma linha revolucionária do PCdoB. (Júlio Gonçalves)

Não se deve perder de vista a importância desta dissidência para a institucionalização do MLT, o que culminou com a saída desse grupo do MST. São eles que conduzirão o processo de luta pela terra, que foi iniciado pelo Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, e passarão a fazer parte da Coordenação Estadual do Movimento. A dissidência deve ser entendida como uma das componentes causais de surgimento e institucionalização do MLT.

Cabe discutir a inserção do PCdoB nesse processo, e que aparentemente se constitui na principal chave explicativa para se entender o apoio

do Sindicato dos Bancários, a “transposição de quadros” para a região (“meninos do Sul”), a dissidência com o MST, o envolvimento da coordenação da FETAG e do STR de Itabuna. O partido estabelece um elo de ligação, que sedimenta toda essa relação: FETAG, STR e movimento.

O Envolvimento do PCdoB

A participação do PCdoB no movimento deve ser buscada historicamente na própria relação que este tem com o STR de Itabuna. A partir dos anos 50, com a interferência do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas áreas rurais, através do apoio e incentivo à criação de sindicatos, vistos como forma ideal de organização dos trabalhadores rurais, e devido à importância da região cacauceira no contexto econômico brasileiro, fundou-se, em 1952, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabuna e Ilhéus, e esta região passou a ser área de atuação do Partido.

Neste sentido, a diretriz política dada pelo PCdoB, através de seus militantes, ao Movimento de Desempregados ocorreu em função do envolvimento inicial do STR de Itabuna (iniciador do movimento). Em decorrência disso, este passou a ser caracterizado como do PCdoB, e, contraditoriamente, esse partido, a nível de Itabuna, foi “pressionado” a assumir inteiramente o movimento, tendo que mobilizar “quadros” para acompanhar os trabalhos.

Ao colocar a questão de como se deu o envolvimento do PCdoB com o Movimento de Desempregados e com os dissidentes do MST, um dos organizadores daquele movimento e, militante do PCdoB, emitiu a seguinte opinião:

Eles (refere-se aos dissidentes do MST) se tornaram como movimento do PCdoB devido a minha participação, como eu sou militante do PCdoB aqui na região, como eu faço parte do diretório municipal do PCdoB, como eu fui contribuir com isso, ai eu sempre fui pelo partido; quando eles vieram gostaram da nossa filosofia de trabalho, eu me mostrei com a filosofia que eu entendo como comunista (...) A ligação do PCdoB veio por ai, pela minha questão de participar, como eu me colocava como integrante do partido aqui na região, o pessoal começou a simpatizar pelo meu trabalho, e houve essa aproximação, apesar de já ter havido uma aproximação anteriormente com eles (através da FETAG). (Júlio Gonçalves)

Esse envolvimento do PCdoB com o movimento não passa só pelo apoio político, mas também pelo apoio material e infra-estrutural, na solidariedade com o grupo nos momentos difíceis: prisões, despejos etc..

4. 2. MLT: Princípios, Objetivos, Estrutura Interna e Estratégias de Ocupação

Na trajetória de organização do MLT três encontros de trabalhadores rurais foram de fundamental importância na definição da estrutura interna do movimento. O primeiro aconteceu em abril de 1994, na cidade de Salvador – I Encontro de Lideranças de Trabalhadores Rurais. Este encontro contou com a participação de trabalhadores das cidades de Uauá, Morro do Chapéu e Itabuna. Vale ressaltar que não existia, ainda, o MLT estruturado como movimento, com Estatuto, Programa e Coordenação definida. Entretanto, já existia um germe de discussão em Itabuna, e uma coordenação no acampamento da Bela Vista. Nesse encontro foi criada uma comissão, com objetivo de promover um novo encontro, a nível estadual, de luta pela terra.

Este segundo encontro ocorreu na cidade de Eunápolis, em julho de 1994. Neste período, já utilizavam a sigla MLT, apesar de não haver uma oficialização do movimento, o que iria ocorrer em outubro de 1994.

O III Encontro foi realizado, em outubro de 1994, na cidade de Salvador e foram convidadas pessoas de todo o Estado que já estavam no contexto da luta, e contou com a participação de trabalhadores de todo o Estado da Bahia que tinham ligação com a FETAG. A Corrente Sindical Classista (CSC) patrocinou esse evento. Neste encontro fundaram oficialmente o MLT e elegeram a Coordenação Estadual do movimento (a coordenação eleita neste congresso permanece até hoje) sendo criada uma comissão para a elaboração do programa, objetivos e normas do movimento (vide anexo 3).

O documento elaborado nesse encontro – *Programa, Objetivos e Normas do MLT* – mantém-se até hoje como o regimento interno do movimento e serve de referência para se entender a estrutura organizativa do MLT. A análise feita neste capítulo basear-se-á neste documento, à luz de alguns teóricos, sempre procurando estabelecer um paralelo com as experiências vivenciadas pela pesquisadora, no período do trabalho de campo.

O surgimento do movimento é justificado a partir do próprio avanço do capitalismo no Brasil, vinculado aos interesses imperialistas e que gerou profundas contradições sociais e produtivas. Por isto, tornou-se inevitável a organização da classe trabalhadora, através da organização das “massas” no campo e na cidade, com o objetivo de derrubar a burguesia e construir uma nova sociedade, baseada nos princípios socialistas.

É neste contexto que surge o MLT, tendo como objetivo contribuir para a formação dessa nova sociedade, unificando-se com os segmentos sociais comprometidos com a reforma agrária e o socialismo. Este movimento se auto define como uma “organização social das massas, de caráter classista, que visa a

conquista da terra, a Reforma Agrária e o socialismo”. A luta pela reforma agrária passa a ser um dos elementos importantes para a consolidação da sociedade socialista (meta maior do movimento), pois através dela se reverte a correlação de forças na sociedade, ao desestruturar um dos alicerces do capitalismo: a burguesia agrária. Isto é afirmado por um membro da coordenação estadual:

A nossa meta é um dia alcançar uma sociedade mais livre, mais igualitária pra nós, não organizarmos só a Reforma Agrária, estamos na luta pela reforma agrária por entender que é um elemento chave também pra participação do processo. E a luta pela terra é uma luta respeitosa, primeiro porque você tira a terra do latifúndio e passa para o trabalhador (Antonio Gomes).

O contexto de nascimento do movimento é fortemente marcado pelos princípios socialistas, o que se reflete no primeiro slogan utilizado pelo movimento: *O Socialismo brotará da terra*, depois modificado para *Lutar conquistar, reforma Agrária já*³⁹. Mesmo com esta modificação, este movimento continuou defendendo uma sociedade socialista e igualitária, pois, segundo as lideranças, os princípios que norteiam o movimento são socialistas:

... Logo quando a gente idealizou o movimento (...) a gente foi radical, isso uns dois anos, dois anos e meio atrás, a luta pela terra, a gente queria a transformação da sociedade, através da Reforma Agrária, entendeu? E achando que o socialismo brotará da terra, como de fato vai brotar da terra, mas tem brotado de algumas experiências aí, mas aí depois a gente mudou o slogan, esse lema, né! A gente mudou, a gente colocou: “Lutar conquistar, Reforma Agrária já”. Porque a gente achou que seria um pouco pesado assim, porque muita gente quando fala socialismo ou comunismo, ainda tem aquela coisa de achar, que é coisa de sete cabeça, não entende direito, vai mais pela massificação que os meios de comunicação colocam sobre os países socialistas; não tem liberdade, essa coisa toda, mas claro que a gente do movimento também, a gente luta por uma sociedade igualitária, uma sociedade socialista, entendeu, onde cada trabalhador vai ter um direito a ter saúde, educação, quer dizer, esses assentamentos nossos é uma pequena experiênciazinha, uma celulazinha de um regime socialista, a gente tenta implantar isso, entendeu? (Caio Júlio)

³⁹ Vale lembrar, o lema do MST é “Ocupar, resistir, produzir”, definido em 1989

Devido à aproximação do MLT, desde o contexto de nascimento, ao PCdoB, é possível perceber uma forte influência deste partido (a nível da Bahia) no movimento, que se expressa na interpretação que este faz da sociedade brasileira, na sua organização interna, nos princípios e no encaminhamento das lutas.

Torna-se importante resgatar a compreensão do PCdoB sobre o capitalismo brasileiro e a questão agrária, com base no Programa Socialista do Partido, aprovado em 1995, a fim de que se possa estabelecer a relação com o MLT.

Para o PCdoB, a estrutura política do Brasil está sedimentada num modelo capitalista, essencialmente, “dependente e deformado”, que se caracteriza pelo monopólio da terra e por uma estrutura retrógrada, com base na subordinação aos interesses monopolistas do capital, no qual se destaca os Estados Unidos. Em função do atual estágio de mundialização da economia, cuja expressão política é o neoliberalismo, agrava-se o desenvolvimento deste modelo de capitalismo.

No Brasil, este projeto capitalista tem contribuído para a “privatização de empresas estatais produtivas, à desproteção do mercado interno sujeito à concorrência desigual dos monopólios estrangeiros, à destruição de ramos importantes da indústria brasileira” (Programa Socialista do PCdoB. Revista Princípios: dez. 1995 / jan. 1996). No meio rural, este modelo de capitalismo desenvolve-se em grandes concentrações de terras, latifúndios, onde a exploração do solo é feita, em grande parte, pela burguesia agrária e pelos latifundiários aburguesados, com uma produção agrícola voltada para o mercado exterior, com predomínio de diferentes culturas.

Baseado nessa análise, o PCdoB defende um programa socialista para o Brasil, com o objetivo de construção de uma sociedade socialista. Este programa baseia-se nas peculiaridades do país, pois, segundo ele, a construção desse projeto de sociedade é um processo complexo e englobará três fases interligadas e sem limites rígidos: “a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a da socialização plena; e a da construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo”.

Para o PCdoB, a luta atual estrutura-se em torno da primeira fase. O referido programa tem como objetivo traçar o caminho dessa luta, na atual conjuntura, para alcançar o poder – pressuposto básico para a execução do socialismo.

Nesta primeira etapa de transição para o socialismo, em relação à estrutura agrária, defende: a criação de cooperativas de pequenos e médios camponeses, que contarão com o apoio e ajuda do Estado; a criação de centros experimentais de culturas agrícolas e estabelecimento de sementes selecionadas e de mudas; cursos de qualificação de mão-de-obra e de aprendizagem de técnicas modernas, em todo o território agrário e posiciona-se contrário à formação de cartéis e monopólios. Entretanto, nesta primeira etapa, não há nacionalização de terra, meio de produção fundamental, e passa a defender uma reforma agrária antilatifundiária, que consistirá basicamente em:

Fixação do teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país (...); o excedente do teto máximo e as terras devolutas, consideradas de interesse social, constituirão o Fundo Agrário Nacional, utilizado pelo Estado para suprir as necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais; apoiado no fundo agrário, o Estado garantirá o acesso à terra a todos os que nela queiram viver e trabalhar. Dará proteção e ajuda aos pequenos e médios produtores agrícolas (Programa Socialista do PCdoB).

Diferentemente desta proposta, tanto o Estatuto da Terra (art. 17) quanto a Constituição federal (art. 184) fazem alusão à reforma agrária através da desapropriação por *interesse social*⁴⁰, quando esta tiver por objeto o imóvel rural. Segundo a Constituição Federal (1988), no capítulo III, que trata da política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária afirma:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação (...)

As medidas ressaltadas no programa socialista do PCdoB são vistas como o procedimento político e organizativo, que tem como objetivo maior a conquista do socialismo. No entanto, esta conquista depende das “massas” trabalhadoras e do trabalho desenvolvido pelo partido comunista. Este trabalho se utilizará da formação de uma “frente nacional, democrática e popular”, da qual farão parte “partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massa e defensores da soberania nacional”, ou seja, todos que tenham como objetivo derrubar as classes reacionárias – burguesia agrária e industrial, etc. – e realizar as transformações no sistema capitalista brasileiro.

⁴⁰ “O interesse social ocorre quando as circunstâncias impõem a distribuição ou o condicionamento da propriedade para seu melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade, ou de categorias sociais merecedoras de amparo específico do Poder Público” (LUZ, 1993: 101)

É nesse contexto que se insere o MLT, como um amplo movimento de “massas”, que, através da luta pela reforma agrária, contribui também para o processo de organização dos trabalhadores na luta pela conquista da sociedade socialista.

Merece ser destacada a utilização, pelo MLT e PCdoB, da categoria “massas” ou “massas camponesas” para designar as várias categorias sociais e a diversidade de situações que compõem o cenário heterogêneo que é o campo brasileiro. Esta concepção tem ligação com a análise elaborada por Lenin (1980, 1979 e no conjunto de sua obra), que a utilizou para designar o conjunto de classes sociais (os não possuidores dos meios de produção), que se encontram desorganizados, sem uma direção política e consciência “revolucionária” e de classe⁴¹.

Dentro desta concepção, cabe ao partido, através da sua vanguarda consciente, dar direção política às “massas”, fazendo com que estas façam a sua própria experiência política, pois, ao vivê-la, nesse processo se transformam e passam a assumir uma posição consciente e de classe no movimento operário, ou seja, passam de uma “classe em si” (sem consciência revolucionária), para a “classe para si” (com consciência revolucionária). Por trás dessa concepção – “massas” – ressalta-se a carência que esta tem de algo externo no seu processo de formação e organização, que, para Lenin, seria o partido, com o papel de introduzir a consciência de classe nas “massas” e dirigi-las nas suas lutas.

⁴¹ Para Lênin no livro *Que Fazer*, “a consciência de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora das relações entre operários e patrões. A única esfera em que se podem encontrar estes conhecimentos é a esfera das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o governo, a esfera das relações de todas as classes entre si” (CARLO, 1976)

O partido, como “vanguarda da classe”, na sua relação com as “massas” assume um papel de dirigente, organizador e educador, porém, este nunca deve ver as “massas” como passivas e matéria inerte para ser moldada. Deve procurar aprender com elas e criar condições para que estas se desenvolvam e possam influir na vida interna do partido (VÁZQUEZ, 1993).

No programa do MLT a “massa” é definida como: “conjunto de pessoas de determinada classe ou categoria dispersa, que se junta, mas não se organiza por si só”. Segundo a organização do movimento, cabe à vanguarda consciente, as lideranças do MLT, esta tarefa, que é a de *organizar; responder aos problemas*, seja do ponto de vista econômico imediato, ou político, para fazer avançar sua consciência enquanto classe trabalhadora; *diferenciar os níveis*, já que esta não é homogênea; e *mobilizar as massas*, o que se diferencia de organizar por se constituir em um trabalho temporário, sendo necessárias ação e vitórias para que haja formação de sua consciência. Portanto, organizar, responder, diferenciar e mobilizar se constituem em objetivos do movimento e fazem parte do processo de formação das “massas”, feito pelas lideranças.

A grosso modo, pode-se afirmar que as lideranças do MLT assumem uma postura de “partido” junto aos outros membros⁴² do movimento e tem um papel importante como educador e dirigente político nas suas lutas. Nesse sentido, é importante analisar como se dá a operacionalização dessa atuação no movimento. Será que a direção do MLT (lideranças) tem criado condições para que os diversos membros interfiram de forma decisiva na vida interna do movimento e tenham uma participação ativa no seu cotidiano, definindo meios, fins e condução das lutas?

⁴² As lideranças também são membros do movimento, só que, para efeitos de análise, o que aqui estamos chamando de outros membros, são os participantes que não assumam o papel de direção dentro do MLT.

Este questionamento torna-se importante, pois o que tem predominado em muitos movimentos, na relação das lideranças com os membros, é uma prática política de separação entre “dirigentes e dirigidos”, educadores e educandos. Estes não são vistos numa unidade e inseridos num mesmo processo.

Nesse sentido, a prática desenvolvida pelo MLT ao trabalhar com as “massas” vai de encontro à própria análise feita por Lenin, quanto ao papel da vanguarda na construção da sociedade socialista, quando afirma que:

... é necessário que essas massas façam sua própria experiência política (...) a tarefa imediata da vanguarda consciente no movimento operário internacional, isto é, dos partidos, grupos e tendências comunistas, consiste em saber levar as amplas massas (hoje ainda, na maior parte dos casos, adormecidas, apáticas, rotineiras, inertes, não despertadas) para esta sua nova posição, ou, melhor, em saber dirigir não só o seu próprio partido, mas também essas massas no decorrer da sua aproximação, da sua passagem para a nova posição. (LENIN, 1980: 330 e 331)

Percebe-se, inicialmente, que a atuação das lideranças com base no trabalho desenvolvido junto às “massas”, segundo o Estatuto do movimento, vem sendo realizado externamente aos próprios membros do movimento (“massa” como é denominado), já que estas não têm um papel ativo nas decisões internas do MLT. Verificou-se que as decisões internas são bastante concentradas na direção, as quais definem os critérios e princípios a serem tomados.

A consequência prática dessa postura das lideranças do MLT (vanguarda do movimento) tem consequências, também, nas concepções e representações que os membros têm do movimento, não se sentindo reais formadores e participantes do processo de construção e das decisões internas, o que será analisado no capítulo V. A dimensão prática dessa atuação será

aprofundada nas análises posteriores que tratarão dos objetivos, do trabalho de formação desenvolvido e da estrutura organizativa do MLT.

Objetivos do MLT

Destaca-se como objetivo do MLT: a luta pela reforma agrária; o trabalho de base desenvolvido junto às “massas”; o incentivo ao desenvolvimento da produção e trabalho coletivo; o trabalho de formação desenvolvido pelos dirigentes com os militantes.

A luta pela reforma agrária é o principal objetivo do movimento, que conta com uma demanda de trabalhadores a serem mobilizados na luta pela terra. Esta luta cria várias dimensões para o movimento, como afirma uma liderança do MLT:

A luta pela terra não é só a luta por um pedaço de terra para plantar. A luta pela terra é a luta pelo ecossistema, pela preservação do meio ambiente, entendeu? E até nas próprias ocupações a gente enfrenta isso (...) É essa luta aí, e é a luta também após assentar o pessoal, por crédito, por melhores condições de vida para o trabalhador. Lutar pela terra significa lutar pela própria dignidade humana, lutar pela própria sobrevivência do homem”(Caio Júlio)

Esta luta compreende vários momentos. O primeiro deles ocorre antes da própria ocupação, através do trabalho de base desenvolvido pelos dirigentes do MLT. O segundo momento caracteriza-se pela organização e viabilização das ocupações. O terceiro momento se dá já na luta política pela desapropriação das terras e posterior assentamento das famílias e na luta interna dos assentados referente à organização e viabilização da produção. Ao ser concretizado o assentamento das famílias, passa-se a lutar por créditos, pela organização da

cooperativa, ou seja, pela viabilização política e econômica do assentamento. Estes momentos estão intimamente ligados e devem ser vistos como uma unidade.

Como foi dito anteriormente, o trabalho de base desenvolvido pelo MLT é anterior à própria ocupação e tem como objetivo organizar as “massas”, ainda dispersas e sem direção política, e não conscientes da importância da reforma agrária, para despertarem para a importância desta luta e conhecerem a estrutura, objetivos e organização do MLT.

O objetivo maior deste trabalho consiste em mobilizar e conscientizar as “massas” para a importância da reforma agrária, através da ocupação de terras. Há três dirigentes da Coordenação Estadual responsáveis por este trabalho, além de receberem ajuda dos próprios militantes do movimento no processo de aglutinar pessoas e ceder o espaço de suas casas para serem realizadas as reuniões. Eles desenvolvem um trabalho de base junto aos trabalhadores, realizado através de um contato direto: visitas às suas casas, às periferias da cidade e reuniões nos STRs que dão apoio ao movimento. O objetivo desse trabalho é aglutinar os trabalhadores que são expulsos do campo e mostrarem a importância da luta pela terra. Como afirmou um acampado:

- Como foi reunido o grupo que está aqui na Conceição?
- A gente fazendo o trabalho de base, saindo, fazendo reuniões e marcando com as pessoas, e levando as pessoas em reunião, e conhecimento da terra, aí as pessoas se interessaram e viram.
- Você participa desse trabalho?
- Participo, fiz várias reuniões na minha casa, convidava o povo, reunia o povo lá em casa e marcava o dia de conversar com o MLT, aí o MLT ia e explicava melhor o que era o nosso objetivo, aí acertava o dia de vir para a terra e viemos. (Argemira Santos)

Este trabalho de base tem uma importância singular para o MLT, pois é através dele que o movimento aglutina os seus militantes, além de contribuir para

o processo de conscientização da importância da luta pela reforma agrária. Como afirmou uma liderança responsável por esse trabalho:

- A maioria dos trabalhadores que estão dentro do movimento são trabalhadores rurais oriundos da crise do cacau, na sua maioria são trabalhadores rurais.
- E como entraram para o movimento?
- Eles foram se chegando, pois o movimento fez um trabalho de base, bater nas portas das periferias da cidade, em Itabuna e na região, onde aglutina muitos trabalhadores que são expulsos do campo para a cidade e lá fazemos duas ou três reuniões com ele, lá na sua base e passamos a proposta da reforma agrária, da luta pela terra, deles lutarem para que tenham uma vida melhor. Então todo mundo vem consciente, o contato é feito desse jeito. Exemplo: Ilhéus, pegamos o STR e vamos com ele fazer o contato com os trabalhadores. São José o mesmo processo (Antonio Gomes)

Um outro objetivo desse trabalho é diferenciar os níveis de “massa”, pois, segundo o Estatuto do MLT, a “massa” não é homogênea. A realidade de Itabuna diferencia-se da região do Morro do Chapéu, do litoral e de outras regiões. Torna-se importante conhecer a realidade de cada grupo, com o objetivo de diferenciar a luta e os níveis de “massa”, de acordo com a sua origem e cultura, para, a partir daí, poder traçar um método de trabalho. A realidade é conhecida através da discussão que as lideranças responsáveis por este trabalho tem com a comunidade, inserindo-se na vida dos trabalhadores, conhecendo seus problemas, organizando os próprios trabalhadores para buscarem o que necessitam.

Uma liderança do movimento enfatiza que, ao desenvolver este trabalho junto aos trabalhadores, o movimento está introduzindo um novo conceito de formação, diferenciando-o do trabalho desenvolvido dentro do MST:

... O trabalhador, ele será formado, não apenas como a gente fazia no MST: vamos conquistar a terra; a Reforma Agrária, a terra é a solução, ou seja, só botava terra na cabeça do trabalhador. É muito fácil você mobilizar uma massa para conquistar um pedaço de terra, é a coisa mais fácil que tem. Agora a gente tá começando a formar ele desde todo o processo de dificuldades que ele passa no processo de ocupação, de carência, de falta de material, começamos a formar ele dá necessidade de chegar no acampamento,

mesmo em acampamento à beira de estradas, com critério de preservação do meio ambiente definido, ou seja, saneamento, fossa, todo um trabalho, já para montar a estrutura pra que de fato se aquelas famílias venha conquistar, você já está no processo mais avançado de conscientização. (Ademar Oliveira)

Este trabalho de formação está sendo repensado pelo movimento. A direção está definindo o período de seis meses e no mínimo quatro meses de trabalho de base junto aos trabalhadores. Ou seja, as lideranças responsáveis pela organização das “massas” tem que ter contato antes com as famílias, fazendo reuniões, tendo acesso ao lar desses trabalhadores. Feito esse trabalho, estes serão “cadastrados como candidatos a membros do movimento”, e somente próximo a uma ocupação de terra, essas lideranças optarão por um determinado número de trabalhadores.

Merece ser questionada a centralização deste trabalho de formação das “massas” em algumas lideranças do MLT. Segundo a organização interna, estas possuem a capacidade de organizar os trabalhadores, ainda tidos como “massas”, sem consciência da importância da reforma agrária, para fazerem parte do movimento. Ao assumirem tal postura essas lideranças deixam de aprender com as “massas” e reforçam a separação entre a direção e a base. Ou seja, a direção do MLT coloca-se como encarnação do saber, concentrado, por sua vez, nos dirigentes responsáveis pelo trabalho de formação, enquanto que os trabalhadores ficam à margem das grandes decisões e subordinados à direção, pois depende dela a opção de serem aceitos ou não como membros do MLT.

Outro objetivo defendido pelo MLT é o setor de produção e trabalho coletivo, constando no programa do MLT:

Os assentamentos dirigidos e organizados pelo MLT, devem defender irrestritamente a organização da produção e do trabalho coletivo, conquistando para fins a massa, num processo de convencimento educativo e participativo que envolva todos os beneficiários. Construir meios que organizem a produção, como: associações e cooperativas, garantindo o fortalecimento dos assentamentos, assentados e também desenvolver a cooperação agrícola na pequena e média propriedade.

O trabalho de produção já começa a ser desenvolvido no processo de formação dos acampamentos e assentamentos. Este trabalho consiste em buscar um método adequado de produção, que se adapte à realidade local, e que garanta o desenvolvimento da organização produtiva do grupo. O membro da Comissão Estadual do Movimento responsável por esse trabalho não vive junto aos acampados e assentados, porém passa o método de como atuar, e o dirigente que coordena o acampamento ou assentamento vai trabalhar baseado neste método. O objetivo do setor de produção é fazer os assentamentos e acampamentos darem resposta à produção.

O MLT defende o sistema de produção, que se chama *coletivista misto*. Ao defender o trabalho coletivo, as lideranças começam a aprofundar a partir do diálogo com os trabalhadores, a importância do trabalho coletivo, bem como da pequena propriedade individual. A preocupação das lideranças é conscientizar os trabalhadores para importância do trabalho coletivo nos assentamentos, para que estes vejam como a melhor forma de organização da produção.

Neste sentido, o MLT procura incentivar a produção dentro dos acampamentos e assentamentos, para que os trabalhadores possam competir no mercado, defendendo inclusive a agroindústria nos assentamentos. Sendo o MLT um movimento que defende explicitamente o socialismo, entende que ele só será

adequado às condições da humanidade de hoje se não for visto como um dogma nem um modelo feito a partir de outras experiências, mas se este socialismo adequar-se às condições contemporâneas, tendo acesso à tecnologia, e facilitando a agroindustrialização.

O MLT está procurando desenvolver algumas experiências de agroindústrias nas fazendas Maravilha (Eunápolis) e em Ibiraju de Dentro (Porto Seguro). O projeto é montar fábrica de laticínios para pasteurizar o leite produzido. Para execução do projeto conseguiram 350 mil reais, e já compraram as vacas leiteiras e os reprodutores.

Outros projetos do movimento seriam: a recuperação do vale, das áreas acidentadas de vales, elaboração de mudas e criação de minhocas para húmus. Esses projetos serão desenvolvidos em parceria com o Banco Mundial, que patrocinará e fornecerá todo o estudo técnico para sua viabilização.

Destaca-se como princípio novo no MLT, a questão da preocupação com a preservação ambiental. A proposta é que no próximo congresso, esta questão seja inserida no lema como princípio do movimento. Uma das preocupações é desenvolver a produção em consonância com a preservação da natureza, sem agredi-la e citam como exemplo a fazenda Conceição. O que se tem verificado lá é uma preocupação em tratar melhor os rios, as nascentes, as áreas acidentadas, as áreas de produção, ou seja, tentar aplicar uma política de preservação ambiental e produção que estejam em consonância.

O problema de agressão ao meio ambiente é enfrentado nas próprias ocupações, como pode-se ver a partir do que está ocorrendo numa área ocupada no município de Canavieiras-BA. A área está sendo desmatada totalmente por

fazendeiros da região. Diariamente, tem saído caminhões carregados de madeira de lei, para as serrarias de Una, Canavieiras e Eunápolis. O MLT tem procurado combater e denunciar esta agressão ao meio ambiente.

Ainda com relação à questão da produção, destaca-se a primeira experiência do MLT em área de seca: o assentamento Morrinhos, no município de Morro do Chapéu-BA. As quarenta famílias assentadas já estão há um ano nessa área, onde o movimento tem investido no trabalho de captação de água para, em três anos, irrigar a terra. Estão recuperando e construindo reservatórios, pois é um desafio para o MLT dar resposta à produção, também na área do semi-árido.

É importante, cultural e historicamente para o MLT, o resgate desta região, pois compreendem que a mesma passa por um processo de desertificação e esvaziamento populacional. O objetivo do movimento é transformar Morrinhos no primeiro assentamento do MLT a conviver com a seca, isto para mostrar que a Reforma Agrária é também uma questão científica e se houver estudos e investimento ela dá resultado, mesmo no semi-árido.

Outro trabalho desenvolvido pelo MLT é no setor de educação, através da construção de escolas nos acampamentos. O movimento tem como preocupação básica desenvolver dentro dos acampamentos e assentamentos escolas permanentes e temporárias, para que possam contribuir como instrumento de formação do trabalhador. A proposta do movimento é trabalhar com o Método Paulo Freire, pois entendem que é o mais adequado à realidade dos assentados. Entretanto, este trabalho ainda é muito incipiente, e, em algumas regiões tem enfrentado dificuldades para ser implantado. Por exemplo, no acampamento

Conceição, ainda não se conseguiu implantar definitivamente a escola, devido à falta de recursos e professores disponíveis para ministrar as aulas.

Estratégias de Ocupação

Um dos pontos que chama a atenção ao analisar o MLT são as estratégias de ocupação utilizadas pelo movimento nas ocupações de terra. Elas são definidas pela comissão estadual do movimento, e buscam priorizar a ocupação de áreas improdutivas, ou que estão em processo de desapropriação e negociação com o INCRA.

O processo de ocupação começa com o trabalho de base realizado com os trabalhadores rurais, público meta do movimento. Investe-se na formação desse trabalhador, conscientizando para a importância da reforma agrária. Somente quando está próxima a ocupação é que as lideranças selecionam os “possíveis candidatos à reforma agrária” e informam sobre a área a ser ocupada.

As áreas a serem ocupadas são definidas a partir de levantamentos feitos pelas lideranças do MLT. Este levantamento tem contado com a ajuda dos trabalhadores, que informam às lideranças sobre as áreas que eles conhecem. Ao detectar essas áreas, o movimento solicita ao INCRA uma vistoria para comprovar a produtividade e a mobilidade técnica. Após a vistoria técnica, comprovada a improdutividade, decidem ocupar. Essa vistoria técnica é pedida em nome do MLT ou da FETAG (o processo é mais ágil). À primeira vista, parece uma boa parceria com o INCRA; aparentemente significa um passo à frente na medida em que força o órgão a entrar no processo de identificação de áreas possíveis de desapropriação.

Na prática, nem sempre as ocupações seguem a trajetória descrita, pois o INCRA tem se mostrado lento na liberação de técnicos para realizar o trabalho de vistoria. Diante dessa realidade, o MLT é levado a redefinir as suas estratégias. Como exemplo, pode ser citada a ocupação em uma fazenda no município de Esplanada, que foi realizada antes da vistoria técnica; após a ocupação, passaram a negociar com a empresa proprietária, para que não fossem retirados antes do posicionamento do INCRA.

A localização e a identificação de áreas improdutivas ou em processo de desapropriação é vista pelo movimento como uma questão de princípio. Segundo seus dirigentes, faz parte da própria segurança do MLT identificar propriedades que tenham características favoráveis para desapropriação.

O processo ocorrido na Fazenda Nossa Senhora da Conceição não fugiu a esse princípio do movimento. Esta fazenda já estava em processo de negociação com o INCRA, pois já havia sido feita uma primeira ocupação por posseiros, de forma espontânea, pois não eram ligados a nenhum movimento. E, com essa ocupação, o fazendeiro procurou o INCRA para vender as terras. Através de funcionários do órgão, as lideranças ficaram sabendo da existência dessa fazenda.

Para o MLT, o litoral norte é hoje uma região em ascensão na luta pela terra, tendo possibilidade de aglutinar "5.000" trabalhadores para lutar pela reforma agrária. Portanto, nesta região a direção do movimento vem fazendo uma série de levantamentos de áreas e trabalho de base, desenvolvidos há oito meses.

O MLT conta hoje com as seguintes áreas no Estado: acampamento Conceição (Ilhéus); Fazenda Maravilha (Eunapólis); Fazenda Ibiracu de Dentro

(Porto Seguro); assentamento Morrinhos (Morro do Chapéu); ocupação em processo de despejo na Fazenda Ibaúba (Eunápolis); acampamento no litoral norte (município de Esplanada), cinco ocupações previstas para o fim de fevereiro e início de março de 1996 (Chapada Diamantina), e tem projetos de novamente ocupar a Fazenda Ibaúba (Eunápolis), e Piatã Mirim (Canavieiras).

Estrutura Orgânica do MLT

Quanto à estrutura orgânica do movimento, constituem-se como instâncias do MLT: O *Congresso Nacional*; *Direção coletiva estadual* e *Coordenação estadual*. O congresso Nacional, instância máxima deliberativa das linhas políticas do movimento, acontece a cada quatro anos. Participam deste congresso delegados eleitos em assembleias de base.

Em segundo grau vem a direção coletiva estadual, responsável por efetivar na prática as definições do congresso, cabendo administrar e dirigir o movimento. Esta direção coletiva é composta por sete membros, eleitos pela coordenação estadual a cada dois anos. Reúne-se mensalmente ou em caráter extraordinário caso seja necessário.

O MLT tem uma direção Coletiva Estadual, composta de oito membros, divididos por núcleos regionais, de acordo as regiões da Bahia: Sul, Chapada, Norte e Oeste. Esta direção é a instância de direção efetiva do MLT. Reúne-se mensalmente em Salvador, ou em outra cidade do Estado, em local não definido. Nesta reunião mensal é discutida a realidade do MLT a nível do Estado, e são traçados os rumos e planejados os trabalhos a serem realizados por cada regional.

O planejamento do trabalho é traçado com base no relatório trazido pelo núcleo regional, que está em contato com a base. O representante deste núcleo traz esse relatório e expõe na reunião da direção coletiva, para, a partir daí, planejar-se o trabalho a ser desenvolvido. A direção estadual dá as diretrizes do trabalho, cabendo a cada núcleo encaminhá-lo. Como a conjuntura muda a cada dia, cabe a este núcleo regional adequar o planejamento feito à realidade cotidiana, contanto que atinja o objetivo planejado na reunião com a direção estadual.

Para melhor compreender como é estruturado este relatório pelos núcleos regionais, pode ser utilizado como exemplo o funcionamento da Regional Sul. A direção coletiva só saberá da realidade do acampamento Conceição, conhecendo os seus problemas, a partir do momento em que o responsável pela regional passar o relatório para a direção. A partir desse relato a direção coletiva saberá se está no momento de implantar projetos, ou implantar cooperativas ou se deve reforçar o trabalho da associação etc. Enfim, a direção coletiva terá condições de estruturar um planejamento de trabalho, a ser desenvolvido na Conceição.

O relatório levado pelo representante da regional não abrangerá só o acampamento Conceição, mas toda a Regional Sul. Este relatório é feito em assembléias e planejado com a base, militantes do MLT que estão nos diversos acampamentos e, posteriormente, é passado para a regional levar para a direção. Cabe à direção (MLT) referendar e executar. Segundo as lideranças, o planejamento da direção estadual é feito com a participação de cada militante, através das discussões feitas nas assembléias, realizadas junto à "base".

As lideranças afirmam que nunca houve uma resistência da base - membros do MLT dos diversos acampamentos - a uma decisão efetivada pela

direção. Isto se deve ao fato do planejamento ser feito baseado num relatório que sai dos diversos acampamentos. Ou seja, o papel da direção é executar, “não há resistência, pois vem da base para ser referendado na direção, para ser posto em prática” (Antonio Gomes).

A Coordenação Estadual é a instância deliberativa de terceiro grau, cabendo a ela eleger a direção coletiva estadual e aprovar as medidas disciplinares do movimento. Contraditoriamente, cabe a esta instância “executar o plano de lutas”, no entanto só se reúne a cada seis meses, enquanto que a direção coletiva estadual reúne-se mensalmente. O documento do MLT não contempla quantos são, como são eleitos e qual é o mandato de seus membros. Sabe-se, apenas, que esta coordenação é mais ampla, uma vez que é dentre seus membros que serão escolhidos os sete que comporão a Direção Coletiva Estadual. Mesmo com esta importante função, é instância deliberativa de terceiro grau.

As decisões tomadas em todas as instâncias do MLT: Congresso, Direção Coletiva, Coordenação Estadual, bem como nos diversos acampamentos, seguem o princípio do *centralismo democrático*, que consta no programa do movimento, a partir do qual a minoria deve se submeter às decisões tomadas pela maioria. O “Centralismo Democrático”, para o PCdoB, é entendido como uma prática política, utilizada pelo partido, que consiste em a minoria acatar a decisão da maioria, em alguns pontos táticos e estratégicos, inclusive aceitando e trabalhando em prol da decisão aprovada majoritariamente. O “Centralismo Democrático” caracteriza, também, o modelo leninista de partido, já que a vida interna deste deve ser regida por esse princípio.

Por centralismo entende-se uma participação coletiva que acontece através de uma “unidade na ação”. A adjetivação democrático relaciona-se a interesses

contraditórios, mas que procura uma “unidade na diversidade”. Aparentemente contraditórios, esses princípios, centralismo e democracia, devem ser postos em prática com equilíbrio e harmonia, para que não haja um predomínio do centralismo, pelas instâncias da direção, em nome da “unidade na ação”, em detrimento do democrático, que garante a participação dos diversos membros na vida interna do movimento, através da “unidade na diversidade” (VÁZQUEZ, 1963). É, pois, a participação efetiva dos diversos membros no movimento (democracia interna) que deve impor limites ao centralismo. Esta prática significará uma relação horizontal que assegure a livre circulação de idéias e alternativas políticas em todos os níveis, através da participação de todos os militantes na vida interna do MLT.

Questiona-se até que ponto a prática da direção do MLT tem conseguido equilibrar centralismo e democracia, já que o trabalho de formação e as decisões tomadas pelo movimento, à primeira vista, são bastante centradas na direção (lideranças). Este questionamento poderá ser melhor vislumbrado a partir da organização interna do acampamento Conceição.

4. 3. Organização Interna do Acampamento Conceição

A estrutura organizativa do acampamento Conceição mantém-se com base em dois elementos: uma comissão interna, que coordena todas as atividades, e as assembléias diárias, que se constituem no órgão máximo de decisão dentro do acampamento.

A comissão interna que coordena o acampamento é formada por seis pessoas, da qual fazem parte: Jorge Barreto (também da Comissão Estadual do

MLT), Argemira Santos, Carlos Barreto, Ronaldo Souza, Mariana Conceição e Davi Conceição. Essa comissão está subdividida em coordenações: trabalho; entrada e saída do acampamento; barracos e alimentação.

Esta comissão foi criada recentemente, após o despejo feito pelos policiais (17 de outubro de 95), pois passaram a sentir a necessidade de uma maior organização dentro do acampamento. Viram que estavam muito dependentes das lideranças, e que quando estas não estavam, não sabiam como tomar as decisões. Este fato ficou evidenciado no dia do despejo, pois estavam ausentes Antonio Gomes, Jorge Barreto e Cirilo Batista (lideranças do movimento), e segundo eles, ficaram sem saber o que fazer:

Não tinha, foi surgida essa comissão depois do despejo para cá. Foi aí que botou a comissão, para poder botar para organizar, porque no dia do despejo a direção não tava aqui, a direção não estava, e não tinha nenhum coordenador para poder organizar. No dia do despejo o pessoal saiu todo mundo, um caminhão foi para Ilhéus cada um foi para suas casas em Buerarema, cada um para sua casa. Se tivesse junto para poder organizar, então os caminhão tinha todo ido para um canto só e tinha ficado todo mundo reunido. Quando a direção chegasse estava todo mundo ali junto, para tomar as decisão e saber para onde ia formar um novo acampamento, tá entendendo? Então é por isso, que colocou agora a coordenação para isso, pra organizar numas horas dessas (Carlos Barreto).

Este despejo ocorreu em função do não cumprimento pelo INCRA do acordo feito com o proprietário da fazenda Conceição: Aroaldo Mendonça, pois esta fazenda já estava em processo de compra pelo INCRA, e este órgão não cumpriu o pagamento da primeira parcela do acordo. Em função disso o proprietário pediu a reintegração de posse e desocupação da fazenda.

O despejo modificou toda a estrutura física do acampamento. Foi destruída toda a plantação que tinham: hortaliças, milho, verduras. Estas plantações já garantiam a subsistência do grupo. Destruíram também os barracos e a escola,

além de queimarem documentos, roupas, plástico e levarem todas as ferramentas de trabalho. Os acampados ficaram um mês ausentes da área, conseguindo retornar em 19 de novembro de 1995.

A discussão em torno da criação de uma comissão nasceu dentro do STR de Buerarema, onde ficaram alojados quando foram despejados. A sugestão dos nomes foi dada por Jorge Barreto e Antonio Gomes (lideranças do movimento) e levados posteriormente para serem aprovadas em assembléia.

A comissão foi aprovada numa assembléia, na qual lançavam os nomes dos companheiros (assim que se tratam no acampamento) e o grupo aclamava através de palmas. O sistema de votação baseou-se no princípio do centralismo democrático.

Esta comissão reúne-se toda segunda-feira para discutir e planejar todo o trabalho a ser feito no acampamento, porém não tem autonomia para tomar nenhuma decisão que não seja aprovada pela assembléia:

A comissão não toma nenhuma decisão que não seja na assembléia. Primeiramente a comissão vai lá, reúne a comissão vê o erro e chega e faz a assembléia na hora, e bota junto com a maioria, com o povão, porque só a comissão só, não pode tomar decisão nenhuma. E o povo também só não pode tomar, tá entendendo? Então é comissão aqui ela se desloca pra isso mesmo, pra ver erros do acampamento, corrigir os erros para poder colocar na assembléia para vê quem é o errado (Carlos Barreto).

- O que é discutido na reunião da comissão?
- Fala como é, ordenar a entrada do pessoal, que não pode tá fora, porque quando o INCRA chegar as pessoas não tá fora, e ele explica um bocado de coisa pra gente.
- Ele que você esta falando é quem?
- É Jorge Barreto (refere-se à liderança do MLT). (Mariana Conceição)

A assembléia constitui-se no fórum máximo dos trabalhadores dentro do acampamento. Todas as decisões são tomadas em assembléia. Esta estrutura de assembléia iniciou-se com a chegada dos dissidentes do MST, ainda quando estavam acampados na Bela Vista. Esta serve para resolver todos os problemas do acampamento, como afirma um acampado: "O local da gente resolver os problemas do acampamento é na assembléia. É na assembléia com todos os companheiros" (Carlos Barreto).

Nossas decisões a gente toma na assembléia. É escala de trabalho, é escala da saída e entrada da pessoas. Outra pessoa quando faz uma coisa de ruim dentro do acampamento participa para a assembléia, e a assembléia sabe definir, é o fórum máximo do trabalhador rural, é o nosso fórum aqui dentro é nossa assembléia ... (Elvis Pereira).

Participam dessas assembléias todos os membros do acampamento, que tem direito a voz e voto. O sistema de votação segue o princípio do centralismo democrático: a minoria se submete às decisões da maioria. As assembléias são realizadas pela manhã, antes do início do trabalho, e, caso haja um fato extra, em um outro horário. Não existe um local fixo para realizá-la, até porque o acampamento não dispõe de uma área apropriada; normalmente, acontecem em frente à escola, ao ar livre.

Estas assembléias são conduzidas pelas lideranças do MLT: Jorge Barreto, Antonio Gomes e Cirilo Batista. Na ausência destes, a comissão do assentamento é responsável por sua condução. Os acampados ressaltam a importância da assembléia, ao mesmo tempo que mostram a condução centralizada nas pessoas das lideranças:

... Eles (refere-se às lideranças) chama todo mundo, qualquer assunto, que eles precisa de falar com a gente, não fala um, de dois ou de três, ele chama: assembléia, assembléia! E todo mundo(...) Se a gente tem uma panela no fogo, a gente tira para não queimar, fecha uma porta, guarda uma carne mais

alto para o cachorro não vim comer e nós tudo corre e vai atender. Se tiver penteado o cabelo, amarra o cabelo e vai logo. Para na hora que começa, a primeira palavra a gente já tá ali para observar do começo até o fim. Porque a gente observando a palestra deles do começo até o fim, a gente tá entendendo tudo, e chegando no meio já da assembleia, o que já anunciou vai sair pela boca dos outros (...) Nós tem direito a falar, ele dá oportunidade de nós falar o que nós sente, o que nós precisar de falar, o que nós tiver de pedir para fazer, a gente dá o direito, dá ordens dele, da assembleia fala que eles precisa. (Isabela Santana).

Observa-se que as assembleias já fazem parte da rotina dos acampados, chegando ao ponto de tudo ser levado à assembleia: permissão para sair do acampamento, decisão da escala de trabalho, problema de doença, apresentação de visitantes, aniversários, etc. Em todas as entrevistas foi ressaltada a sua importância, apesar de muitos afirmarem que não participam falando, mas concordam com todas as decisões tomadas. Segundo os acampados, as assembleias servem, também, para combater as divergências dentro do acampamento. Os acampados analisam o papel das assembleias:

... Se tiver um doente reúne todo mundo, faz coleta para levar no médico, ajuda se for preciso a levar nas costa, qualquer coisa a gente fica (...) Se reunir para decidir para não(...). trabalho fora, qualquer coisa, o que precisar. (João Almeida)

Quando é em reunião não é crítica. Em reunião simplesmente é uma forma de combater a crítica (...) Quando a pessoa chega direto para você e diz: você errou por isso e por isso, aí não, é crítica né. (Ronaldo Souza)

Durante a pesquisa de campo ficou marcada a assembleia do dia 19 de dezembro, na qual comemoravam os aniversariantes do mês, inclusive o da pesquisadora. A Assembleia foi iniciada com o hino do MLT:

“Companheiro e companheira, essa terra é de primeira, boa de nós trabalhar

já sofremos seis derrotas, mas a gente não importa, vamos ter que conquistar.

Sofre nesse acampamento, ameaça e tormento, mas é claro e está na vista

Entenda como quiser, mas nos come esse filé, que é pra provar a nossa conquista.

Sai ou não sai, vai sair pra você vê

Todo esse acampamento é com o MLT

O movimento da terra sobe morro e desce serra, só não vê quem não quer.

Está tudo organizado e muito bem acompanhado, homem, menino e mulher.

Agradeço meus amigos que vem junto comigo, nessa luta pra valer

Tirando o pão para o sustento, todo o nosso acampamento é com o MLT”

(música escrita por algumas lideranças do movimento, na beira do rio, depois de terem sofrido seis despejos)

Esta foi uma assembléia bastante festiva, pois festejavam também o processo de ocupação de duas fazendas no litoral norte (Canavieiras). O objetivo desta assembléia era comunicar a saída de alguns membros do acampamento para darem apoio aquela ocupação. As lideranças ofereceram este evento como presente para os aniversariantes. Em meio às falas das lideranças, alguns acampados aplaudiam, outros manifestavam suas idéias:

O trabalhador só é feliz de ser feliz, quando nós botar a bandeira da Reforma Agrária em todos os latifúndios (...) Eu luto para que todas as pessoas seja feliz e tenha seu pedaço de terra para ter uma vida digna (Argemira Santos)

Eu tenho vontade mesmo de um dia olhar, que não tenha nem explorado, nem explorador, todo mundo digno, todo mundo com seu pão farto na mesa (Elvis Pereira)

A assembléia constituiu-se, também, num instrumento importante para a organização do grupo, contribuindo para vencer as divergências internas, já que estas passam a ser tratadas coletivamente. Esta serve para romper com as diferenças e dá uma aparente coesão ao grupo, mesmo que internamente e de forma latente essas diferenças continuem existindo, e um dia possam se manifestar.

Porém, neste momento, são amortecidas, pois forja-se uma igualdade do grupo na assembléia, no sentido de todos terem direito a expor os seus problemas, e buscarem as soluções conjuntamente. A fala do acampado enfatiza a importância da assembléia para a organização do acampamento:

O trabalhador precisa de organização para a burguesia não vencer a gente; então sair da escravidão do patrão, a gente quer isso aqui dentro, porque aqui não tem escravo, aqui não tem patrão, tudo é igualitário (...) A organização é fundamental dentro do acampamento hoje, se nós tá desorganizado, polícia entra aqui toda hora, se nós tá organizado, se vier polícia ali, todo mundo tá organizado, polícia não vai conseguir deter a gente, então esse nível aí, todo companheiro se enquadra no seu próprio regime (Elvis Pereira)

Durante a pesquisa de campo, procurou-se observar, ao participar das assembléias e reuniões da comissão, como nasciam as propostas e decisões no acampamento Conceição. Aparentemente, as decisões pareciam ser bastante centralizadas nas pessoas das lideranças, que já vinham com uma proposta pronta (definida pela Coordenação Estadual) e eram passadas para o grupo, que servia apenas para referendar a proposta. Neste sentido, merece ser questionado: como nasciam as propostas que eram explicitadas pelas lideranças?

Ao analisar atentamente esta questão pode-se perceber que a forte interação das lideranças com os acampados da Conceição, e o fato de algumas dessas lideranças morarem no acampamento, passando as mesmas privações que o grupo passa e mostrando cotidianamente uma preocupação e afetividade para com o grupo, neutralizava as práticas que à primeira vista podem ser consideradas como autoritárias.

Esta ligação com os acampados da Conceição não pode ser minimizada, pois permitia às lideranças ter um grande conhecimento da realidade,

propiciando a estas sentir os problemas e anseios do grupo e encontrar respaldo para suas ações. O sentimento que se tem na Conceição é de um profundo respeito, afetividade e identificação dos acampados com as lideranças. Neste sentido, as propostas explicitadas pelas lideranças nasciam deste contato mantido com os acampados e da discussão com a Coordenação Estadual do MLT.

Entretanto, não se pode minimizar o papel das lideranças no acampamento na condução das assembléias e na direção política. Ao mesmo tempo, percebe-se como os acampados reforçam o poder das lideranças e acreditam nelas dentro do acampamento, não se opondo às propostas explicitadas por elas. Nas assembléias, esta postura evidencia-se pela ausência de posicionamentos dos acampados e sempre concordarem com as propostas da direção do MLT, mesmo com o constante apelo das lideranças para que aqueles se posicionem.

Dentro do princípio do *centralismo democrático*, as propostas aprovadas nas assembléias explicitavam a vontade da maioria e com isso era garantida a unidade na diversidade e na ação. Entretanto, não se pode deixar de questionar neste princípio a prática política que reforça uma hierarquização do movimento, que se explicita através das dicotomias lideranças-acampados, direção-base, vanguarda-massa etc.

No caso específico do acampamento Conceição, merece ser questionado se esta forma de organização tem contribuído para uma efetiva participação dos acampados na vida interna do movimento. Esta estrutura organizativa tem propiciado condições para que todos tenham igualdade de condições, de contribuir com as decisões internas do movimento, ter autonomia e participação? Participação aqui entendida como: "o poder de definir e redefinir fins

e os meios. É ter o que dizer sobre os objetivos e os meios para alcançá-los (...) Participar significa se fazer tomar em consideração” (SALES, 1989: 34 e 1987: 2).

Quanto à organização do trabalho, este é feito de forma coletiva, até porque ainda não foram assentadas as famílias, e a pequena área do acampamento (10 hectares) é trabalhada coletivamente. A primeira forma de trabalho coletivo foi a montagem do acampamento e a estruturação dos barracos. Hoje, os acampados trabalham na plantação de mandioca e na estruturação de hortas, já que estas foram destruídas com o despejo.

O trabalho é dividido coletivo né, o que nós produz aqui dentro, na hora da repartição é para todo mundo, né. Aí nos trabalhemos, todo mundo plantemos. Limpamos a área, plantou e na hora de rancar era dividido. O milho, feijão, o que tiver é dividido coletivamente. (Davi Conceição)

Não existe uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, no que se refere ao trabalho na plantação: mandioca e horta (atividades desenvolvidas no período da pesquisa), e construção dos barracos. Entretanto, as tarefas domésticas: lavar, cozinhar, cuidar do barraco e das crianças, estas atividades são restritas às mulheres. Como afirma uma acampada: “Mulher faz o mesmo serviço, se é para capinar, a gente capina, se é para plantar mandioca é junto com eles” (Valquíria Reis).

Homem e mulher trabalham junto. Tudo junto. Nós pega o horário junto de manhã, meio-dia nós deixa junto, à tarde nos pega junto, à noite todo junto. Nós trabalha igual, porque o mesmo direito, que tem um homem, tem uma mulher, porque eu preciso do meu pedaço de terra, eles também precisa o deles. Eu não ia ficar dentro de casa esperando eles trabalhar, pra fazer pra eles e fazer pra mim. Eu tenho fazer a minha parte. A organização também deles (refere-se às lideranças) aqui eu tenho gostado, eu tenho me dado bem. (Isabela Santana).

CAPÍTULO V

“O Movimento pra mim ele é um pai, o movimento é um pai e a terra é a mãe. Então, para educar nós, que somos filhos, é a terra, é o movimento (...) o movimento eu abraço como se fosse meu pai, a terra eu abraço como se fosse minha mãe. Porque eu entendo o que é o sofrimento, entendo o que é uma fome, entendo o que é dormir no tempo, entendo o desemprego. Daqui pra frente o movimento para gente vai ser um histórico. O MLT aqui dentro para todo mundo vai fazer isso, o pai de cada um para gente. Não é nossa mãe, que vai sustentar a gente (...) Vamos plantar aqui na certeza: vamos tirar nosso pão e alimentar nossas família, dar estudo às nossas criança, e dar o melhor, que as nossas criança precisa que é: alimentação, roupa, saúde e estudo. O MLT está aqui para isso, não para explorar o trabalhador, mas sim para deixar uma roça dessa igualitária, para todos os fazendeiros sentir na pele que trabalho de reforma agrária funciona”

Elvis Pereira

5. O MLT VISTO PELOS DISTINTOS ÂNGULOS

5. 1. Relações com “Agentes Externos” e Mediadores

O MLT tem uma prática política de inserção no movimento sindical, trabalhando em parceria com os STRs da região cacauzeira, entre os quais destacam-se os de Itabuna, Ilhéus, Buerarema e São José da Vitória. Ao desenvolver este trabalho junto aos sindicatos, muda-se o sentido da sua atuação, pois cai na esfera legal. Apesar de ter nascido na ilegalidade, e as ocupações serem consideradas ilegais, o MLT passa a ter uma atuação respaldada pela estrutura formal das entidades sindicais. Com isto passa a ser influenciado pelas contradições desse movimento, ao mesmo tempo que também influencia na mudança da sua estrutura.

A aproximação do MLT com os sindicatos iniciou-se através do STR de Itabuna. A partir deste sindicato, e do apoio da FETAG, aproximou-se de outros STRs, como os de Buerarema e São José da Vitória.

O STR de Buerarema tem contribuído com o MLT no processo de desapropriação da fazenda Conceição. Esta contribuição ocorre de diversas maneiras: participação no trabalho de base, cedendo espaço para reuniões; envio de trabalhadores para o acampamento; apoio material e financeiro, alojando os acampados na época dos despejos etc. O atual presidente do STR, afirmou que: “... todo o apoio que nós já demos foi pouco, pretendemos continuar nesse trabalho, ajudando cada vez mais, de acordo as nossas condições, da nossa estrutura”.

Ao assumir a luta pela reforma agrária, juntamente com o MLT, o STR de Itabuna mudou sua prática sindical. Ao vincular esta luta ao MLT, ele criou uma nova dimensão e ampliou a sua área de atuação, pois este passa a trabalhar não somente com assalariados, aposentados rurais e pequenos produtores, mas também com os sem-terras. A luta pela terra passa a ser uma das lutas assumidas pelo STR de Itabuna, e o MLT, o veículo que propicia ao STR inserir-se na luta pela terra.

Os STRs de Itabuna, Ilhéus e Buerarema não trabalhavam com a luta pela terra como uma das lutas assumidas pelo sindicato. Resumia-se a dar apoio timidamente a alguns movimentos a exemplo do MST, apoio que ficava restrito ao aspecto político e algumas vezes colocar uma faixa nas ruas. É a partir do surgimento do MLT que se consolidará essa participação efetiva do STR na luta pela reforma agrária, que vai do apoio material ao acompanhamento político.

Esta inserção no movimento sindical é ressaltada pelas lideranças, que definiram o MLT como um “movimento de caráter popular, sindical e político”. Por isso tem procurado atuar dentro dos sindicatos, porque a luta pela terra não deve se afastar dessa instituição, pois, como é a organização pioneira dos trabalhadores, é fundamental a participação nos STRs, a fim de fortalecê-los.

Neste sentido, faz parte do “trabalho de formação” desenvolvido pelas lideranças a conscientização sobre a importância dos sem-terras estarem filiados ao STR, por ser uma instituição de representação dos trabalhadores. A consequência desta parceria: STR e MLT, e da própria expressão do movimento, foi a eleição de um membro da Coordenação Estadual do MLT (Caio Júlio) para a diretoria do STR de Itabuna-Ba, em 1995.

A vinculação anterior do PCdoB ao STR de Itabuna e à FETAG contribuiu para consolidar esta parceria – STR e MLT – e sedimentou toda esta relação: STR, FETAG e MLT. Porém, essa relação do PCdoB com o MLT é aparentemente “contraditória” e está em processo de consolidação. O próprio partido como um todo não assume totalmente o movimento, preferindo sentir-se como apoio. Não existe uma posição firmada a nível Estadual e Nacional. O que se verifica, na prática, é que existe uma necessidade de um negar o outro: ao mesmo tempo em que as lideranças do MLT afirmam que é um movimento independente do partido, militantes do PCdoB na região ressaltam que o partido dá direção política ao movimento. Contraditoriamente, as duas falas abaixo afirmam isso:

Não, não existe isto MLT e PCdoB. Primeiro porque o movimento é um movimento independente, então não tem, é um movimento que recebe contribuições de qualquer partido que queira contribuir com o movimento de luta pela terra, mas nós não temos esse vínculo direto com o PCdoB, não existe isso (...) Recebemos apoio do PCdoB, do PT e de outros partidos que ajuda, ajuda pode vim de qualquer parte que vamos receber (...) Eu não sei falar para você da aptidão partidária de cada membro do movimento, primeiro porque o movimento é apartidário, e a aptidão política não influi dentro do movimento. Eu tenho minha aptidão política, eu sou filiado ao PCdoB, mas lá na minha base em Itamaraju, mas sai de lá não quero, falo pelo movimento. (Antonio Gomes)

Eu digo que o MLT ainda é independente, agora, tem ligação de parcela, eu digo a grande maioria dos seus militantes (refere-se as lideranças) é também militantes do partido.

– E as decisões do MLT?

– As decisões do MLT, aí que eu digo a história, as decisões do MLT são decisões próprias, mas a gente segue uma orientação, pelo fato de ser grande parte dos militantes do MLT ser também do PCdoB, segue uma orientação, que é uma orientação marxista-leninista. (Caio Júlio)

Esta é uma questão recorrente na história dos movimentos sociais, a necessidade de autonomia em relação aos partidos políticos, quando, na prática, ambos se relacionam. No cotidiano dos movimentos, essa relação se materializa de

diversas formas, de acordo com a realidade de cada movimento social. Ao longo deste trabalho procurou-se mostrar como se dá a relação do MLT com o PCdoB.

É claro que o movimento tem uma existência própria, por fora da esfera do partido. A relação se estabelece através da orientação política, ajuda financeira, apoio material e político de algumas entidades que tem uma ligação com o PCdoB e também apoiam o MLT, como o Sindicato dos Bancários, a FETAG e o STR de Itabuna. Além disto, a maioria dos membros da Direção Coletiva Estadual são militantes do PCdoB. Em função destes aspectos, ocorre cotidianamente a aproximação e vinculação do movimento a esse partido político.

A relação do PCdoB com o MLT, na região cacauzeira, acontece através do STR de Itabuna e dos militantes do movimento que fazem parte do "setor rural" do partido, no qual discutem a realidade do movimento sindical. As diretrizes políticas que são passadas para o sindicato e MLT nascem da discussão feita no partido, ou seja, o STR de Itabuna passa a ser o elo de mediação entre o MLT e o PCdoB, na região cacauzeira. Neste sentido, pode-se afirmar que o PCdoB relaciona-se com o MLT, discutindo, através do "setor rural", as questões ligadas ao movimento, como afirma um militante da região:

... O MLT tem uma coordenação, essa coordenação do MLT tá ligada ao STR devido a sua necessidade comum, que realmente é necessário, e o STR é ligado ao partido, então uma ligação vem com a outra, quer dizer é um elo de ligação que passa por entre os três foros: partido, sindicato e movimento. (Júlio Gonçalves).

Esta relação iniciou-se com o Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, devido à participação de representante do PCdoB nesse movimento. A entrada dos membros da direção Estadual do MLT para o partido acontece posteriormente, depois de criado o Movimento de Desempregados e já no processo

de ocupação da Bela Vista. A coordenação inicial do MLT, ainda no processo de ocupação da fazenda Bela Vista, sentiu a necessidade de se aproximar de um partido político, e ter uma representação partidária dentro do movimento.

A convivência inicial entre o PCdoB e as lideranças do MLT apresentou alguns problemas, o que foi ressaltado por alguns militantes do PCdoB. Segundo eles, as lideranças do MLT por terem vindo de outra tendência política, apresentam resquícios do MST, o que acarreta problemas, em função de sua compreensão e prática serem diferentes do posicionamento e atuação do PCdoB, tais como: “a luta pela terra está acima de tudo é a luta mais importante da sociedade; a vanguarda dos movimentos sociais é a luta pela terra; a luta pelo socialismo passa, necessariamente, pela conquista da reforma agrária”. Além de apresentarem alguns traços “basistas”, em alguns momentos comportamentos militarizados, de extrema doutrinação, como a prática, dentro dos acampamentos, de assembleias diárias, com um controle e uma organização, que se assemelha a uma organização militar. Esta prática e estes posicionamentos são vistos, por alguns militantes do PCdoB, como resquícios do MST.

Quanto à relação do movimento com a FETAG, pode-se afirmar que após as eleições da Federação (setembro 95), este órgão passou a avaliar a importância de retomar a atuação na área da reforma agrária. A FETAG-BA, nestes últimos quinze anos, afastou-se desta luta, havendo, neste período, um crescimento do MST, que se apresentou como único defensor da reforma agrária.

A FETAG passou a defender a importância de retomar o processo de luta pela reforma agrária, embora sabendo que este processo seja difícil, implicando em mandatos judiciais, apreensão e prisões. Em decorrência disto, avaliou-se que,

nesta primeira etapa, a Federação, enquanto não se reestruturasse, não deveria aparecer nas ocupações com “cara” própria, ou seja, caracterizar-se como os verdadeiros ocupantes. Procuraria trabalhar com um movimento “co-irmão”, que lutasse pela reforma agrária, mas que tivesse inserção no movimento sindical. Por estas questões e devido à ligação partidária aproximou-se do MLT.

Para um representante da FETAG, estes não podiam dar apoio a um movimento que tem uma linha partidária definida. Tinham que apoiar movimentos que atuassem visando conquistas e objetivos maiores dos trabalhadores: o Socialismo, mas sem o dogma do partido político, sem ser o instrumento desse partido, e sim o instrumento dos trabalhadores. Segundo um membro da direção da FETAG, o Movimento de Luta pela Terra tem avançado mais, procurando todos os setores que lutam pela reforma agrária, e tem desenvolvido um trabalho “supra partidário, sem distinção de credo e raça”.

A análise feita pelo representante da FETAG, quanto à opção pelo MLT, ressalta novamente a questão partidária: PT x PCdoB. Ao criticar a aproximação do MST a uma linha partidária definida, que acaba se caracterizando como um movimento partidário, está nitidamente influenciados pela visão do PCdoB.

Na prática, existe interesse da Federação em trabalhar em parceria com o MLT, apoiando irrestritamente as ações do movimento, mas respeitando os seus foros e decisões. Este apoio passa não somente pelo apoio material, mas no acompanhamento diário das ações do MLT. Saber sobre o trabalho de base que está sendo feito, envolvimento dos STRs (público da FETAG), das pastorais, dos poderes públicos, ou seja, trabalhar essa parceria FETAG e MLT, antes da

ocupação. Somente a partir desse acompanhamento, desse planejamento, dessa parceria ocorrida antes da ocupação é que a FETAG dá apoio material ao MLT. É o que afirma um representante da FETAG:

O MLT tende muito a contribuir com o movimento sindical, fazendo avançar a sua concepção. A linha aguerrida e positiva que tem os movimentos de luta pela terra, que é essa disposição de ocupar o latifúndio, de organizar os trabalhadores dentro dos STRs, na conquista de crédito, conquistar reforma agrária, conquistar o direito dos assalariados. Enfim, criar organizações fortes, que possam dar respostas aos problemas dos trabalhadores. (Ademar Oliveira)

Quanto à relação MLT e MST, a partir do que foi dito, apreende-se que os dois movimentos são independentes, não existindo nenhum foro de discussão. As ações conjuntas dão-se em atividades gerais, tais como: passeatas, manifestações, atos públicos. Em relação à luta pela terra, cada organização administra e dá direção política às áreas conquistadas, o que se verifica na total desvinculação entre os assentamentos, havendo uma concorrência local entre o MLT e o MST. A fala de uma liderança do MLT analisa essa relação:

– E hoje como fica essa relação MLT e MST? Dá para se ter uma discussão conjunta?

– Essa é a nossa proposta, mas nós achamos ela muito pouco possível de realizar pelo lado do MST. Nós estamos disposto, desprendido, a fim de fazer qualquer tipo de avaliação, de autocrítica, de um processo de amadurecimento, mas entendemos que o MST vê essa coisa da reforma agrária como da propriedade deles; eles não estão preparados para um crescimento massivo das lideranças, só para você ter uma idéia, a direção do movimento desde que ela começou até hoje é basicamente a mesma na Bahia; eles não estão interessados em incentivar a juventude em formar novos quadros. Esse é um grande problema. O apego à direção, o apego ao poder (...) Não somos excludentes, nós não pensamos em momento algum em excluir o movimento; pelo contrário, defendemos, acha mais justo, apesar de termos nossa divergência, mas gostaríamos de ter esse privilégio, esse direito de sentarmos na mesa, juntos unificar e cada um cuidar de suas áreas, que esse processo se desse de forma civilizada, que eles compreendessem de que eles não são exclusivos, que tem outras forças, que atuam nessa área, e que tem espaço para todo mundo. Quanto mais organização tiver, na concepção da gente, melhor. O que tem que haver é capacidade de convivência. (Ademar Oliveira).

5. 2. As Definições Acerca do MLT: Lideranças, Acampados e Representante do PCdoB

No programa e estatuto do MLT, este é definido como: “um movimento de massas, organização social, de caráter popular e político, autônomo, sem fins lucrativos, independente de raça, crença religiosa, concepção filosófica ou política”.

O que se percebe é que esta definição é vaga e confusa, e não dá conta da especificidade do movimento, que é o de ser um movimento de luta pela terra. Outro aspecto que merece ser ressaltado, e que aparece nesta conceituação, são dois aspectos que em si são contraditórios, pois ao mesmo tempo, que este é definido como um movimento de caráter político, é independente de qualquer concepção política. Mais uma vez aparece o conceito de “massas”, que passa a ser entendido como um movimento que congrega as diferentes categorias de trabalhadores. A autonomia que é ressaltada como característica do movimento, não é especificada em relação a que e a quem.

Essa definição é melhor conceitualizada por um membro da Coordenação Estadual do Movimento, que definiu o MLT como sendo:

Um grande movimento de massa, movimento popular, que se aglutina em volta dele todos os trabalhadores, independente de raça, categoria, porque a luta pela terra é de interesse de todos, e a terra tem que estar na mão de quem nela trabalha. (Antonio Gomes).

A sigla MLT sintetiza o principal objetivo do movimento: a luta pela terra, demarcando, portanto, a especificidade desse movimento social, que é a luta

pela conquista da terra e da reforma agrária, através de ocupações, como afirma um membro da Coordenação Estadual:

O MLT é uma organização não-governamental, que tem como princípio organizar os trabalhadores na base, na busca de um pedaço de terra, na busca da Reforma Agrária, não só da Reforma Fundiária, mas da Reforma Agrária mesmo. (Caio Júlio)

A reforma agrária passa a ser entendida como uma luta ampla, que vai desde o processo de conquista da terra, a conquista de crédito, de escolas nos acampamentos e assentamentos, etc. Pois não adianta ter “terra por terra”, sem condições de implementar a sobrevivência na terra, de fazê-la produzir. A reforma agrária passa a ser também um elemento chave no processo de construção de uma nova sociedade, mais livre, mais igualitária, já que o movimento tem como meta a construção de uma sociedade socialista. A dimensão dessa luta é ampliada pelas lideranças, ao afirmarem que:

Luta pela terra, pela terra mãe, pelo globo, luta pela natureza em geral. A luta pela terra não é só a luta por um pedaço de terra para plantar. A luta pela terra é a luta pelo Ecossistema, pela preservação do meio ambiente. Lutar pela terra significa lutar pela própria dignidade humana, lutar pela própria sobrevivência do homem. (Caio Júlio)

Um militante do PCdoB de Itabuna, ao definir o MLT, ressaltou três aspectos importantes: a especificidade do movimento, que é o de ser o movimento de luta pela reforma agrária, a dissidência com o MST, e a influência do PCdoB no movimento, fazendo portanto, uma síntese do que é o movimento:

Eu vejo o MLT como um movimento de luta pela reforma agrária, de luta pela terra, eles, o movimento luta basicamente pela reforma agrária, e como é um movimento dissidente do MST, e o MST como todo mundo sabe, que tem simpatia e sofre influência do PT, embora a meu ver eles agem não como movimento, mas como partido. O MLT é um movimento que se aproxima e sofre influência do PCdoB, muito embora nem todas as pessoas do MLT necessariamente tenham que ser do PCdoB. (Márcio Freitas)

Ao analisar as definições sobre o MLT a partir da visão dos acampados da Conceição, três posturas podem ser ressaltadas, quando se trata de entender o que é o MLT, como surge o movimento e o significado do mesmo.

A primeira postura, e a mais freqüente, diz respeito à forma como o grupo analisa o MLT. O movimento é analisado como algo externo a eles, não se sentem membros do movimento, não tendo definição clara sobre o que é o MLT:

Eu acho que o MLT é um grupo formado sobre ... grupo formado de luta pela terra né? Que ele fez prece de ajudar o povo conquistar a terra. Acho que o MLT é um simbolo de forma, formando dessa maneira. Que é um grupo que significa MLT, que eles reúne para que possa o povo reunido para lutar pela terra. Eu acho que pra mim é isso (Ricardo Santos).

Eu acredito, que é um órgão, que ficou suficiente para o próprio trabalhador, que a gente não tem, aqui não tem, então é uma coisa necessária, que a gente deve acompanhar, porque deve ser uma lei boa para gente (Alan Andrade).

Esta postura aproxima-se mais dos membros novos, e para entendê-la torna-se necessário ressaltar o processo de constituição do MLT, que originou-se a partir das lideranças, e depois de institucionalizado, estas passaram a fazer um trabalho de base, aglutinando pessoas para o movimento. Ou seja, o movimento já se apresentou pronto e acabado para essas pessoas, fazendo com que estas não se sintam também como agentes desse processo. Apesar dessas pessoas estarem morando no acampamento Conceição, isto não significam que já tenham uma clareza do que é o MLT, ainda estão em processo de interação com o próprio movimento, não tendo uma dimensão do que é o mesmo. As próprias lideranças compreendem a transitoriedade dessa situação, ao afirmarem que o “trabalho de base” com estas pessoas ainda continua, pois ainda não estão “formadas”. Isto pode ser melhor compreendido se relacionado com os objetivos do movimento, e ao

entendimento que o mesmo tem, que é de vê-las como “massas”, cabendo às lideranças organizar, responder, diferenciar e mobilizar os trabalhadores, para, numa segunda etapa, conscientizá-las, tornando-as aptas para serem membros do MLT.

A segunda postura aproxima-se mais dos membros antigos do movimento. Identificam-se como membros, mas não se sentem filiados ao movimento. Com esta postura, acabam reduzindo o MLT às lideranças. Esse grupo também não tem uma clareza do processo de formação do movimento, bem como de sua organização interna. O que pode ser melhor compreendido a partir das falas abaixo:

– Todos somos do movimento. Se nós vai fazer um ato assim nos rádios, fazer uma mostra nos colégios, nas câmaras de vereador, nós vai em nome do MLT.

– Quer dizer que é o movimento de luta pela terra - MLT, quer dizer que é nós todos. Nós todos somos MLT, agora, só que é um movimento que está novo, nós não somos afiliados ainda, nós aqui. Afiliados são eles e já são velhos. (João Almeida).

Todo mês eles (referem-se às lideranças do MLT) faz um curso em Salvador. Eles tem um chefe, que é Ademar Oliveira, o presidente da FETAG em Salvador; nós procura sempre ajudar, procura discutir e defender ao lado deles, quando vem um inimigo assim contra eles, nós sempre procura agradar, porque foi sempre uma pessoa que veio e amostrou força aí a respeito do trabalhador. Estamos sempre apoiando eles. Nós discute às vezes, com alguém de fora, que vem falar mal deles, aí nós não aceita. (Argemira Santos).

Merece ser ressaltado que este grupo já apresenta uma interação maior com o MLT, e já estão num processo de relação de identificação num estágio mais avançado que o primeiro grupo. Porém, não se sentem filiados, ou seja, não foi consumada essa interação total, que segundo eles se dá através da filiação. Nesta linha de raciocínio, somente as lideranças – membros antigos – são filiados ao movimento. As próprias lideranças reforçam esses diversos estágios que um

membro deve passar dentro do movimento, através do trabalho de diferenciação e formação das “massas”, dito anteriormente.

A terceira postura assumida pelas lideranças do movimento, e reforçado pelos membros do MLT, é de fazer uma confusão entre liderança e movimento, ou seja, liderança e movimento passam a ser a mesma coisa, reduzindo o próprio movimento às lideranças. Observa-se também, que as próprias lideranças não tem uma definição clara do que é o MLT, existindo diferenças entre as análises feitas sobre o movimento. A direção do MLT também reduz o movimento às lideranças de uma outra maneira, quando trata os militantes como tarefeiros e os membros como “massa”. Os fragmentos abaixo exemplificam esta postura:

– Então quando a gente tava lá, né, mas tava com o grupo do galego, aí de repente surgiu esses meninos.

– Os meninos, quem?

– O MLT, aí chegaram eles, a conversa deles me interessou muito, eu vi que a terra ia sair, porque as conversas dele, era umas conversas muito firme, aí eu senti que a coisa era séria, porque até aí, eu tava numa ocupação de terra, porque queria uma roça, mas não sabia que o negócio era tão complicado assim, a reforma agrária. (Argemira Santos)

... Quando o movimento às vezes tá viajando (referem-se às lideranças do MLT), que é o MLT, que tá viajando eu peço ao vereador Bebeto pra me ajudar na falação (...) Então aí eu sempre levo ao conhecimento, eles não tão aí para ajudar a gente? (Argemira Santos)

Ao mesmo tempo, percebe-se que os acampados da Conceição reconhecem e se identificam com as lideranças do MLT. A influência central dessas lideranças relaciona-se com uma ação coletiva, que é uma preocupação e afetividade com o grupo, que extrapola os limites de apenas dar direção política, e materializa-se na convivência cotidiana, merecendo ser ressaltada a preocupação dessas lideranças com a alimentação, saúde e o

tratamento carinhoso dispensado ao grupo. Esta prática neutraliza, muitas vezes, a postura pouco democrática, que elas assumem perante o grupo. Como afirma um acampado:

Eles é uns meninos, que é quatro irmão, mas o que um quer, todos quer, é quatro irmão unido uns com os outros (...). É uns meninos legal, uns cara legal mesmo esses meninos (...) gosto muito deles, sabe me tratar, me trata bem mesmo. Quando ele sai, às vezes chega e senta em cima da minha cama quando vai para um lugar longe, dar nos olhos pra chorar. Cirilo Batista (liderança do MLT) quando saiu daqui chegou e sentou em cima de minha cama, e disse assim, eu nem gosto de lembrar, que dá vontade de chorar também. Cirilo disse assim: — Pai Pedro, a turma tá querendo a minha cabeça aqui dentro, eu vou sair pra fora, mas olhe pai Pedro eu só fico alegre no dia que eu dizer assim: pai Pedro tá no pedaço de chão dele mesmo para ele trabalhar, mas enquanto o Sr. não tiver um pedaço de chão do senhor mesmo, eu não me importo de morrer, eu não me importo deles me prender, deles me bater, agora só sei lhe dizer o senhor assim, que eu ainda tou nessa luta por causa de vocês, porque se não fosse vocês eu não tava nessa luta não. (Pedro Morães)

Durante as entrevistas os acampados procuraram ressaltar qualidades do movimento e das lideranças, ou seja, o papel desempenhado dentro deste sistema social específico, tais como: coragem, união, preocupação com o grupo, trabalho desenvolvido, bem como o reconhecimento da importância do movimento na sua vida particular. As falas a seguir são contundentes para afirmar isso: “Porque eles tem garra, são uns meninos (refere-se às lideranças) que tem coragem” (João Almeida).

Eu mesmo me afeiçoei com o grupo aí o MLT, que são pessoas mesmo capacitada para isso, vem desempenhando um bom papel, não é que esse MLT é a mesma coisa do MST né, é raízes do MST, só que modifica o grupo, porque nós organiza de outra forma, nós não pensamos em ficar na beira da pista, por que nós vamos passar três ou quatro anos lá dentro na beira da pista, pedindo aos outros, e sem objetivo nenhum. Então esse grupo o MLT ele trabalha de uma forma bem objetiva, que conscientiza as pessoas. Como por exemplo se o cara sabe conversar com você, então ele conscientiza você, aí até mesmo a questão de você está com raiva, você fica sensibilizado praticamente e se envolve ali, que acaba se tornando um membro daquilo também. (Ronaldo Souza)

... O movimento sempre mais me empurrando para frente, me dando mais chance, começando a trabalhar comigo com mais experiência, então eu tenho que aprender muito. O pessoal, o movimento é que eu conheço como um pai, eu fui criado sem pai mesmo, o movimento eu conheço como um pai para mim (MLT); aí foi quando eles (lideranças) começaram a me dar experiência, mais altura assim, eu traduzia assim o povo, ter mais chance de

chegar junto a massa, mas eu acredito nisso, que um dia eu torne a chegar a ser um Jorge Barreto, um Antonio Gomes, um Caio Júlio, um Cirilo Batista (refere-se às lideranças do MIT) pode ser, ou qualquer outro membro do movimento, que eu tenho para mim que um dia eu chego lá. (Elvis Pereira).

Um outro aspecto que merece ser ressaltado é que, entre os acampados da Conceição, nenhum conhecia as normas e estatutos do movimento. Afirmaram que as “lideranças” não passaram isso para eles, mas que iam conhecendo “o jeito deles trabalharem, através das assembleias. A partir daí surge um questionamento básico: o que leva a adesão deles ao MLT?

A principal explicação desta adesão se dá em função do MLT tornar-se o veículo, o meio que levará à conquista da terra. Ou seja, o MLT apontou o caminho, a direção, que permite atender a uma necessidade das pessoas: a conquista da terra. Esta é a verdadeira adesão: a um objetivo (conquista da terra), que significa uma resposta, uma solução para os problemas enfrentados por eles: miséria, desemprego, exclusão social, etc.

O sonho da conquista da terra é a principal motivação para continuarem na luta. A terra passa a ter vários significados para os acampados, o principal deles é que a terra sempre está associada à idéia de trabalho. A terra é, como afirmaram Souza Martins (1980) e Afrânio Garcia (1983), para o trabalhador pobre, terra de trabalho e não de negócio.

A conquista da terra é uma das condições para a melhoria da situação de vida destes acampados. Abre possibilidades de libertação da exploração do patrão, melhores condições de vida para os filhos, auto-suficiência econômica para as famílias, além de possibilitar reunir a família, já que muitos se encontram sozinhos no acampamento. Como afirma um acampado: “O meu sonho é ter um

pedaço de terra para trabalhar, viver a minha vida sem ser explorado por patrão”
(Davi Conceição).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O problema não é inventar. É ser inventado hora após hora e nunca ficar pronta nossa edição convincente”.

Carlos Drummond de Andrade

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, analisar a trajetória do Movimento de Luta pela Terra – origem, princípios, objetivos, estratégias de luta e estrutura organizativa – tendo como objetivo principal perceber a sua relação com o PCdoB. Para se compreender a dimensão desta relação, a análise baseou-se num espaço e tempo delimitado. A análise do PCdoB não se apoiou na sua estrutura a nível nacional, mas a interação estabelecida com a estrutura interna a nível da Bahia, mais precisamente com o Diretório Municipal de Itabuna. Priorizamos, além disto, dois momentos específicos: o contexto de surgimento e institucionalização do MLT, e a organização do acampamento Conceição.

Não podemos deixar de analisar as contribuições que a pesquisa de campo nos proporcionou do ponto de vista profissional e de vida. Neste aspecto, merecem ser ressaltadas as experiências vivenciadas durante a nossa estada no campo – o contato com os acampados, a vivência com o grupo da Conceição, a participação na vida interna do MLT, etc. – que contribuíram para a nossa formação enquanto pesquisadora e serviram como lições de vida, já que a temática, luta pela terra, era conhecida por nós, teoricamente, através da literatura recorrente, mas nunca tínhamos participado de uma pesquisa prática sobre essa temática.

Esta experiência ímpar possibilitou-nos conhecer uma parte da vida desses trabalhadores (membros do MLT) a partir das histórias que nos foram apresentadas através de entrevistas e conversas informais, nas quais rimos, choramos e com as quais nos identificamos.

A sensação que temos é que contribuimos, também, para que estas pessoas pudessem resgatar de sua memória aspectos importantes de suas vidas, que até então eram experiências exclusivamente suas, e agora passam a ser compartilhadas e socializadas. A socialização destas experiências contribuirá para uma efetiva denúncia social do grau de exploração e exclusão social a que comumente estão submetidas.

Houve uma necessidade, de nossa parte, de dar vida a esses relatos, o que se materializou na dissertação, através da subjetivação destes depoimentos, a valorização dos mesmos.

Ao vivenciarmos estas experiências dois aspectos se salientam e que servem como lições de vida: a solidariedade e o companheirismo do grupo, demonstrados nas suas relações cotidianas, e que contribuem no processo de fazer-se grupo, na formação de uma identidade coletiva de sem-terra.

O MLT, enquanto movimento social, constitui-se num meio de expressão para estes trabalhadores assumirem esta identidade. Através do MLT, estes trabalhadores ampliam a sua presença no âmbito político e impõem para a sociedade o reconhecimento de sua existência e cidadania.

A compreensão da luta pela terra e da reforma agrária para estes sujeitos sociais relaciona-se com a luta pela cidadania, entendida como a luta pela conquista de direitos básicos de vida: moradia, emprego, educação, saúde, etc. A conquista da terra, segundo os entrevistados, proporcionará a conquista desta cidadania. O sonho da conquista da terra, da reforma agrária, passa a materializar para o grupo “símbolo de luta, idéia-força, bandeira, identidade social” e conquista da cidadania.

Neste sentido, a luta dos trabalhadores no MLT trouxe de volta a esperança de retornarem ao campo e assumirem a sua identidade de trabalhador rural numa nova perspectiva: enquanto beneficiários do programa de reforma agrária, que

ganhou novos contornos a partir da importância adquirida pelo MST, já que muitos foram expulsos da terra em virtude das transformações ocorridas nas relações econômicas e sociais da região cacauzeira.

A adesão destes trabalhadores ao movimento ocorreu em função da situação de vida em que se encontravam – fome, miséria, desemprego e exclusão social – e o desejo ou necessidade de ter um “pedaço de terra”. Estes dois aspectos motivaram os trabalhadores a entrarem para o MLT, estimulando-os a continuarem na luta, apesar da participação em movimento de luta pela terra ser uma experiência nova para a maioria dos acampados da Conceição. A forte ligação que os acampados tinham com a terra – sempre trabalharam em fazendas na região, outros tinham sido trabalhadores rurais durante a maior parte da vida, mas, em virtude da própria situação de crise por que passa a economia cacauzeira, foram obrigados a migrarem para a cidade e transformarem-se em trabalhadores urbanos – não fez com que estes perdessem a identidade com a terra. Identidade que está sendo resgatada via MLT.

Ao falar da relação PCdoB e MLT, procuramos analisar como esta se concretizou na trajetória histórica do movimento. Reportando às análises anteriores, podemos estabelecer três momentos nesta relação.

O primeiro momento resultou de uma relação já existente entre o partido e o STR de Itabuna-Ba, que havia iniciado um trabalho com os desempregados. O Diretório Municipal de Itabuna indicou um militante para acompanhar esta luta, culminando com a formação do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia.

Este movimento tem uma importância singular no processo de formação do MLT, e as suas origens podem ser buscadas a partir da sua constituição. Neste primeiro momento, a relação do PCdoB com o MLT acontecia através do dirigente encarregado de acompanhar o trabalho.

Merece ser ressaltada, a capacidade singular de organização do movimento de desempregados, que, a partir da tentativa de organização dos trabalhadores, fez com que estes se reconhecessem como desempregados, para, num segundo momento, tentar buscar soluções para a melhoria das suas situações de vida. O que caracteriza este movimento social é a capacidade da direção de mobilizar um conjunto de trabalhadores desempregados para organizar-se coletivamente e constituir-se enquanto movimento social na busca de seus direitos. Este processo permitiu a mudança destes trabalhadores, a formação “de uma nova cultura política” e a criação de uma identidade de sem-terra, contribuindo para mudar todo o rumo do movimento e desembocar na luta pela terra.

O segundo momento da relação PCdoB – MLT ocorreu com a ampliação do movimento de desempregados, que passou a ter uma coordenação ampla, com a participação dos STRs da região cacauêira e o apoio dado pela FETAG, já no processo de ocupação da fazenda Bela Vista (também sob a direção do PCdoB). Com esta ampliação, a relação com o partido passou a ser estabelecida através do movimento sindical, mais precisamente através da proximidade com o STR de Itabuna.

A ocupação da fazenda Bela Vista teve uma importância fundamental no processo de constituição do MLT, pois, como mostramos, os diversos rompimentos e problemas enfrentados nesta ocupação contribuíram para a institucionalização do MLT. Com esta institucionalização, e dando continuidade à ligação que já se tinha anteriormente com o STR de Itabuna, o MLT passou a ter uma atuação política inserida na estrutura do movimento sindical rural. Com isso, a relação passou a ser estabelecida através da FETAG e na região cacauêira, especificamente através do STR de Itabuna. Estes, STR e FETAG, passam a ser o elo de ligação entre o MLT e o PCdoB.

Não se pode deixar de falar sobre a dissidência interna ocorrida no MST da Bahia. O principal resultado desta dissidência foi a transferência de alguns de seus ex-militantes para a região cacauzeira, que passaram a conduzir a luta pela terra na região e a compor a Coordenação Estadual do movimento.

O terceiro momento da relação PCdoB-MLT ocorreu com a entrada dos dissidentes para o MLT. O fato de grande parte ser hoje militante do PCdoB redimensionou a relação do movimento com o partido. A relação do partido com o MLT passou a ser estabelecida através destas lideranças, militantes nos STRs, na FETAG ou no MLT. A atuação no MLT é vista como um trabalho de militância partidário junto à luta pela terra ou reforma agrária.

O enfoque dado nas lideranças e sua atuação junto ao MLT, na relação com os acampados da Conceição, tinha como objetivo analisar como se estabelecia a relação do PCdoB com o MLT. Através da análise da estrutura organizativa do MLT percebemos um importante papel político assumidos pelas principais lideranças, constituindo-se na postura de mediadores entre os acampados, STRs e PCdoB.

As lideranças podem ser vistas como mediadores que estão inseridos no movimento – *mediador de dentro* – que passam a representar o grupo frente às instituições: INCRA, STRs, prefeituras etc., e assumem, também, um papel de mediação entre o partido, STR e demais membros do MLT. Com esta mediação, acabam por impedir o isolamento dos trabalhadores e do movimento, levando-os a interagirem com outros grupos políticos.

Ao longo da dissertação procuramos entender essa mediação através do trabalho desenvolvido pelas lideranças no interior do MLT, fazendo com que fossem reconhecidas pelo grupo. Neste aspecto, merece ser salientado que a participação constante destas lideranças nos diversos momentos vivenciados pelo grupo – despejo,

enfrentamento com a polícia, ocupação etc. – bem como na vida cotidiana dos acampados da Conceição, contribuíram para estas terem sempre respaldo no grupo. As diversas falas dos acampados procuraram ressaltar o tratamento afetivo e a participação constante destas lideranças junto ao grupo. A legitimidade (fator primordial do reconhecimento de um sujeito como liderança dentro do grupo) foi sendo construída com base no trabalho cotidiano demonstrado por estas lideranças.

A especificidade do MLT está em ser um movimento de luta pela terra que se originou de um movimento de desempregados surgido na área urbana, e que tem a capacidade de ser um veículo de expressão dos interesses coletivos de uma parcela dos trabalhadores expulsos da terra na luta pela conquista da terra e concretização da reforma agrária. A sua singularidade, além disto, está no trabalho desenvolvido, com uma atuação política inserida no movimento sindical e através da relação que mantém com o PCdoB, o que se reflete no acompanhamento político e nos princípios do movimento: o centralismo democrático, a concepção de “massas”, a análise sobre a reforma agrária e as estratégias de luta, respaldada pela estrutura legal das entidades.

A relação dos movimentos sociais com os partidos políticos é recorrente na história dos movimentos, mas apesar desta relação se estabelecer cotidianamente, ambos procuram negá-la. Por trás desta postura está a necessidade dos movimentos e partidos políticos afirmarem a sua autonomia.

No caso específico do MLT, a singularidade deste movimento consiste em que, embora este mantenha uma relação com o PCdoB, ele avança e ganha uma dimensão social e política enquanto movimento de luta pela terra, luta pelas ocupações, pela conquista da reforma agrária, enfim pela própria sobrevivência do grupo, não inserida apenas na luta ideológica do partido.

Merece ser ressaltada a ambigüidade presente nesta relação, pois, embora o MLT tenha uma dimensão política própria e uma organização por fora da esfera do PCdoB, e este em alguns momentos negar o relacionamento com o movimento, ocorre cotidianamente uma tentativa por parte do partido de manter esta relação, através da direção política e da estruturação do MLT, segundo as perspectivas políticas e de organização do PCdoB.

O MLT materializa essa complexidade. Ao mesmo tempo em que é um movimento de luta pela terra, através dele o PCdoB insere-se na luta mais geral do movimento sindical rural da Bahia, disputando espaço, inclusive, com outras tendências políticas, a exemplo do MST. Ou seja, o MLT propicia ao partido inserir-se no debate político em torno do movimento sindical rural e a inserção no movimento de luta pela terra na Bahia.

Neste sentido, o MLT, com sua relação com o PCdoB, passa a atuar em três caminhos, que devem ser vistos de maneira interligada. São eles: a luta pela terra, através da conquista da reforma agrária; o debate político partidário do movimento sindical rural; e a luta social, que se relaciona com a própria sobrevivência do grupo da Conceição.

Esta relação com o PCdoB delimita também o espaço de relacionamento do MLT com outras tendências políticas, daí a dificuldade em trabalhar com os partidos e movimentos que não se coadunem com as propostas do PCdoB. Esta relação definiu, também, os apoios que o movimento foi estabelecendo: FETAG, Sindicatos dos Bancários, STR de Itabuna, etc.

Analizamos o MLT como um movimento social, tomando como referencial a conceituação de Scheren-Warren (1987), que destacou cinco elementos

definidores de um movimento social: práxis, projeto, ideologia, organização e direção. A análise, feita ao longo da dissertação, pode ser sintetizada como a seguir.

Podemos afirmar que o MLT, enquanto movimento social, é uma ação grupal voltada para a transformação da estrutura agrária, através da viabilização da reforma agrária. A *práxis*, entendida a partir da “natureza de sua ação para transformação, da natureza da sua dinâmica”, consiste na organização dos trabalhadores rurais para lutarem na conquista da terra, através da utilização de estratégias de ocupação. Esta práxis está voltada para a realização de um *projeto*, que se diferencia entre os acampados e direção do MLT, pois os primeiros tem como projeto a luta pela conquista da terra e da reforma agrária, o que é ampliado pela direção do MLT, que insere estas questões nas bandeiras de luta pelo socialismo. A realização deste projeto se dá pela organização de objetivos comuns: a luta pela reforma agrária, o trabalho de base desenvolvido pelos dirigentes com os militantes. Os princípios que orientam esta proposta estão sedimentados numa *ideologia*, que se baseia no socialismo defendido pelo PCdoB. Esta ação grupal tem uma *organização* definida a partir de uma estrutura orgânica a nível do movimento como um todo, composta por: Congresso Nacional, Direção Coletiva Estadual e Coordenação Estadual, e a nível de acampamento através de assembleias diárias e de uma comissão interna, com uma *direção* que se centraliza nas lideranças.

Estas questões singularizam o MLT, delimitando um espaço de diferença com outros movimentos sociais de luta pela terra. O estudo do MLT permitiu-nos compreender esta singularidade: por se tratar de *um movimento em movimento*, entendido como um movimento social cujo processo de fazer-se movimento está ocorrendo cotidianamente, deve-se ter em conta a própria dinâmica desse processo, que a cada dia tem se modificado. Por isso o estudo se restringiu-se a um período específico.

A análise da relação que o MLT tem com o PCdoB deve ser vista não como eterna, mas inserida neste período específico da história do movimento, e que a cada dia tem fornecido novos elementos para a análise.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que o MLT "*Lutou e Conquistou*" um espaço político na "rede" de outros movimentos sociais de luta pela terra, o que faz com que este seja mais um canal de expressão dos trabalhadores na luta pela reforma agrária.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AFONSO, João Manuel. **O Sabor Amargo do “Manjar dos Deuses”**. Campina Grande-PB, 1991. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Difícil Caminho: Sindicatos e Política na Construção da Democracia no Brasil – Perspectivas e Dilemas**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Luta dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto**. Campinas-SP, 1991. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **O Que é Sindicalismo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CACAU**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1972.
Brasília: CEPLAC, v. 1, 1984.
- ASMAR, Selem Rachid. **Posse da Terra na Região Cacaueira**. In: Revista FESPI, Ilhéus-BA, Ano III, nº 2, p. 61-73, jan./jun. 1985.
- AUED, Bernadete Wrublevski. **A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas 1955-64)**. Campina Grande-PB, 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.
- BARBOSA, Ivone Vital Torres. **Mudanças Sociais na Agricultura e suas Implicações para o Sindicalismo Rural (Um Estudo das Transformações em Sapé 1950/1980)**. Campina Grande-PB, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.

- BARBOSA, Maria Valéria. **Reforma Agrária em Terras Públicas: Um projeto que Deu Certo?** In: Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 105 – 117.
- BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- BARRETO, Osvaldo. **Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Gestão de Programas Governamentais.** In: Cadernos do CEAS. Salvador, v. 159, p. 50–66, 1995.
- BARROS, Alexandre de S. C. **Você Quer Ir a Paris? Ou Como Passei a Entender de Disseminação de Resultados de Pesquisas de Ciências Sociais Entre “Policy-Makers”.** In: A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Os Movimentos Sociais e as Lutas por Educação.** In: Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste. João Pessoa: Editora Idéia, 1996. p. 137-154.
- BAUER, Carlos. **A Hegemonia Vermelha Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros.** São Paulo: Edições Pulsar, 1995.
- BERTOLAZZI, Annalisa. **Novo Sindicalismo no Campo Paraibano: Continuidades e Mudanças.** Campina Grande-PB, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Traços da Caminhada da CPT no Nordeste.** In: Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste. Estudos de Experiências no Meio Rural. João Pessoa: Editora Idéia, 1996.
- CARDOSO, Maria da Conceição Mariano. **Uma Mão Lava a Outra. O Trabalhador Rural e suas Lideranças no Brejo Paraibano.** Campina Grande-PB, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.

- CARDOSO, Ruth. **Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método**. In: *A Aventura Antropológica*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95-105.
- CARLO, Antonio. **A Concepção do Partido Revolucionário em Lenin**. In: *Estudos Cebrap*, nº 15, p. 67-105, jan. / fev. / mar., 1976.
- CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Trajatórias Culturais e Saber Político: Conflitos de Terra na Fazenda Carvalho - Bananeiras (PB)**. Campina Grande-PB, 1995. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. (mimeo).
- CASTRO, Cláudio Moura. **“O Orientador Como Guia Espiritual e Consultor Sentimental - Memória de um Orientador de Tese**. In: *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Sindicatos em Uma Época de Crise**. Petrópolis: CEDEC / Edt. Vozes, 1984.
- CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, III, 21 a 25 de maio 1979, Brasília. **Anais**, Brasília: Contag, 1979. p. 123-194.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci - Um Estudo sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- COUTO, Andréia T. **Assentamentos Rurais: Espaço de Reprodução da Agricultura Familiar**. In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Aracaju-SE: SOBER, 1996.
- CPT. **Conquista da Terra e Cidadania**. In: *Cadernos do CEAS*, Salvador-BA, nº 135, p. 40-59, set./out. 1991.
- EXECUTIVA NACIONAL DA CUT. **As Lutas no Campo e as Tarefas de Implantação da CUT**. In: *II Congresso Nacional da CUT, Tese nº II*, Rio de Janeiro, maio de 1986.
- DA MATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter “Anthropological Blues”**. In: *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DEBERT, Guita G. **Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral**. In: A Aventura Antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 141-156.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - FCA. **A mão-de-obra Volante na Agricultura**. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

D'INCAO, Mª Conceição, BOTELHO, Moacy Rodrigues. **Movimento Social e Movimento Sindical entre Assalariados Temporários da Agroindústria Canavieira no Estado de São Paulo**. In: Movimentos Sociais na Transição Democrática. São Paulo: Editora Cortez, 1987. P. 53-81.

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO CACAUEIRA. **Distribuição da Renda Regional**. Ilhéus: Ceplac, v.12, 1976.

Mão-de-obra e

Elementos de Relações de Produção. Ilhéus: Ceplac, v. 11, 1976.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular. Movimentos sociais e Participação Política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995. p. 37-70.

DUARTE, Eneide Nóbrega, NEVES, Dulce Amélia de B. N., SANTOS, Bernadete de Lourdes Oliveira. **Manual Técnico para Realização de Trabalhos Monográficos**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1995.

DURHAM, Eunice R. **A pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas**. In: A Aventura Antropológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 17-37.

Movimentos Sociais A Construção da Cidadania. In: Novos Estudos Cebrap, nº 10, 1984.

EVERS, Tilman. **A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais**. In: Estudos Cebrap, nº 4, abril, 1984.

- _____ **MULLER-PLANTENBERG, SPESSART, Stefanie. Movimentos de Bairro e Estado: Lutas na Esfera da Reprodução na América Latina.** In: Cidade, Povo e Poder. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FAVERO, Celso Antônio. **O Sindicalismo Rural na Bahia. Um Quadro de Crise.** In: Cadernos do CEAS. Salvador-BA, v. 147, p. 40-54, 1993.
- FLORES, Nelson S. **O Nosso Projeto e a Questão da Reforma Agrária.** In: Jornal A Classe Operária. nº 134, p. 7, julho de 1995.
- FORTUNATO, Maria Lucinette. **Da “Consideração” ao “Ganho”: Redefinições das Relações de Poder no Discurso “Camponês”(O Caso de Catolé do Rocha).** Campina Grande-PB, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.
- FREITAS, Geovanne Jacó de.. **O Ser e o Ter: Camponeses, Práticas Tecnológicas e Políticas (Um estudo em Lagoa Seca - Paraíba).** Campina Grande-PB, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, FREITAS, Antônio Fernando G. **Bahia Cacaueira: um Estudo de História Recente.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social.** São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- _____ **Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GASPARETTO, Agenor. **Notas Sobre a Análise de Dados Fundiários.** In: Revista FESPI, Ilhéus-BA, Ano VI, nº 10, p. 91-101, jul. 87 / dez. 88, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio, STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). **Assentamentos — A Resposta Econômica da Reforma Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.

- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Fase, 1991.
- GONZALES, Elbio N., BASTOS, M^a Ines. **O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira**. In: *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 25-47.
- HARTMUT, Kärner. **Movimentos Sociais: Revolução no Cotidiano**. In: *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 19-34.
- KAGEYAMA, Ângela. **A Questão Agrária Brasileira: Interpretações Clássicas**. In: *Abra*. Campinas, n° 3, v. 13, p. 5-16, 1993.
- KRUSCHKE, Paulo J. **Movimentos Sociais e Transição Política. Contribuições da Democracia de Base**. In: *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 276- 297.
- LACLAU, Ernesto. **Os Novos Movimentos Sociais e a Realidade do Social**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n° 2, p. 41-47, out. 1986.
- LARANJEIRA, Sônia M. G. **Inovações Tecnológicas e Ação Sindical. Crise nos Sindicatos?** In: *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 179-203.
- LENIN, V. I. **A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo**. In: *Obras Escolhidas*. Tomo 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. p. 275- 349.
- **Que Fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
- LEONE, Eugênia Trancoso, RODOLFO, Hoffmann. **Modernização e Distribuição da Renda na Agricultura da Bahia**. In: *ABRA*. Campinas, n° 1, Ano 18, p. 40-58, 1988.
- LOPES, Juarez R. Brandão. **Do Latifúndio à Empresa. Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo**. In: *Caderno Cebrap*, n° 26. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- LUZ, Valdemar P. da. **Curso de Direito Agrário**. Porto Alegre: Editora Sagra-Dc Luzzatto, 1993. p. 99-136.

MANGABEIRA, Wilma. **Os Dilemas do Novo Sindicalismo. Democracia e Política em Volta Redonda.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos Sociais da Modernização.** São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____ **Terra de Negócio e Terra de Trabalho: Contribuição Para o Estudo da Questão Agrária no Brasil.** In: Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 45-66.

_____ **Caminhada no Chão da Noite. Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____ **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República".** São Paulo: Hucitec, 1986. p. 1-77.

_____ **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994. p. 108-144.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____ et all (orgs). **Assentamentos Rurais - Uma visão Multidisciplinar.** São Paulo: Editora Unesp, 1994.

MENEZES, José Alexandre de Souza , CARMO-NETO, Dionísio. **A modernização do Agribusiness Cacau.** Campinas: Fundação Cargill, 1993.

MOISÉS, José Álvaro. **"Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?"** In: Alternativas Populares da Democracia. Brasil Anos 80. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 11-39.

MOTA, Maria Dolores de Brito. **Modernização e Capitalismo no Campo Baiano 1950-1980.** In: Cadernos do CEAS. Salvador, nº 112, p. 69-74, 1987.

MST. **Situação da Conjuntura da Luta pela Terra.** In: Documento avulso, 1986.

- MST – SECRETARIA NACIONAL / ASSESSORIA. **Principais Propostas dos Trabalhadores Rurais para uma Mudança no campo.** In: Documento Avulso, 1986.
- MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta.** São Paulo: Vértice / ANPOCS, 1988.
- NAHUZ, Cecília dos Santos, FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para Normatização de Monografias.** 2ª ed. São Luís: Editora Universidade Federal do Maranhão, 1993.
- NASCIMENTO, Severina Ilza do. **Educação e Movimentos Sociais Rurais no Brasil e Especificamente na Paraíba.** In: Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste. Estudos de Experiências no Meio Rural. João Pessoa: Editora Idéia, 1996. p. 11-40.
- NAVARRO, Zander. **Movimentos Sociais em Áreas do Sudeste da Bahia: as Lutas Sindicais no Período 1955-1964.** In: Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone Editora, Campinas: Editora da Unicamp, 1985. p. 243-262.
- NOBRE, Gismário Ferreira. **A Luta do Sindicalismo Rural na Paraíba.** Campina Grande-PB, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.
- NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes e Conflitos no Campo.** São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo.
-
- A Mediação no Campo: Entre a Polissemia e a Banalização.**
In: Assentamentos Rurais – Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 177-183.
- OLIVEIRA, Nelson. **Política Agrária e Eficácia da Ação Governamental: O Caso da Bahia entre 1985 e 1989.** In: Cadernos do CEAS. Salvador, nº 155, p. 26-44, 1995.
- PALMEIRA, Moacir. **Casa e Trabalho: Notas Sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional.** In: Contraponto. Centro de Estudos Noel Nutels, nº 2, Rio de Janeiro, 1976. p. 103-114.

-
- A Diversidade de Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato.** In: Igreja e Questão Agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PANINI, Carmela. **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei.** São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- PINTO, Luzia Alice Conejo. **A CONTAG de 64 a 76.** In: Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 121-159.
- POLETTO, Ivo. **Luta pela Terra — Crises de um Sujeito Histórico Emergente.** In: Cadernos do CEAS. Salvador, nº 135, p. 60- 67, set. / out. 1991.
- POTENGY, Gisélia Franco. **Participação Política e Movimentos Sociais.** In: Raízes. Campina Grande, nº 7, p. 13-21, jun. 1988 / dez. 1990.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Sindicato: Organização e Interesses na Sociedade Capitalista Avançada.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 1986. p. 28-40.
- PRIEB, Sérgio Alfredo Massen. **Coletivos na Luta e no Trabalho: O Caso do Assentamento de Nova Ramada.** Campina Grande-PB, 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba.
- PROGRAMA SOCIALISTA. In: Revista Princípios, p. 71- 80, nov. e dez. 1995 / jan. 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Relatos Orais: do “Indizível” ao “Dizível”.** In: Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 14- 43.
- REBESCHINI, Paulo Roberto. **Assentamentos Rurais e Projetos de Viabilidade. “A Metodologia PNUD”. Limites e Superação no Capitalismo.** Campina Grande-PB, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.
- RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém: O Sistema Confederativo Rural em Crise.** In: ABRA - Reforma Agrária. Campinas, v. 24, p. 5-26, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Perspectivas do Sindicalismo no Brasil: O Caso da CUT.**
In: O Brasil no Rastro da Crise. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 39-90.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política.**
São Paulo: Editora Ática, 1990.

SACHS, Eric. **Marxismo e Luta de Classe. Questões de Estratégia e Tática.** 1ª ed.
Salvador: Editora Práxis, 1987.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena.** 2ª ed. São Paulo: Paz e
Terra, 1991.

SALES, Ivandro da Costa. **Pesquisa-Confronto sobre Cultura Popular: Lições de uma
Experiência do Setor Público.** In: BRANDÃO, Carlos. Pesquisa Participante. São
Paulo: Brasiliense, 1981. p. 199-211.

_____ **Trabalhadores Associados na Produção / Comercialização/
Distribuição e na Política.** In: Cadernos de Educação Popular nº 15. Petrópolis:
Vozes, 1989. p. 28-43.

_____ et al. **Metodologia de Aprendizagem da Participação e
Organização de Pequenos Produtores.** In: Cadernos do CEDE nº12. São Paulo:
Editora Cortez, 1987. p. 1-22.

SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: Um Ensaio de Interpretação
Sociológica.** Florianópolis: UFSC, 1987.

_____ **O Caráter dos Novos Movimentos Sociais.** In: Uma
Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São
Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.

_____ **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____, KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). **Uma Revolução no
Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul.** São Paulo:
Brasiliense, 1987.

- SERVAIS, Freddy A. J. **Grilhagem na Bahia**. In: Cadernos do CEAS. Salvador, nº 67, p. 45-54, 1980.
- SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____ **A Percepção do Salário entre Trabalhadores Rurais**. In: Capital e Trabalho no Campo. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 49-67.
- _____ **A Presença Política dos Camponeses: Uma Questão de Reconhecimento**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988. (mimeo.)
- SILVA, Antonio Joaquim Bastos da. **Crédito Rural: Um Agente Concentrador de Renda na Região Cacaueira**. In: Revista FESPI. Ilhéus-BA, Ano II, nº 3, p. 73- 85, jan./ jun., 1984.
- SILVA, Josias Gomes da, DEMETER, Paulo Roberto. **Fórum Popular e Permanente Contra a Crise**. Itabuna-Ilhéus, 1992. Monografia de Conclusão de curso (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Ambiental) – Universidade Estadual de Santa Cruz. (mimeo)
- SILVA, Osvaldo Heller da, GASPARETTO, Agenor, TOURINHO, Manoel Malheiros. **A Concentração Fundiária na Cacaucultura Baiana**. In: Revista FESPI. Ilhéus-BA, Ano III, nº 5, p. 47-57, jan./jun., 1985.
- SILVA, Paulo Roberto Palhano. **A Luta pela Terra: "Vivendo um Novo Momento"**. In: Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju-SE: SOBER, 1996. p. 1406-1431.
- SILVA, Sérgio. **Formas de Acumulação e desenvolvimento do Capitalismo no Campo**. In: Capital e Trabalho no Campo. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 7-24.
- SIMSON, Olga de Morães Von (org.). **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- SOARES, Luís Eduardo. **Campesinato: Ideologia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

SOUSA, Aécio Cândido de. **Para Além do Acesso à Terra. Representações Sociais, Condição Camponesa e Ação Política dos Colonos da Serra do Mel -RN.** Campina Grande-PB, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Editora Cortez, 1985.

THOMPSON, E. **Tradicón, Revuelta y Consciência de Classe.** Barcelona: Grijalbo, 1979.

TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. **Estrutura Fundiária e Produtividade na Região Cacaueira da Bahia.** Boletim Técnico nº 103. Ceplac (mimeo).

Mudanças na Estrutura Agrária no Sul da Bahia Associadas à Vassoura-de-Bruza do Cacau. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju-SE: SOBER, 1996. p. 1432-1451.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Teoria e Prática do Partido em Lenin.** In: Revista Presença, nº 3, nov., 1987.

Filosofia da Práxis. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 281-316.

WEBER, Max. **Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima.** In: COHN, Gabriel (org.) Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 13. São Paulo: Ática, 1986. p. 128-141.

Os Tipos de Dominação. In: Economia e Sociedade. Volume 1, 3ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1994. p. 139-198.

REVISTAS:

TEMPO E PRESENÇA. Ano 7, nº 284, nov./dez. 1995.

FORMA E CONTEÚDO. Revista da Secretaria Nacional de Formação (CUT), nº 2, agosto de 1990.

ISTO É. Números: 1350 (Matéria: Terra Manchada de Sangue. p. 20-22, 16 de agosto de 1995) e 1358 (Matéria: Reforma Agária na Marra. p. 20-24, 11 de outubro de 1995)

JORNAIS:**A FOLHA DE SÃO PAULO:**

18 e 24 de setembro de 95

31 de outubro

1, 5, 17, 18, 26 de novembro 95

11, 19, 22 de janeiro de 96

21 e 24 de fevereiro de 96

13 e 15 de março de 96

19 de abril de 96

2, 7, 14, 19 e 30 maio de 96

4, 10, 11, 12, 15, 21 de junho de 96

22, 23 e 24 de outubro de 96

5 de novembro de 96

JORNAL DA PARAÍBA:

4 de junho de 96

JORNAL A TARDE:

06 de junho de 95

15 de dezembro de 94

12 de novembro de 94

A REGIÃO:

6 de junho de 94

29 de maio de 95

AGORA:

28 de maio a 3 de junho de 95

ANEXOS

Anexo 1: Caracterização dos Informantes I
Acampamento Conceição - Perfil dos Acampados

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	NATURALIDADE	FILIAÇÃO A PARTIDO POLÍTICO	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
1 - João Almeida		casado (a mulher não está no acampamento)		Ilhéus	Não é filiado a nenhum partido	Não é sócio de nenhum STR
2 - Pedro Marães	45 anos	casado (a esposa está no acampamento)	6 filhos, mas não moram no acampamento	Boa Nova	Não é filiado a nenhum partido	Sócio do STR de Itabuna-Ba
3 - Argemira Santos	45 anos	casada (o marido não está no acampamento)	3 filhos		Filiada ao PSC	Sócia do STR de Ilhéus
4 - Carlos Barreto	18 anos	Solteiro	_____	Itamaraju-Ba	Não é filiado a nenhum partido	Não é sócio de STR
5 - Elvis Pereira	21 anos	Solteiro			Filiado ao PC do B	Não é sócio de STR
6 - Jorge Barreto		Solteiro		Prado-Ba	Filiado ao PC do B	
7 - Ronaldo Souza	37 anos	Solteiro	2 filhos (não estão no acampamento)	Itajú do Colônia-Ba	Não é filiado a partido político	Não é sócio de STR
8 - Alan Andrade	59 anos	casado (a mulher não se encontra no acampamento)	7 filhos (apenas uma está no acampamento)	Jequié-Ba	Não é filiado a partido político	Já foi sócio do STR de Buerarema
9 - Mariana Conceição	50 anos	casada (o esposo está no acampamento)	16 filhos (Só dois ficam no acampamento)	Itapé	Não é sócia de STR	Buerarema
10 - Almerinda de Jesus	45 anos	Solteira	7 filhos		Não é filiada a partido	Não é sócia de STR
11 - Isabela Santana	50 anos	Casada (marido não se encontra no acampamento)	8 filhos (3 estão no acampamento)	Uruçuca	Não é filiado a partido	Já foi sócio do STR de Uruçuca
12 - Ivani Reis		Casada (o marido não está no acampamento)	3 filhos		Não é filiada a partido	Não é sócia de STR
13 - Francisco Pires		Solteiro			Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
14 - Davi Conceição	30 anos	Casado (a mulher está no acampamento)	3 filhos		Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
15 - Valquiria Reis	35 anos	Casada (o marido não está no acampamento)	_____		Não é filiado a partido	Não é sócia de STR
16 - Josué Barbosa					Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
17 - Ricardo dos Santos		Casado (esposa está no acampamento)	8 filhos	Jussari-Ba	Não é filiado a partido	Não é sócio de STR

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	NATURALIDADE	FILIAÇÃO A PARTIDO POLÍTICO	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
18 - Gilvan Sipriano	25 anos	Solteiro		Itabuna	Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
19 - João Bosco	77 anos	Casado (mulher está no acampamento)	1 filho, mas sua esposa tem outros filhos.	Itaboquinha	Não é filiado a partido	Já foi sócio do STR de Buerarema
20 - José Costa		Casado (mulher está no acampamento)	1 filho, mas sua esposa está grávida	Itaroró-Ba	Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
21 - Cátia Silva	23 anos	Solteira, está com os dois irmãos	1 filha		Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
22 - Roberto carlos	19 anos	Solteiro			Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
23 - Antonio José	28 anos	Solteiro			Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
24 - Noberto Carlos	31 anos	Casado (mulher está no acampamento)			Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
25 - Luis Hermínio		Casado (mulher não está no acampamento)		Porto Seguro	Não é filiado a partido	Não é sócio de STR
26 - Sinval Palmeira					Não é filiado a partido	
27 - Maria José Rocha	40 anos	Casado (marido está no acampamento)	6 filhos, todos estão no acampamento.	Gandu - Ba	Não é filiado a partido	Não é sócio de STR

Continuação: Caracterização dos Informantes I

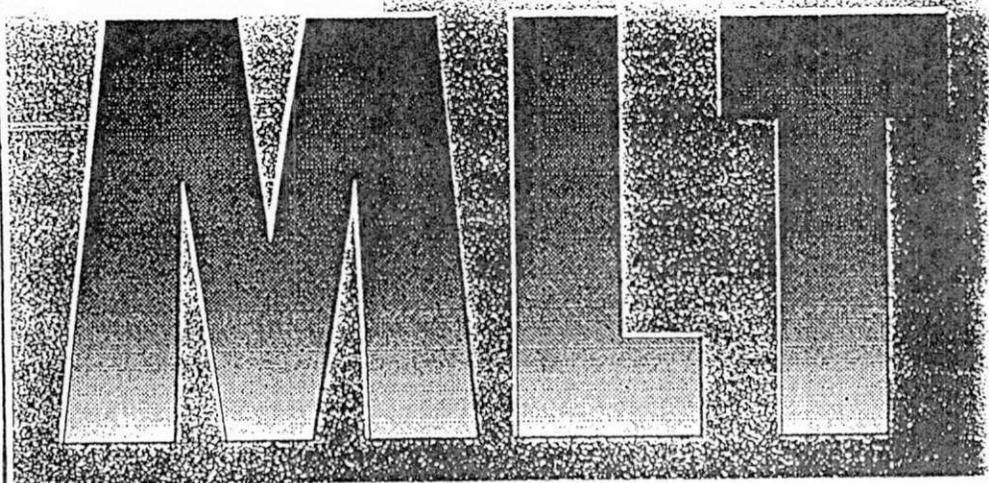
NOME	LOCAL ONDE MORAVA QUANDO VEIO PARA O MLT	SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAVA	PERÍODO QUE VEIO PARA O MLT	COMO FICOU SABENDO DO MLT E O ACAMPAMENTO
1 - João Almeida	Ilhéus-BA	- Desempregado, pois fora acidentado numa fábrica onde trabalhava	Participou do Movimento de Desempregados- Bela Vista	- Participou do Movimento de Desempregados: 8 reuniões, ficou sabendo através de um vizinho em Ilhéus.
2 - Pedro Marães	Ilhéus-BA (Sto Antônio)	- Desempregado	Participou do Movimento Desempregados - Bela Vista	- Entrou para o Movimento de Desempregados
3 - Argemira Santos	Ilhéus-BA (Bairro Teotônio Vilela)	- Desempregada	Acampamento da Bela Vista	- Através do Presidente do STR de Ilhéus-BA.
4 - Carlos Barreto	Itamaraju-BA	- Desempregado	Acampamento da Bela Vista	- Conhecia Quêda, Pelé, Damião em Itamaraju, chegam a ser parentes. Participou junto com eles de uma ocupação em Itamaraju.
5 - Elvis Pereira	Salobrinho-BA	- Desempregado	Acampamento Bela Vista, no dia 23 / 03 / 93	- Conheceu o pessoal da direção do MLT: Jorge Barreto, Antonio Gomes e Cirilo Batista em 1993, através de sua tia, que já estava na Bela Vista
6 - Jorge Barreto	Prado-Ba	- Dissidente do MST	Acampamento Bela Vista- após o 3º despejo	- Um dos organizadores do MLT e faz parte da Coordenação Estadual do Movimento
7 - Ronaldo Souza	Buerarema-BA	- Desempregado	Acampamento da Cascalheira - 02 / 05 / 95	- Através de Almerinda de Jesus
8 - Alan Andrade	Buerarema-BA	- Trabalhava na fazenda Dois Irmãos (Buerarema), ganhava 70 reais	Acampamento da Cascalheira (07 / 05 / 95)	- Trabalhava na fazenda Dois Irmãos, em frente a Cascalheira, e viu o acampamento.
9 - Mariana Conceição	Buerarema-BA	- Desempregada e o esposo aposentado	Acampamento da Cascalheira.	- Através dos comentários das pessoas na cidade de Buerarema.
10 - Almerinda de Jesus	Buerarema-BA	- Desempregada	Acampamento da Cascalheira- Abril 95	- Contato através do STR de Ilhéus e Buerarema
11 - Isabela Santana	Buerarema-BA	- Desempregada	Acampamento Cascalheira- 05 / 04 / 95	- Através do STR de Ilhéus
12 - Ivani Reis	Buerarema-BA	-Ela estava desempregada, o marido trabalha em Buerarema	Acampamento da Cascalheira	- Veio visitar umas amigas numa fazenda na Cascalheira e viu o acampamento.

NOME	LOCAL ONDE MORAVA QUANDO VEIO PARA O MLT	SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAVA	PERÍODO QUE VEIO PARA O MLT	COMO FICOU SABENDO DO MLT E O ACAMPAMENTO
13 - Francisco Pires	Buerarema-BA	- Desempregado	Acampamento da Cascalheira	- Através de Comentários em Buerarema, onde residia
14 - Davi Conceição	Buerarema-BA	- Trabalhava nas fazendas da região com moto-serra	Acampamento da Cascalheira	- Veio através Almerinda de Jesus.
15 - Valquiria Reis	Buerarema-BA	- Desempregada, o marido cria vacas e vende leite	Acampamento da Cascalheira	- Veio a um velório numa fazenda perto da Cascalheira e viu o acampamento.
16 - Josué Barbosa	Morava fazenda município de Itabuna-BA	- Desempregado	Acampamento da Cascalheira	- Veio através de D. Mariana Conceição, sua irmã
17 - Ricardo dos Santos	Jussari-Ba	- Desempregado	Outubro de 1995	- Através do primo, que participou de uma reunião em São José da Vitória
18 - Gilvan Sipriano	Una- BA	- Estava trabalhando no Conjunto Guanabara em Una	Setembro de 1995	- Em Buerarema, os colegas levaram para uma reunião do MLT no STR.
19 - João Bosco	Buerarema-BA	- Desempregado. Fazia "carrego" na feira e a esposa lavava roupa.	Dezembro 95	- Veio através de Almerinda de Jesus
20 - José Costa	Buerarema-BA	- Trabalhava em olaria	Outubro de 95	- Através do STR de Buerarema, participou de 4 reuniões do MLT
21 - Cátia Silva	Ilhéus-Ba	- Desempregada - Tem problemas psíquicos	Outubro de 95	- Veio através da mãe, que trabalhava na policia feminina e conheceu as lideranças do MLT
22 - Roberto carlos	Porto Seguro-BA	- Desempregado	Setembro de 95	Através do irmão de Noberto Carlos
23 - Antonio José	Buerarema-BA	- Desempregado	Setembro de 95	- Através do STR de Buerarema
24 - Noberto Carlos	Porto Seguro-BA	- Estava trabalhando em Porto Seguro	Setembro de 95	- Veio visitar a mãe e o irmão em Buerarema (Antonio José) e este o levou para uma reunião do MLT no STR
25 - Luis Hermínio	Porto Seguro-BA	- Estava empregado	Setembro de 95	- A esposa é tia de Noberto Carlos, Antonio José e Roberto Carlos, veio à Buerarema fazer um tratamento médico e entrou para o MLT
26 - Sival Palmeira	Ilhéus - Ba		Setembro de 95	Veio através de João Almeida (compadre)
27 - Maria José Rocha	Buerarema-BA	- Desempregada - O marido desempregado, acidentado no trabalho	Novembro 95	- Ficou sabendo do MLT e do acampamento através de Noberto Carlos, que a levou para 4 reuniões no STR de Buerarema.

Anexo 2 - Caracterização dos Informantes II

NOME	CARACTERIZAÇÃO DO INFORMANTE
Antonio Gomes	Solteiro, ex. integrante do MST. hoje faz parte da Coordenação Estadual do MLT.
Ademar Oliveira	casado, ex. integrante do MST, faz parte da Coordenação Estadual do MLT e Junta Interventora da FETAG.
Caio Júlio	Solteiro, faz parte da Coordenação Estadual do MLT e do STR de Itabuna-BA.
Cirilo Batista	Solteiro, ex. integrante do MST, faz parte da Coordenação Estadual do MLT.
Jorge Barreto	Solteiro, ex. integrante do MST, faz parte da Coordenação Estadual do MLT e da Comissão do acampamento Conceição.
Júlio Gonçalves	Casado, militante do PCdoB em Itabuna-BA e participa da diretoria do Sindicato dos Bancários.
Márcio Freitas	Casado, faz parte do Diretório Municipal do PCdoB em Itabuna-BA e participa da Diretoria do Sindicato dos Bancários
Rodrigo Maciel	Solteiro, ex. integrante do MST, militante do PCdoB em Itabuna-Ba

ANEXO 3:



MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA

*Lutar, conquistar,
reforma agrária já.*

APRESENTAÇÃO, OBJETIVOS E NORMAS

INTRODUÇÃO

O avanço do capitalismo no Brasil gera profundas contradições sociais e produtivas. Nossas riquezas naturais, minerais são explorados há mais de 500 anos por colonizadores, donos de engenhos, grileiros, latifundiários, empresários nacionais e estrangeiros. A fome e a miséria atinge milhões de brasileiros. No campo a concentração fundiária provoca a expulsão do homem da terra. A violência e o trabalho escravo ameaçam a consolidação da democracia. Em plena era da modernidade, milhares de desempregados formam exércitos de famintos, oriundos da crise em áreas de monocultura e fronteiras agrícolas. Como imposição do próprio sistema, a classe dominante detém sobre o seu poder a terra, a água, as máquinas, a tecnologia e as agroindústrias. Vivem a era das exportações, dos avanços e da automação. Os interesses imperialistas na América Latina, as multinacionais e os banqueiros controlam a maior parte da produção agrícola e agro-industrial, fundindo entre si vários capitais: industrial, comercial e agrário, evidenciando a implantação do Projeto neoliberal, visando o domínio totalitário dos povos, extinguindo a autonomia e a independência nacional. Este projeto no Brasil, ganha na atual conjuntura significado reforço, com a eleição do novo presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC). Por outro lado o Projeto da classe trabalhadora se torna uma necessidade inevitável, através da organização das massas no campo e na cidade, com consciência revolucionária, visando a derrubada da classe dominante e a construção da nova sociedade socialista.

Compreendendo esta necessidade transformadora surge do seio dos camponeses, o Movimento de Luta Pela Terra - MLT -, uma organização social de massas, de caráter classista, que visa a conquista da terra, a Reforma Agrária e o Socialismo. O MLT brota deste imenso solo fértil com o desalio de lutar e unificar-se com os segmentos sociais comprometidos com estes ideais.

LUTAR, CONQUISTAR, REFORMA AGRÁRIA JÁ.

Salvador, Bahia, 23 de outubro de 1994

01 - A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA:

Os trabalhadores rurais representam 42% (quarenta e dois por cento) da força economicamente ativa no Brasil. Onde doze milhões são camponeses sem terra ou com pouca terra, oito milhões são dependentes da família, parceiros, meeiros ou arrendatários, contando ainda com a maior parcela de assalariados. Constatando assim, uma grande massa de trabalhadores a serem organizados na Luta Pela Terra, pela Reforma agrária e pela nova ordem socialista.

02 - ORGANIZAR AS MASSAS:

Massa é o conjunto de pessoas de determinada classe ou categoria dispersa, que se junta, mas não se organiza por si só. É preciso que haja disposição para organizar o movimento de massas, criando condições para que isto aconteça observando princípios classistas.

03 - RESPONDER AOS PROBLEMAS DA MASSA:

A massa precisa de respostas concretas, seja do ponto de vista econômico imediato ou político, no avanço da consciência enquanto classe trabalhadora.

04 - DIFERENCIAR OS NÍVEIS DA MASSA:

A massa não é homogênea. A origem, a cultura e a forma são fatores determinantes na diferenciação da forma de pensar da massa. Precisamos ter capacidade de identificar cada um, para sermos vitoriosos. Com isso o processo de organização da massa poderá ser rápido ou lento na consolidação das conquistas.

05 - MOBILIZAR A MASSA:

Mobilizar é diferente de organizar as massas. A organização é constante, a mobilização é temporária. A massa precisa de ação e vitórias, para que haja uma verdadeira formação da consciência. Para isso é preciso criar condições e meios para frequentes mobilizações.

06 - PRODUÇÃO E TRABALHO COLETIVO:

Os assentamentos dirigidos e organizados pelo MLT, deve defender irrestritamente a organização da produção e do trabalho coletivo, conquistando para fins a massa, num processo de convencimento educativo e participativo que envolva todos os beneficiários.

07 - Construir meios que organize a produção, como: associações, e cooperativas, garantindo o fortalecimento dos assentamentos, assentados e também desenvolver a cooperação agrícola na pequena e média propriedade.

08 - FORMAÇÃO:

Constituir instrumentos de formação, como Escolas temporárias e permanentes, para garantir o constante avanço dos dirigentes e militantes, de acordo as necessidades do ponto de vista ideológico e profissional, preservando os princípios da organização.

00 **Construir uma organização social de massa, com estrutura orgânica, que possa influir de forma determinante no avanço da consciência da classe trabalhadora.**

"O socialismo brotará na terra M.L.T."

- ESTRUTURA ORGÂNICA -

01 - O Movimento de Luta Pela Terra - MLT -, é um movimento de massas, organização social, de caráter popular e político, autônomo, sem fins lucrativos, independente de raça, crença religiosa, convicção filosófica ou política, regido pelas seguintes normas:

02 - Desenvolver métodos organizativos que assegurem a aplicação dos princípios como: elevar o nível político-ideológico dos seus quadros e militantes, manter estreita ligação com as massas, dedicando-se a defesa de suas reivindicações, através de:

- a) Direção Coletiva Estadual
- b) Divisão de Trabalho
- c) Responsabilidade e Formação
- d) Profissionalismo
- e) Disciplina
- f) Crítica e Auto-Crítica
- g) Sinceridade e Honestidade com a Classe Trabalhadora
- h) Centralismo Democrático.

03 - Aprimorar mecanismos de direção que estimulem a participação de todos, superando a burocracia, o autoritarismo, auto-suficiência dos dirigentes. As direções e coordenações devem ser formadas pelos melhores quadros do Movimento, através de método de escolha participativo e democrático dentro de todas as instâncias que compõem o Movimento.

04 - CONSTITUEM-SE INSTÂNCIAS DO M.L.T.:

- a) Congresso
- b) Direção Coletiva
- c) Coordenação Estadual.

01.a - O Congresso, é a instância máxima deliberativa das linhas políticas do MLT e acontecerá a cada quatro anos, sendo constituído por delegados eleitos em Assembleia de base. Poderá acontecer Congresso extraordinário do MLT por necessidade ou iniciativa da Direção Coletiva.

01.b - A Direção Coletiva, é a instância deliberativa de 2º grau do MLT, responsável pela aplicação das definições do Congresso. Cabe a ela dirigir e administrar os interesses do Movimento. A direção coletiva será composta por 07 (sete) membros da Coordenação Estadual, eleitos pela mesma a cada dois anos.

A direção coletiva deverá reunir-se mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente sempre que necessário.

01.c - A Coordenação Estadual, é a instância deliberativa de 3º grau do MLT. Cabe a ela defender os interesses do Movimento, executar o plano de lutas, elaborar propostas que visem o avanço da organização, respeitando os princípios do MLT. Eleger a direção coletiva. A coordenação estadual deverá reunir-se semestralmente em caráter ordinário e em caráter extraordinário sempre que for necessário e convocada pela Direção Estadual.

- DISCIPLINA -

- 01 - O Movimento de Luta Pela Terra - MLT -, defende sua unidade política e de ação, através da disciplina consciente de seus membros, não permitindo atividade desagregadora em seu seio.
- 02 - Qualquer membro do Movimento que violar a disciplina e infringir os princípios programáticos ou atacar a sua linha política, sofrerá, segundo a gravidade de uma das seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Censura Interna;
 - c) Censura Pública;
 - d) Destituição do Cargo;
 - e) Afastamento do Movimento;
 - f) Expulsão do Movimento.
- 03 - Será assegurado ao infrator amplo direito de defesa e sua participação na reunião que decidir a respeito das sanções a serem aplicadas.
- 04 - As medidas disciplinares tem, sobretudo caráter educativo e de preservação de unidade e integridade do Movimento. Serão aprovadas pela maioria dos membros da Coordenação Estadual.
- 05 - Constituem-se desvios disciplinares:
- a) Traição aos princípios do Movimento, distorção das diretrizes, das linhas políticas e o favorecimento pessoal.
 - b) Oportunismo, personalismo, individualismo, queimar militantes, propagandear segredos e questões internas do Movimento.
 - c) Distância das massas, desvinculando-se dos interesses da Luta pela terra e dos interesses da classe trabalhadora.
 - d) Autoritarismo, abuso de poder e desrespeito a organização assim como, qualquer membro do Movimento.
 - e) Dar informes falsos, criticar a organização em público, desrespeitando as instâncias próprias.
 - f) Roubo, distorção e corrupção.
 - g) Emprestar objetivos do Movimento, sem devida autorização da instância a que pertence.

- h) Negligência administrativa em gerir os interesses e bens da organização.
- i) Agredir fisicamente ou moralmente qualquer membro do Movimento ameaçando e perseguindo.
- j) Não respeitar as normas disciplinares em qualquer lugar onde esteja.
- l) Não cumprimento de tarefas e deveres sem causa justificada ou delegar as mesmas a pessoas alheias ou erradas.
- m) Introduzir o uso de bebidas alcólicas ou psicotrópicos em qualquer atividade da organização, assim como apresentar-se embriagado em público, prejudicando a imagem do Movimento.
- n) Ter atitude imorais diante das bases do Movimento, desrespeitando os valores locais.
- o) Falta de articulação para desenvolvimento de tarefas ou abandono das mesmas sem devida autorização.
- p) Fazer uso do nome do MLT para interesses pessoais ou dar encaminhamentos por conta própria, sem discussão na instância devida, salvo em situação extremamente especial.
- q) Não prestar contas de tarefas políticas ou recursos econômicos sob sua responsabilidade.
- r) Desrespeitar qualquer membro de organizações co-irmãs.
- s) Os caso omissos neste item, serão analisados pelas instâncias competentes.

"A VIGILÂNCIA CONSTANTE PARA EVITAR TAIS ERROS, É DEVER DE CADA DIRIGENTE OU MILITANTE, PUGNANDO PELA CONSTRUÇÃO DO HOMEM NOVO NA SOCIEDADE NOVA QUE QUEREMOS".

MOVIMENTO DOS DESEMPREGADOS DO SUL DA BAHIA

POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA JÁ

DEPOIS DE SERMOS DESRESPEITADOS, AGREDIDOS, AMEAÇADOS, DESPEJADOS PELA POLÍCIA E PELA JUSTIÇA, RESOLVEMOS REOCUPAR A FAZENDA BELA VISTA, ENTRE ITABUNA-ILHÉUS, COM MAIS DE 2 MIL HECTARES E APENAS 114 HECTARES TITULADOS. HOJE SOMOS 300 FAMÍLIAS E QUE ESTAMOS DISPOSTOS A FICAR, POIS...

...A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA...

A gente quer comida, respeito e terra pra plantarmos nosso sustento e também nossos sonhos. Sonho de vermos nossos filhos na escola, de barriga cheia, com casa pra morar, sem ter que mendigar um pedaço de terra!

Terras improdutivas que só servem pra especulação.

Terras devolutas que o Estado não define o seu destino.

Terras que na mão dos trabalhadores rurais desempregados, componentes das favelas, irão dar resposta rápida e positiva com produção de alimentos para consumo próprio e para a comunidade em geral, com preços baixos dando resposta concreta à questão social.

Se você é comerciante, comerciário, estudante, bancário, dona de casa, funcionário público, gari, pedreiro, carpinteiro, ou qualquer outro profissional cidadão, se junte a nós defendendo esta idéia, pois só assim estaremos juntos buscando soluções para os problemas do povo da região cacauceira, da Bahia e do Brasil.

Nos ajude a garantir esta conquista doando alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas usadas. Qualquer doação deve ser entregue nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itabuna e de Ilhéus ou Sindicato dos Bancários de Itabuna.

VOCÊ É CONTRA:

A FOME

O DESEMPREGO

A MISÉRIA

O ANALFABETISMO



Então se junte aos trabalhadores rurais desempregados que como única saída decidiram ocupar as terras improdutivas desta região.

Apoio: FETAG/BA, STR DE ILHÉUS, STR DE ITABUNA, SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE ITABUNA, SINDICATO DO CACAU, SINDSERV, SINTAGRI, CEATA, CSS/CUT, DCE/UESC E UJS.

ANEXO 5:

FORM. 1 DIR. REC. FUNDIÁRIOS

PHONE TEL. : 0612235676

Dec. 12 1995 10:41AM

20477

SERVAO 1

DIÁRIO OFICIAL

Nº 237

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 331, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1995

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20 da Estrutura Regimental da Autarquia aprovada pelo Decreto nº 866, de 27 de outubro de 1993, combinado com o artigo 24 do Regulamento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MAAR/VNº 812, de 15 de dezembro de 1993;

Considerando o interesse desta Autarquia em adquirir o imóvel rural denominado "Conjunto Fazenda Conceição", com área total de 289,8000 ha localizado no Município de Ilhéus, Estado da Bahia, para atender as famílias de trabalhadores rurais de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

Considerando que o processo de aquisição da área foi instruído de acordo com o Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a adquirir Imóveis Rurais, através do Instituto da Compra e Venda, para fins de Reforma Agrária;

Considerando, que os valores fixados por esta Autarquia através do SR-05/BA, consoante laudo de perita e Avaliação de R\$ 60 a 70, bem como os ajustes entre as partes com relação aos valores das benfeitorias, encontram-se de acordo com os parâmetros de preços praticados no Município de situação do imóvel;

Considerando o valor da avaliação do imóvel em R\$ 362.051,78 (trezentos e sessenta e dois mil, cinquenta e um reais e setenta e oito centavos), correspondente a terra nua e benfeitorias;

Considerando que os proprietários concordam em receber o valor total de R\$ 362.051,78 (trezentos e sessenta e dois mil, cinquenta e um reais e setenta e oito centavos), sendo R\$ 41.288,58 (quarenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) correspondendo a 1.000 (um mil) Títulos da Dívida Agrária, com prazo de 10 (dez) anos, para pagamento da terra nua e R\$ 320.763,20 (trezentos e vinte mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos) em moeda corrente para pagamento das benfeitorias indenizáveis;

Considerando finalmente, os pronunciamentos da Superintendência Regional do Estado da Bahia, do Ministério Público e da Procuradoria Geral e da Diretoria de Recursos Fundiários nos autos, do Processo/ INCRA/SR-05/BA/VNº 272/95, solve.

I- Autorizar a aquisição do imóvel rural denominado "Conjunto Fazenda Conceição", localizado no Município de Ilhéus, Estado da Bahia, pelo valor total de R\$ 362.051,78 (trezentos e sessenta e dois mil, cinquenta e um reais e setenta e oito centavos) sendo 41.288,58 (quarenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) para pagamento da terra nua, correspondendo em janeiro/95 a 1.000 (um mil) Títulos da Dívida Agrária com prazo de 10 (dez) anos nominativos a Aroldo Barreto Mendonça, portador do CPF nº 7.809.285-04 e R\$ 320.763,20 (trezentos e vinte mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos) em moeda corrente para pagamento das benfeitorias indenizáveis.

II- Autorizar a Diretoria de Administração e Finanças - DA a adotar as providências necessárias ao pagamento dos Títulos da Dívida Agrária - TDA, na forma prevista no inciso I do artigo 10 do Decreto 433/92, e as SR-05/BA para adoção das medidas subsequentes;

III- Condicionar a assinatura do instrumento respectivo à prévia comprovação, pelo proprietário, da existência de ônus ou gravames incidentes sobre a área objeto da compra ora autorizada, como também da quitação do ITR, Taxa do Serviço Cadastrais e Contribuições Sindicais - CNA e CONTAG.

EDUARDO HENRIQUE FREIRE
Substituto

nº 481/95

JORNAL DA PARAÍBA - 04/06/96

Sem-terra ocupa a sede do In'ra em Salvador-BA

SALVADOR - Cerca de 1.500 trabalhadores rurais sem-terra, segundo informações da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) da Bahia, ocuparam no início da tarde de ontem a sede do In'ra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Salvador (BA). Os sem-terra chegaram pela manhã à capital baiana, depois de uma caminhada de 71 quilômetros, iniciada no último sábado, em Santo Amaro (BA).

No começo da tarde, os trabalhadores rurais fizeram uma manifestação na praça da Piedade (centro). Depois, seguiram para a sede do In'ra. A ocupação foi pacífica. Esta é a sexta vez nos últimos três meses que os trabalhadores rurais ocupam a sede do In'ra em Salvador. No In'ra, os sem-terra voltaram a fazer outra manifestação, pedindo reforma agrária.

Com faixas e cartazes, os sem-terra criticaram também o desemprego e protestaram contra o massacre dos 19 trabalhadores rurais no Pará. Desde a madrugada de anteontem cerca de mil famílias de trabalhadores sem-terra estão ocupando a fazenda Reunidas, localizada em Bonito (448 km de Salvador). Segundo o diretor do Movimento "Luta pela Terra", Etevaldo Barreto, todos os trabalhadores que ocuparam a fazenda são desempregados da região de Irecê (BA). Barreto disse que a fazenda Reunidas tem 4.500 hectares e está abandonada há mais de 20 anos. A fazenda está na lista de prioridades para ser visitada pelos técnicos do In'ra para fins de reforma agrária.

ANEXO 7:

'O socialismo brotará da terra', diz MLT

Da Reportagem Local

"O socialismo brotará da terra" é a divisa do MLT (Movimento de Luta pela Terra), grupo de trabalhadores rurais da Bahia. É uma organização pequena, que não aceita a orientação do MST.

Embora seus membros, ligados ao PC do B, venham atuando há cerca de dez anos como grupo organizado, o MLT surgiu em 1994, segundo um de seus sete líderes, Marcondes Nunes Machado.

Em um ano, seus 60 militantes já coordenam ações em seis acampamentos, comandando 1.500 famílias (cerca de 6.000 camponeses) no sul da Bahia (Eunápolis, Itabuna e Ilhéus) e na Chapada Diamantina (Morro do Chapéu).

"Temos uma preparação teórica mais forte, queremos o socialismo, somos marxistas-leninistas", diz Machado, 23, posseiro.

O novo grupo defende a resistência armada para enfrentar pistoleiros. "É questão de segurança, de defender o acampamento", diz Machado. Embora o MLT tenha pretensões de organização em nível nacional ("estamos fazendo contatos em Rondônia, Pernambuco e Pará"), Machado não quer polemizar com o MST. (GA)

ANEXO 8:

Sem-terra fogem a controle de entidade ligada ao PT e radicalizam as invasões

GEORGE ALONSO

Da Reportagem Local

Quem imagina que os movimentos de invasão de terras no interior do país são monopolizados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Movimento



dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está enganado.

Grupos autônomos, com líderes que recorrem a retórica e práticas de extrema esquerda, surgem em diversos pontos do país e se consolidam principalmente no Norte e Nordeste.

Ainda que muitos simpatizem com o PT, os novos sem-terra agem frequentemente fora do controle do partido; praticam ocupações espetaculares, falam em "revolução", minimizam a atuação nos canais institucionais, desprezam negociações com o governo e não crêem que o MST — que tem laços estreitos com os petistas — vocalize suas demandas.

Números divulgados pelo PT assinalam 198 conflitos de terra em curso no país, envolvendo 31,4 mil famílias.

O MST reconhece sob seu controle apenas 89 dos acampamentos de sem-terra (veja quadro) existentes. Pelo menos 10,9 mil famílias invasoras não estão em sua órbita.

Embora sempre tenham acontecido invasões promovidas por grupos isolados, as dissidências vêm aumentando e diversos agrupamentos radicais já têm planos de organizar entidades nacionais para atuar na área rural.

Na Bahia, por exemplo, existe há um ano o MLT (Movimento de Luta pela Terra). Alguns de seus dirigentes são filiados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B),

que, no início dos anos 70, empenhou-se no fracassado projeto de liderar uma revolução socialista a partir da luta armada no campo.

Em julho, no Triângulo Mineiro, surgiu o Movimento Democrático dos Sem Terra (MDST) — outro grupo de extrema-esquerda.

Rogério Sotelli, da secretaria agrária nacional do PT, constata o fenômeno: "É algo recente, talvez resultante do desemprego e da volta de famílias ao interior".

Sotelli vê duas vertentes nos novos agrupamentos: uma com origem nas divisões do MST — caso dos invasores da fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), que resultou em conflito com a polícia — e outra nascida de movimentos "espontâneos", sem articulação nacional.

"Não temos o monopólio da luta pela terra", diz o dirigente Gilmar Mauro. "Ter coragem não é fazer loucura", critica o assessor do MST, Néuri Rossetto, referindo-se aos novos grupos.

A entidade, na realidade, vê com bons olhos o fato de ser classificada pelo jargão dos dissidentes como um grupo "que endireitou e faz jogo com o governo". Dirigentes acreditam que essa situação tende a consolidar o MST como o interlocutor privilegiado nas disputas de terra.

Mas ressaltam: "Não estamos apelando para a violência, mas isso não significa que o movimento ficou mais brando", diz Felinto Procópio, o "Mineirinho", da direção paulista.

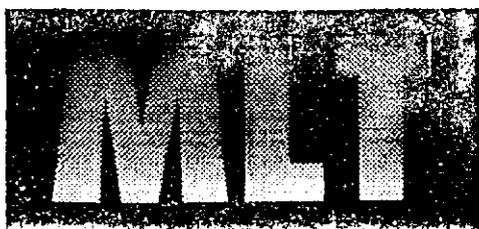
Para o governo, não há distinção formal entre as invasões comandadas pelo MST e as outras. A ordem, segundo os ministros da Agricultura, Andrade Vieira, e da Justiça, Nelson Jobim, é não criar assentamentos para invasores.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

24/9/95

As diferenças entre o MST e os movimentos autônomos é identificável nos métodos utilizados. A entidade ligada ao PT, embora tenha uma crônica passada de ações radicais, procura atualmente conciliar suas posições de esquerda com o quadro institucional do país. Tende a evitar situações de confronto armado e usa a tática do "ocupa-desocupa": famílias tomam uma fazenda, a polícia chega, o grupo se retira. Em seguida, a área é reocupada.

O MST ganhou novo lema: "Ocupar, resistir, produzir. A Reforma agrária é uma luta de todos". Já os grupos de extrema-esquerda preferem: "Ocupar, resistir, defender". O termo "defender" sugere enfrentamento e é encarado pela área de segurança do governo como uma espécie de senha para o confronto armado.



Movimento de Luta pela Terra

"Lutar, conquistar, reforma agrária já".

ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA SENADOR COSTA PINHO, 64 - CARLOS GOMES - CENTRO
SALVADOR - BAHIA



A ocupação da Ceplac foi apenas política.

Sem-terras invadem a capela da Ceplac

na Rodovia Ilhéus-Itabuna e só deixam o local após uma demorada negociação com a direção do órgão. As famílias que estão acampadas às margens da BA-415, depois de tentarem invadir a Fazenda Diva, ocuparam na terça-feira uma área na sede regional da Ceplac.

Os sem-terra chegaram a se instalar com barracas e uns poucos utensílios domésticos, mas deixaram o local no dia seguinte, depois que um grupo deles se reuniu com o diretor-geral da Ceplac, João Carlos Monteiro, e obtiveram a garantia de que o órgão iria interceder junto ao Inbra para que a desapropriação da Fazenda Diva fosse agilizada. O dirigente do M&T na região, Damião Muniz da Silva, disse que "nós só ocupamos a Ceplac para pressioná-la, porque sabemos que não poderíamos ficar lá". Damião acredita que, mesmo que o Inbra não desaproprie a Fazenda Diva, existem "outras áreas devolutas ou improdutivas onde o nosso pessoal pode ser assentado".

Durante a reunião com dirigentes da Ceplac, os líderes do Movimento Sem Terra se comprometeram a não invadir nenhuma área até que o Inbra dê uma resposta sobre o destino das 200 famílias que estão acampadas na BA-415. "Mas nós não podemos esperar a vida toda, porque não temos nem o que dar de comer a nossos filhos", adverte o sem-terra Aurino Vieira Rocha.

Itabuna(BA), 18 de julho de 1994

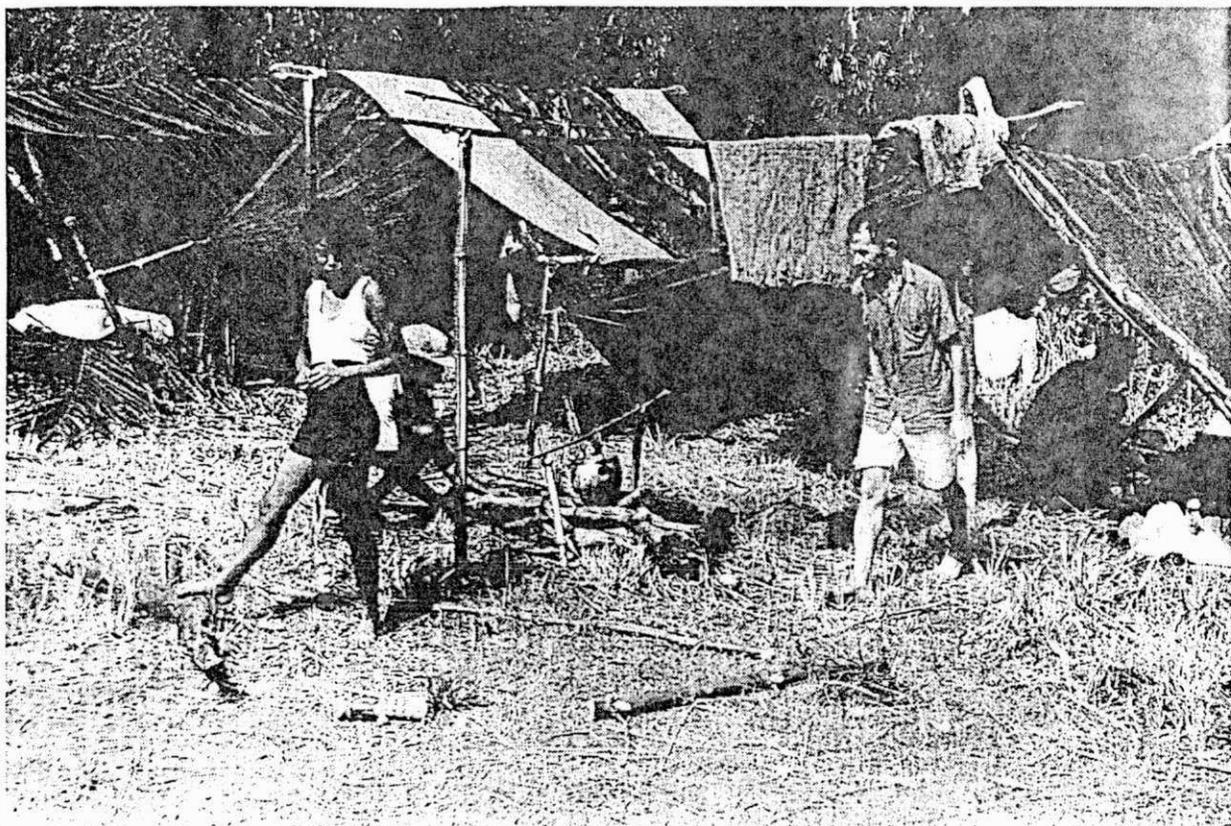
Sem-terras desocupam a área de lazer da Ceplac

Ilhéus (Da Sucursal Sul da Bahia) — As dezenas de famílias de sem-terras, que, na madrugada da última terça-feira ocuparam pacificamente as dependências de lazer da Ceplac, na Rodovia Ilhéus-Itabuna, deixaram, dia 13, a área. A liderança do movimento concordou em retirar os posseiros, com a promessa da direção da entidade de defender junto ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária maior rapidez na elaboração do relatório das vitórias de

terras do sul da Bahia, para efeito de desapropriação e reforma agrária.

As famílias dos sem-terras voltaram aos barracos, na margem da BR-415 onde há quase dois meses estão vivendo em condições precárias. O frio e a chuva das duas últimas semanas aumentaram os perigos de doenças respiratórias e infecciosas, mas os posseiros resistem às muitas dificuldades, inclusive à fome, porque não têm para onde ir.

20/07/94



A precariedade dos abrigos ameaça a saúde das crianças e dos velhos

Sem-terras acampados em rodovia esperam ajuda

Itabuna e Ilhéus (Da Sucursal Sul da Bahia) — Enquanto as prefeituras de Itabuna e Ilhéus buscam amenizar os problemas dos sem-terros, dando título de posse de terrenos do município que foram invadidos por dezenas de famílias, nos últimos anos, o problema dos sem-terras continua um desafio sem solução, no eixo Ilhéus-Itabuna. Há mais de seis meses, dezenas de famílias, expulsas pelo desemprego no campo, continuam precariamente abrigadas em barracos cobertos com plástico, na Vila Cachoeira, nas margens da BR-415. São grupos remanescentes da ocupação das fazendas Boa Vista e Bela Vista, que vieram de várias partes da região cacauzeira e não têm para onde ir.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus, Higino José Filho, a situação dos acampados na Vila Cachoeira é muito grave. Falta alimentação, higiene, saúde, porque as condições de abrigo são precárias, principalmente para crianças e velhos, expostos às mudanças de clima. Além disso, os sem-terras continuam ameaçados de te-

rem que desocupar a área, que pertence ao município de Ilhéus, que não deu autorização para a ocupação e sofre a pressão constante dos donos de fazendas da área, receosos de que o grupo invada suas terras.

O sindicalista, que tem problemas para ajudar tanta gente, numa tarefa que vem sendo dividida com outros sindicatos de trabalhadores, solicitou à Câmara de Vereadores de Ilhéus, para conseguir do prefeito Antônio Olímpio autorização para que os sem-terras permaneçam no local até que o Incra negocie com os proprietários da Fazenda Santa Maria, que fica nas proximidades, o assentamento das famílias.

O problema já originou várias reuniões de lideranças dos sem-terras com dirigentes de órgãos e instituições ligados à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de estado, que formaram uma comissão para discutir os problemas junto às autoridades federais. Higino José ressalta, entretanto, que o processo é muito lento e até se resolver, as famílias precisam de abrigo e condições de sobrevivência.

A TARDE
Caderno 2

12/11/1994

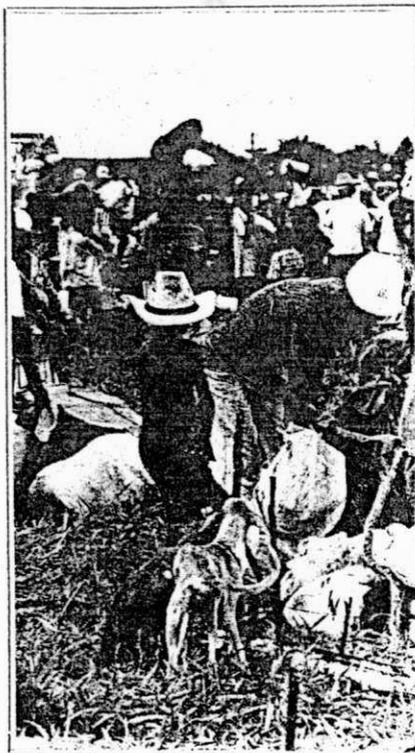
A REGIÃO

ANO IX - Nº 401 - ITABUNA (BA), 29 DE MAIO DE 1995 - R\$ 0,50

Sem-terras dão um ultimato ao Incra e ameaçam invadir fazenda

caso uma área não seja desapropriada até segunda-feira, 29. As 120 famílias que invadiram o trevo da morte na BR 101 depois foram alojadas provisoriamente numa área do Bairro Jaçanã, realizaram manifestação quinta-feira, 25, em frente ao prédio da Prefeitura de Itabuna. Líderes do Movimento Sem-Terra (MST) cobraram uma ação imediata do Incra, gritando palavras de ordem e citando FHC como traidor do povo.

A Polícia Militar, que alegou não ter efetivo durante a greve dos ônibus, enviou cerca de 50 homens e duas viaturas para acompanhar o protesto dos Sem-Terra. Segundo informações, a manifestação dos sem-terra é patrocinada pela militância do PT, que, inconformados com a desapropriação de uma fazenda para outro grupo de sem-terras ligado ao PC do B, tentam inviabilizar o processo.



Facção do PT comanda sem-terras

Posseiros são desalojados com violência, em Ilhéus

Itabuna (Da Sucursal Sul da Bahia) — A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) denunciou, em Itabuna, a violência com que as 100 famílias de posseiros foram desalojadas da Fazenda Bela Vista, em Ilhéus, no último fim de semana. Segundo Angélica Anunciação, diretora da entidade em Salvador e que veio acompanhar os processos de despejo dos posseiros em nove fazendas invadidas no sul da Bahia, os policiais chegaram ao acampamento com muita violência, atirando nos barracos, que foram

queimados junto com os documentos e pertences dos trabalhadores.

Segundo Angélica, o incêndio provocado por pouco não matou crianças e velhos, pegos de surpresa por um grupo que deveria estar no local para cumprir a lei, sem violência, já que não foram recebidos com hostilidade. No ato do despejo, os policiais não fizeram prisões, mas a liminar faz citação de alguns trabalhadores, que devem se apresentar na delegacia de Ilhéus nos próximos 15 dias.

O posseiro Manoel Lilo dos Santos,

que tem dez filhos e perdeu tudo no incêndio dos barracos, disse que os policiais chegaram ao acampamento quase à noite e já foram atirando nos barracos com as pessoas dentro. Em seguida, passaram a atear fogo, sem esperar que as pessoas pudessem tirar seus pertences. Manoel disse ainda que os policiais distribuíram coronhadas e empurrões, com ajuda dos empregados da fazenda, que ficaram armados de tocaia para não deixar ninguém voltar ao acampamento para buscar alguns pertences.



AGORA

Itabuna (BA), 28 de maio a 03 de junho de 1995

Famílias sem-terra querem chamar a atenção do governo

Vítimas do desemprego causado pela crise que atravessa a lavoura cacaujeira, mais de 500 famílias de sem-terras de 17 cidades do sul da Bahia acamparam segunda-feira, 22, no trevo rodoviário de Itabuna mais conhecido como "Trevo da Morte", uma área de intenso tráfego de caminhões, ônibus e outros veículos.

Segundo Atevaldo Barreto, do MLT (Movimento de Luta pela Terra), a invasão visa chamar a atenção do Governo Federal para a situação de miséria em que vivem milhares de trabalhadores rurais na Região Cacaujeira. Os sem-terras divulgaram um documento afirmando que ficarão na área que foi indicada pela prefeitura, nas proximidades do Bairro Jaçanã, até que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aponte uma solução para o problema.

Duas outras áreas foram invadidas nos últimos 15 dias: uma é a fazenda Conceição que fica localizada a 15 quilômetros de Buerarema, pertencente ao município de Ilhéus e outra é a fazenda Santa Maria, no eixo Ilhéus/Itabuna, também pertencente a Ilhéus. Nessas áreas 250 famílias estão alojadas recebendo apoio da sociedade civil e sindicatos. As pessoas são de Itabuna, Ilhéus, Una, Canavieiras e outras cidades.

Negociação - O representante do MLT garantiu que há 15 dias se reuniu com Geraldo Portela, representante do Incra da Bahia que garantiu não haver despejo enquanto o processo estiver em Brasília aguardando uma solução. Das discussões participaram também os proprietários das fazendas.

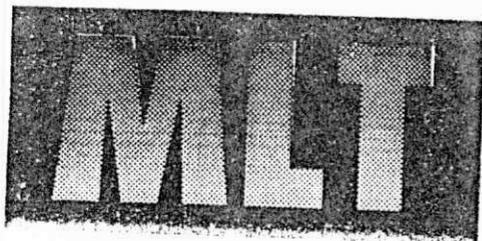


Acampamento nas imediações do Bairro Jaçanã

Clima de Revolta

O clima é de revolta entre os sem-terra que estão alojados nas proximidades do Rio Cachoieira, no bairro Jaçanã. São mais de 500 famílias jogadas como animais num local que não tem a menor estrutura para se viver com o mínimo de dignidade. Falta água, banheiros, cobertas, comida. Lá, homens, mulheres e crianças se misturam plantando alguma coisa para comer esperando socorro que está muito distante. A Prefeitura Municipal de Itabuna que transferiu todo pessoal do "Trevo da Morte" até a tarde de quinta-feira tinha doado apenas um carro pipa de água. Sem comida, os ânimos vão crescendo. A cada prato de comida que chega observa-se um grande exemplo: solidariedade entre os sem-terras que priorizam a alimentação para as crianças, mulheres, enquanto os homens ficam até 48 horas sem nada comer. É preciso providência urgente por parte das autoridades, da sociedade organizada. Afinal, estamos lidando com seres humanos. Seres humanos carentes de tudo, inclusive de oportunidades de trabalho, pois é tudo o que querem.

"O trabalhador quer um pedaço de terra para plantar e ter seu alimento. As áreas invadidas são indicadas pelos próprios trabalhadores que a partir de uma investigação sobre a situação e produtividade de área invadem por necessidade", ressaltou o dirigente do movimento.



Movimento de Luta pela Terra

"Lutar, conquistar, reforma agrária já".

ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA SENADOR COSTA PINTO, 64 - CARLOS GOMES - CENTRO
FOFIE [REDACTED] SALVADOR - BAHIA

A TARDE ● Quinta-feira ● 15/12/1994

INCRA promete comprar fazendas para sem-terras

O compromisso de atendimento integral às reivindicações feitas pelos sem-terras de Ilhéus pôs fim à ocupação que eles promoveram durante um dia e meio nos corredores do gabinete da superintendência regional do INCRA, na Pituba. O superintendente regional do órgão, Afrísio Vieira Lima, garantiu que até amanhã a tentativa de compra das três fazendas em questão será efetuada — Santa Maria, Conceição e Pingo de Ouro, na BR-415, num total de 400 hectares — e que só depende da boa vontade dos proprietários para a concretização do negócio, que deve girar em torno de R\$1 milhão. "A partir daí o assentamento dessas 100 famílias estará garantido", disse Afrísio Vieira Lima.

No saldo desse acordo, os sem-terras levaram 800 metros de lona plástica para reerguer os barracos que foram destruídos nesse último despejo. Enquanto aguardam os acontecimentos, eles também serão beneficiados com a distribuição de cestas básicas, que deverá começar, segundo o superintendente regional do INCRA, a partir da próxima segunda-feira, durante 15 dias. Uma comissão formada por três integrantes do Movimento Luta pela Terra (MLT), que está coordenando o movimento, acompanhará todo o processo.

ATO PÚBLICO

Num ato público realizado ontem



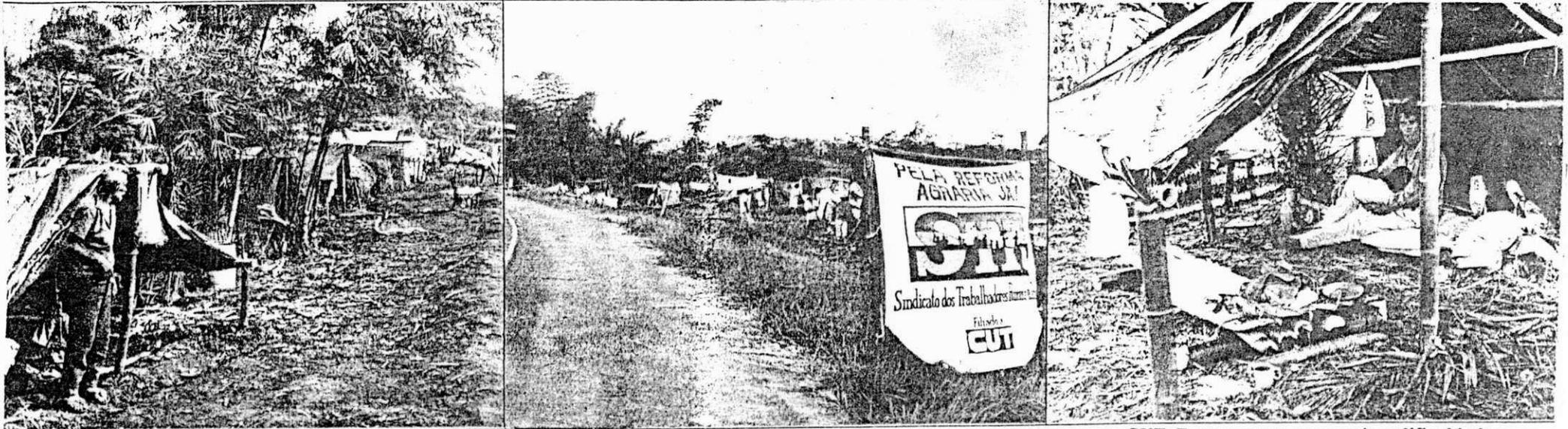
Foto: Carlos Santana

Os trabalhadores fizeram a manifestação para reforçar pedido

à tarde em frente à sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag), cerca de 60 trabalhadores rurais reforçaram a reivindicação de reassentamento nas terras das fazendas Santa Maria e Conceição, em Ilhéus. Os manifestantes — desempregados do setor caqueiro e passando sérias privações —, representam 100 famílias que há nove meses estão acampadas nas margens da BA-415, após expulsão das fazendas por policiais civis.

A primeira ocupação das terras pe-

los trabalhadores ocorreu no dia 4 de março/89, desde então aconteceram 13 despejos. A última expulsão aconteceu dia 8 passado, quando homens, mulheres e crianças foram espancados por policiais civis de Ilhéus, conforme relato dos trabalhadores. Eles vieram a Salvador exigir do INCRA a compra das fazendas Santa Maria e Conceição, situadas em Ilhéus, compromisso assumido pelo presidente nacional do órgão, Marcos Lins, durante audiência realizada com os trabalhadores rurais, em Brasília, em julho passado.



Trabalhadores sem-terra foram expulsos da Fazenda Bela Vista e resolveram acampar às margens da BA-415 e, apesar do apoio da CUT, Fetag, passam por muitas dificuldades.

Sem-terra passam fome na BA-415

onde ficaram acampados desde que foram expulsos, pela terceira vez, da Fazenda Bela Vista, há 20 dias. Cerca de 250 famílias de trabalhadores rurais estão vivendo em barracas improvisadas de lona, plástico e papelão. Entre os sem-terra existem dezenas de crianças, inclusive um bebê, que nasceu há 15 dias, num parto realizado à beira da estrada.

A decisão de permanecerem acampados foi tomada depois que os invasores tentaram ocupar a Fazenda Bela Vista pela terceira vez e, novamente, foram

retirados do local através de uma determinação da Justiça. Eles decidiram ficar na beira da estrada até que o Incra dê uma definição sobre a desapropriação da fazenda, considerada pelos sem-terra como área improdutiva, o que é negado pelos proprietários.

Fome e frio – Nos últimos dias começou a faltar comida no acampamento e a alimentação, obtida com a ajuda de entidades assistenciais e de sindicatos, está sendo racionada. Com a chegada, mesmo que tímida, do inverno, as pessoas estão passando frio, já

que não existem agasalhos e cobertores. Apesar disso, os invasores estão dispostos a permanecer às margens da BA-415 até que a situação deles seja resolvida. O trabalhador rural desempregado Evaldo Barreto diz que só quer "um pedaço de terra pra plantar e poder dar comida para meus filhos. Só não posso é ficar na cidade, morando em barracos e vendo as crianças se transformarem em marginais".

O diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag –, Edson Pimenta, está a-

companhando os sem-terra no acampamento. Segundo ele, "o Incra já está avaliando a possibilidade de desapropriar a fazenda, tanto que os técnicos estiveram aqui e devem dar uma definição brevemente". Para Edson, é importante que "os trabalhadores resistam para conseguirem um pedaço de terra".

Resistir parece ser a palavra de ordem do Movimento dos Sem-Terra, um organismo que nasceu da Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, e que hoje segue uma linha própria de con-

dução, espalhando seus tentáculos por todo o país. As invasões de terra são planejadas minuciosamente e os acampamentos à beira de estrada seguem um organograma pré-estabelecido, que prevê resistências de até um ano. O MST abomina a palavra "invasão". Prefere o termo "ocupação".

De acordo com dados publicados pela revista Veja, na edição número 1342, existem atualmente 16 mil e 700 famílias de sem-terra acampadas em beira de estrada ou em áreas ainda não desapropriadas.

Região do cacau agora é capital da miséria no sul

Uma (Da Sucursal Sul da Bahia)
 O cacau não é mais o mesmo. Ficou evidenciado pelo fato de que, aqui, uma das capitais da região, Ilhéus, soma mais de 15,9 mil habitantes, o que pode ser debitado apenas aos quase 10 anos de existência no setor, em função de problemas climáticos, baixos preços e da queda da vassoura-de-bruxa, além de problemas adicionais, como a concentração de renda e mesmo a profunda dicotomia que existiu aqui na história, ou seja, gente vivendo em situação de miséria absoluta convivendo com pessoas com padrão de renda do Primeiro Mundo. A crise social também se reflete na própria violência urbana, o que é evidenciado pelo delegado regional do Ludovico, ao observar que o número de favelas tem crescido devido à constante migração de pessoas do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida e trabalho, o que não acontece efetivamente.

MISÉRIA

Deje a situação de miséria absorveriu para incluir uma das mais importantes cidades do sul da Bahia no Programa Comunidade Solidária. O programa importante propõe a criação de um núcleo social do município, com ações voltadas para a distribuição de leite para carentes, projetos específicos de saúde, distribuição de alimentos, assentamentos e outras nas áreas de saneamento, merenda escolar e de serviços sociais. Em termos práticos, as ações foram anunciadas formalmente pelo município, mas, enquanto não se inicia o esforço assistencial, Itabuna tem sido há dois anos o núcleo de apoio da campanha contra a fome e congrega empregados de órgãos públicos empenhados numa luta comunitária em áreas da cidade. Há 10 dias, mais de 100 famílias de trabalhadores sem-terras embarcaram em Itabuna, hoje a capital da miséria regional. Todos vieram em busca de terras e trabalho.

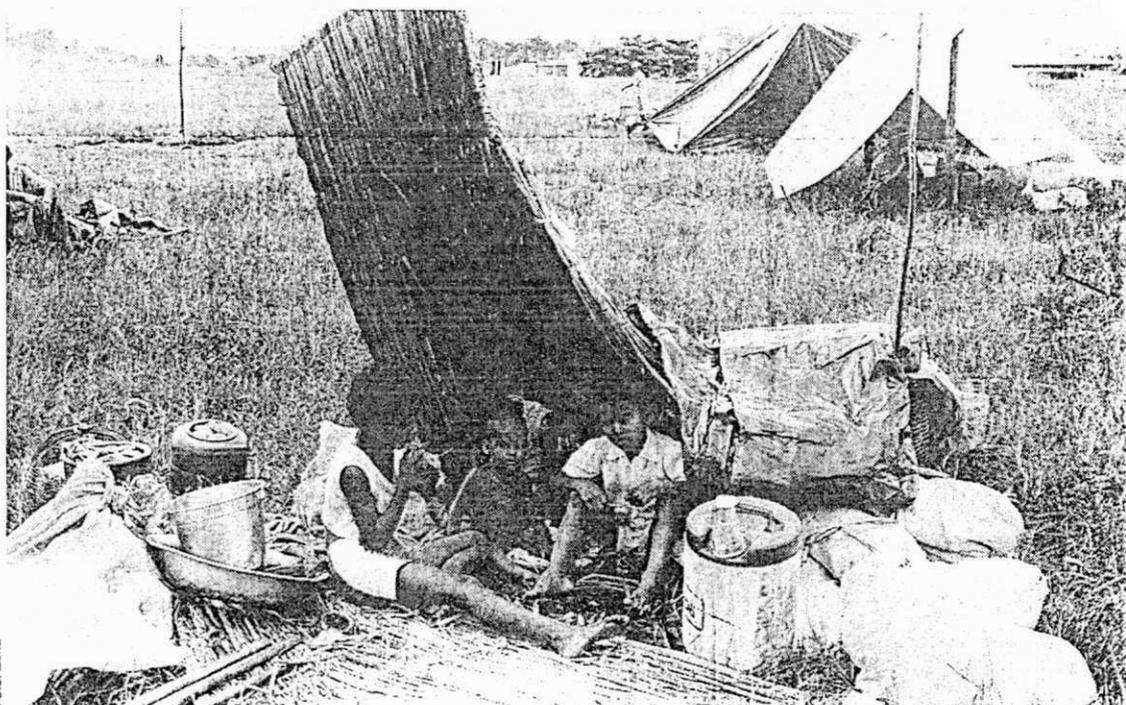


Foto: Zeka

As crianças sofrem, ao lado dos pais, na luta diária pela conquista da terra



Foto: Zeka

Os manifestantes ergueram foices, machados e facões durante a ocupação da terra

Inicialmente, os sem-terras trazidos com o apoio do Movimento de Luta Pela Terra, que tem raízes em outros 17 municípios do sul da Bahia, procuraram se estabelecer no trevo da morte, na confluência da BR-101 e

BR-415, na periferia de Itabuna, mas foram removidos numa ação conjunta da PM e da Polícia Rodoviária Federal, com apoio da prefeitura local.

Os sem-terras fizeram uma passeata na área central da cidade per-

tando foices, facões e enxadas acompanhada com atenção por um forte contingente da PM, que, ao tentar evitar possíveis incidentes na área do comércio, temia a ocupação do centro administrativo municipal. O grupo que gritava palavras de ordem, pedindo terra e pão, reivindicava uma solução por parte do governo para a desapropriação de áreas para reforma agrária no sul da Bahia e ameaçava uma ação armada para o início desta semana que não chegou a acontecer.

Num manifesto distribuído em Itabuna, o MLT informa que ocupações similares foram realizadas neste mês em Itamaraju, Vitória da Conquista, Andaraí e Itabuna, com a movimentação de duas mil famílias. O grupo de líderes do movimento esteve acompanhado por assessores do prefeito de Itabuna explicando que pretende a desapropriação de áreas para reforma agrária. Na terça-feira, o grupo voltou a promover uma outra manifestação pública nas ruas de Itabuna e pretende ocupar novas áreas.

ANEXO 16: Acampamento Conceição



Vista dos Barracos



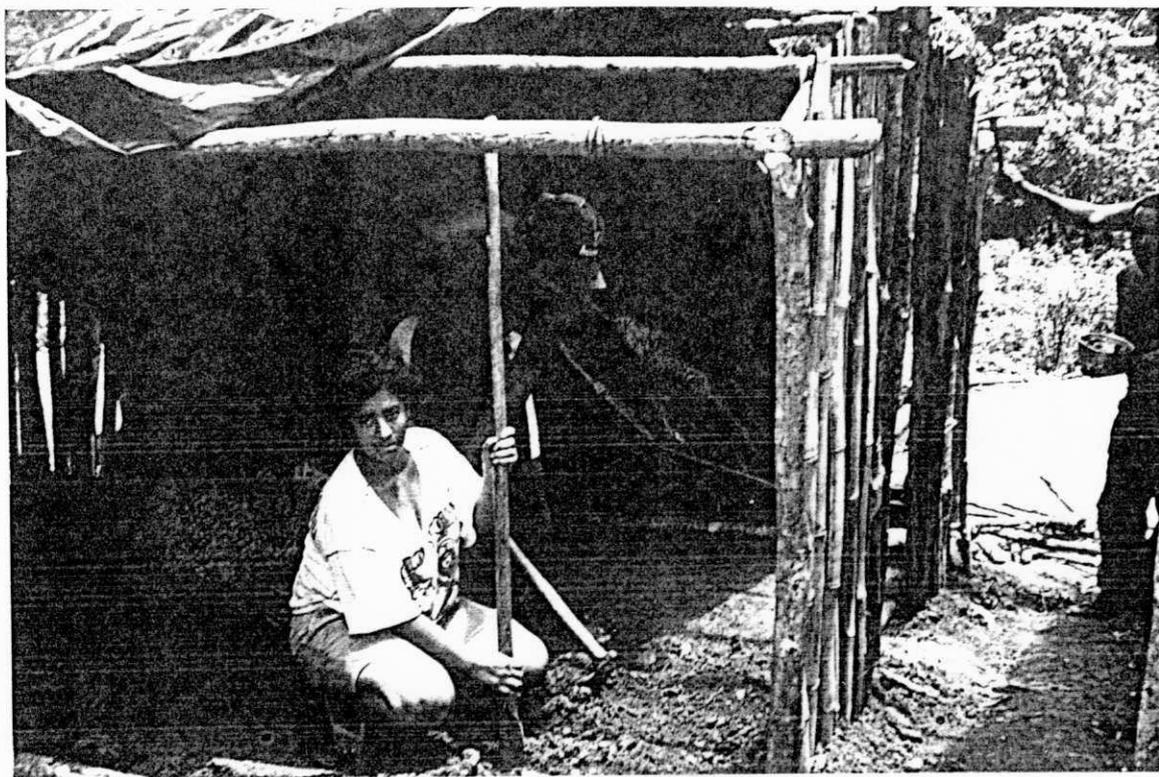
Descanso após Almoço



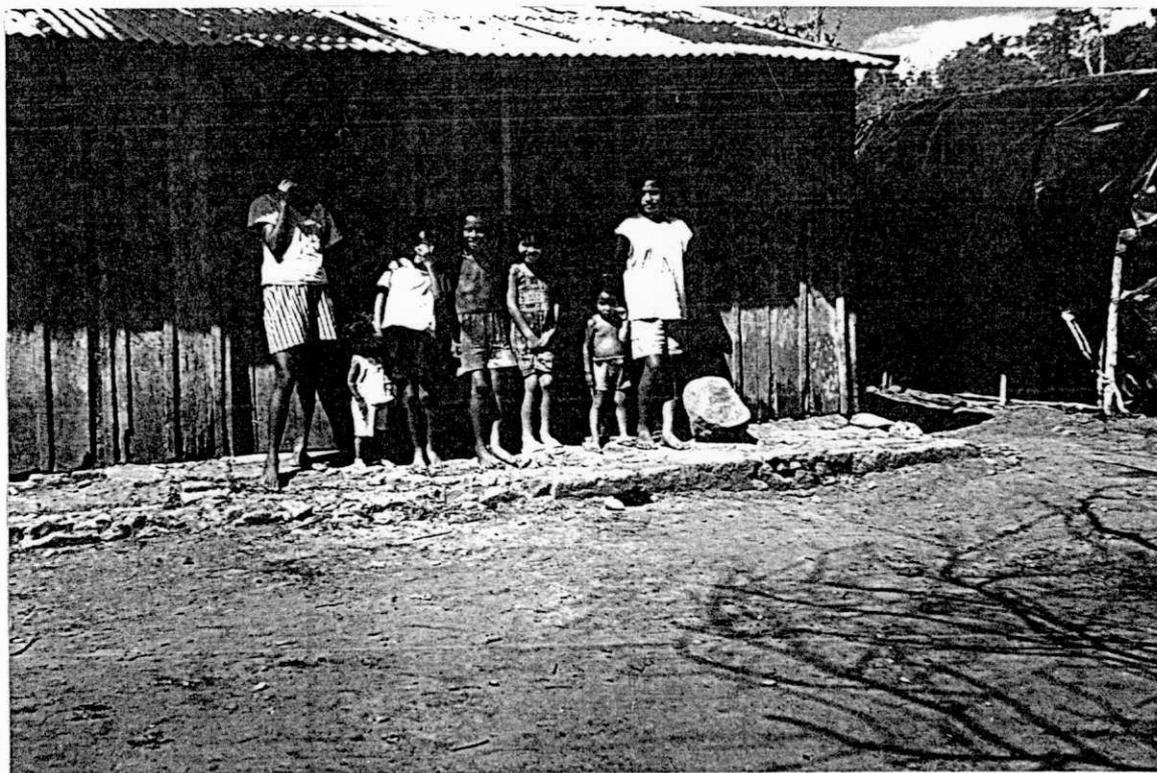
Assembléia Coletiva



Descanso após Almoço



Construção do Barraco



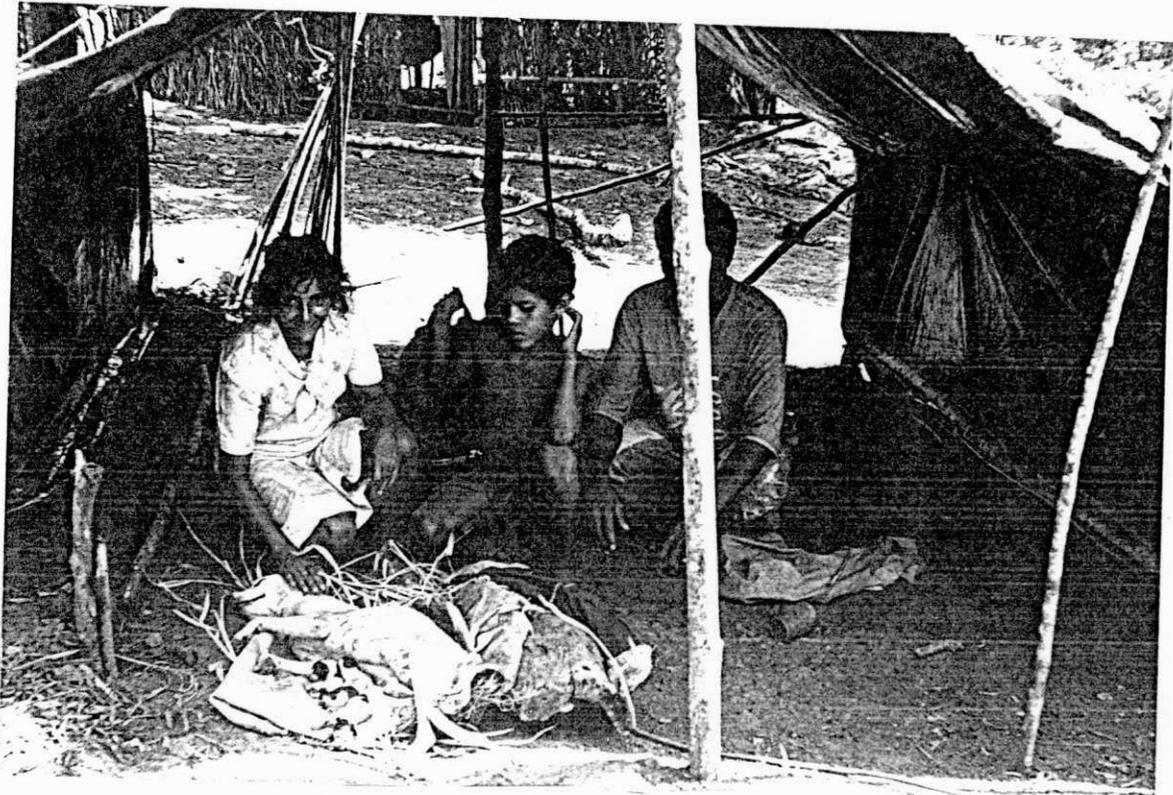
Escola do Acampamento



Cozinha de D. Mariana



Reunião da Comissão do Acampamento



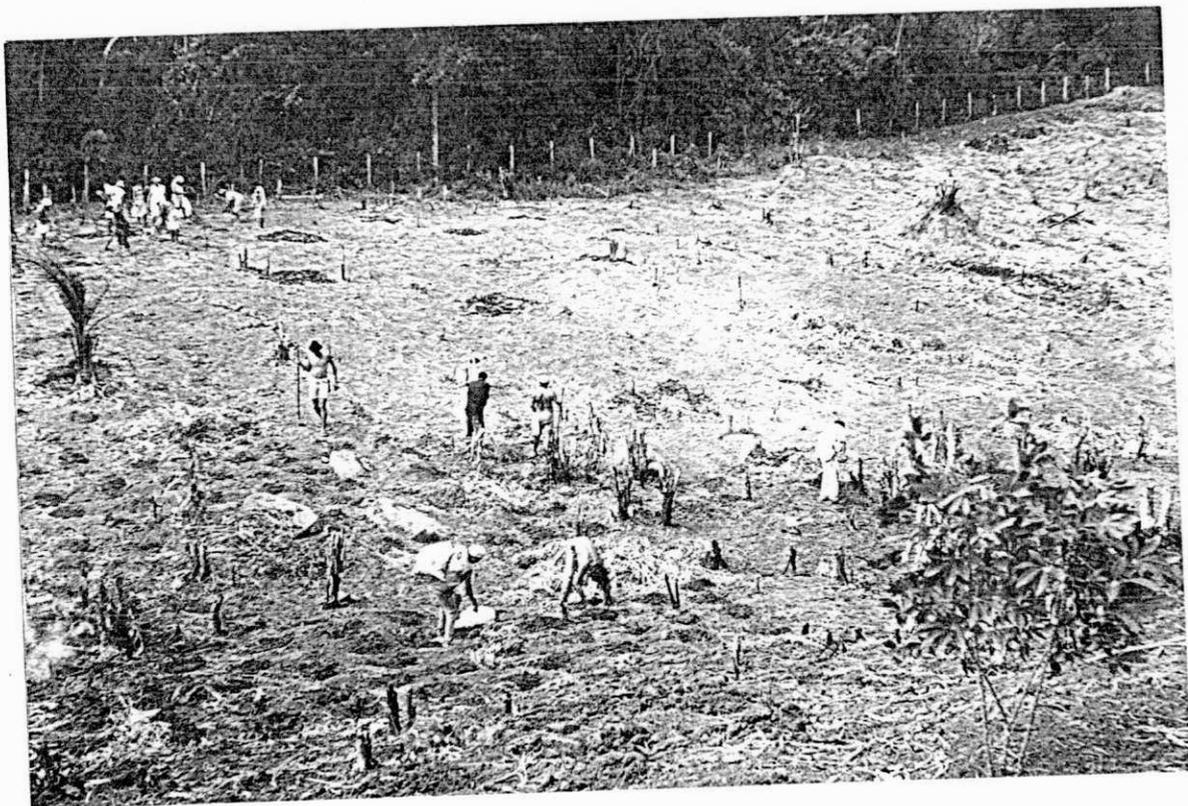
Interior dos Barracos



Entrada dos Barracos



Trabalho Coletivo – Plantação de Mandioca



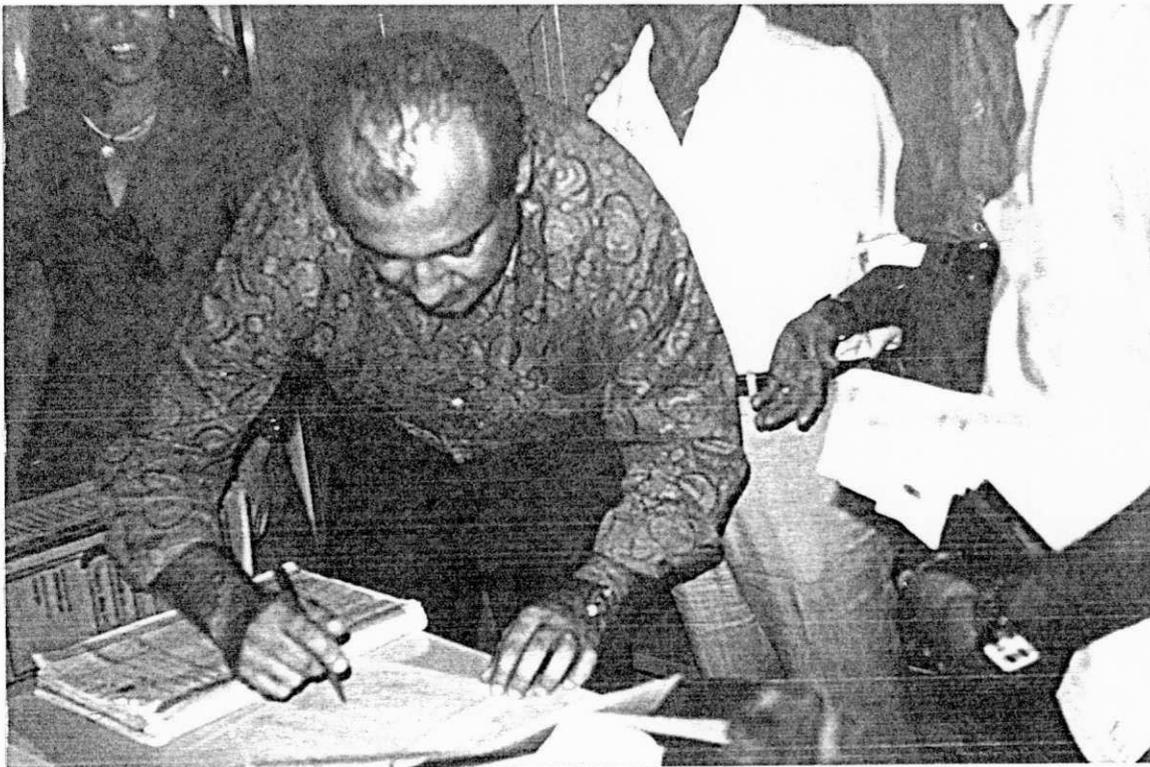


Trabalho Coletivo

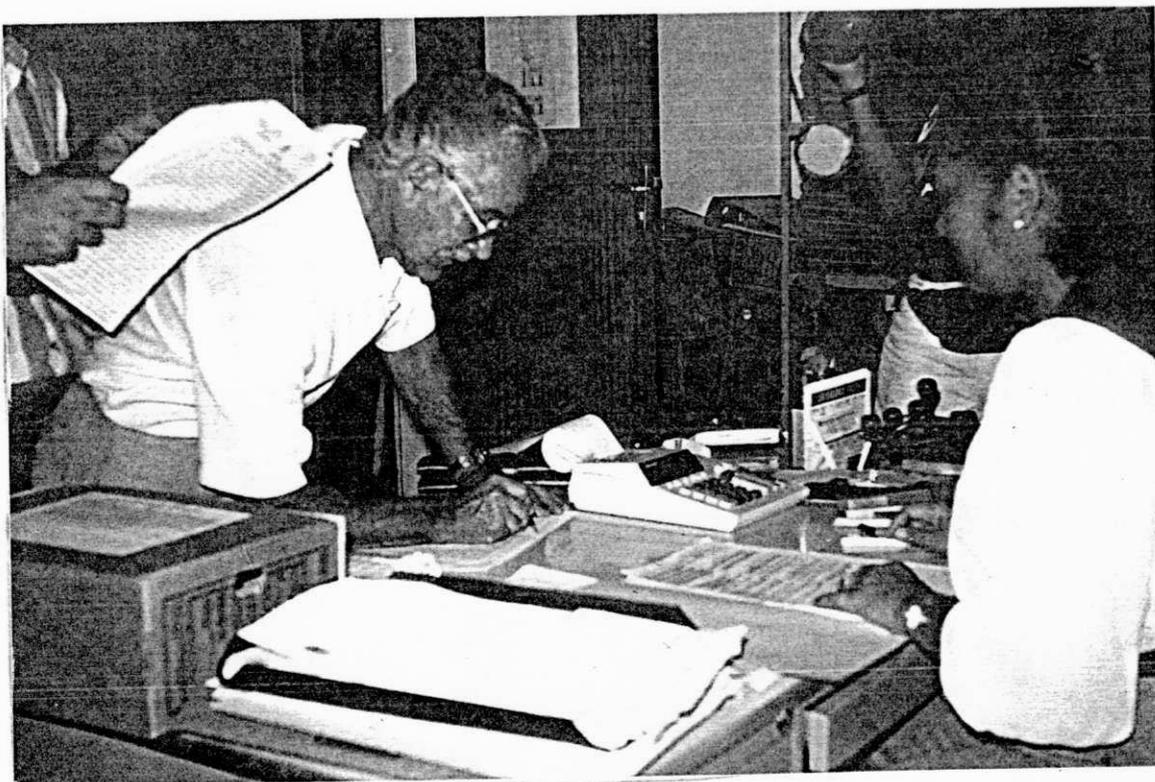


Plantação de Mandioca

ANEXO 17: Assinatura da Escritura de Compra da Fazenda Conceição



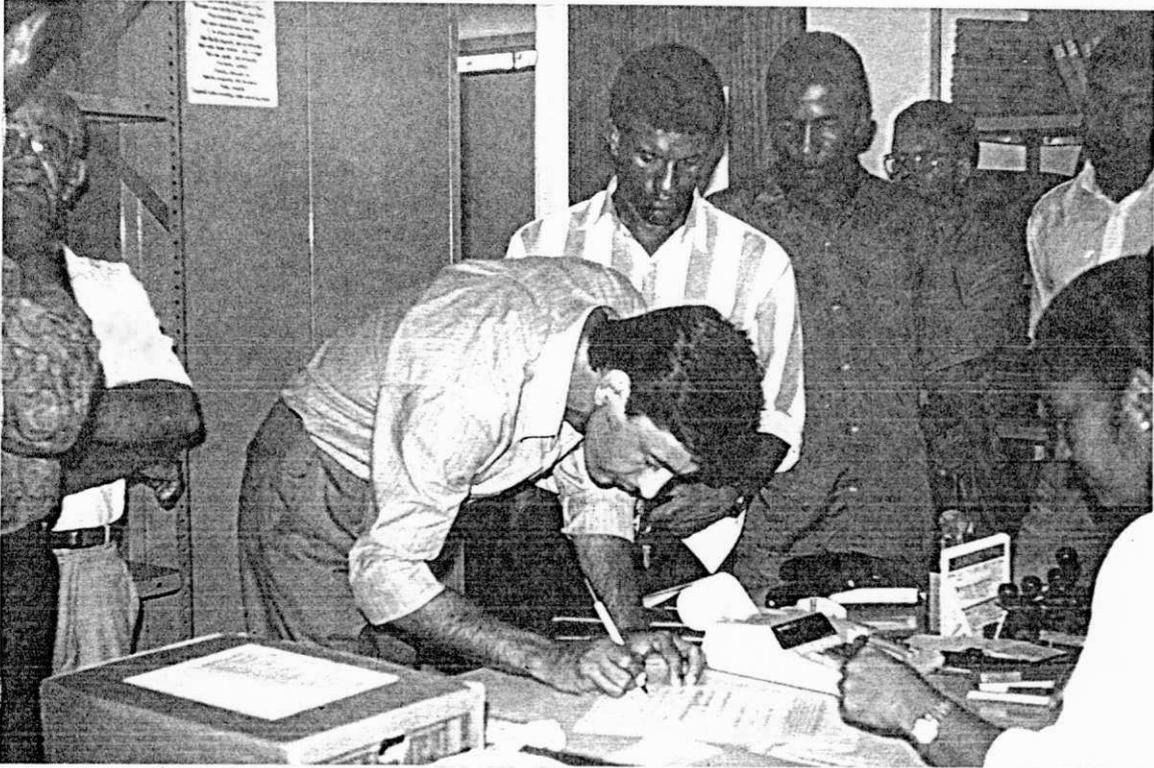
Superintendente do INCRA Assinando a Escritura



Proprietário da Fazenda Aroaldo Mendonça

Local: Cartório de Registro de Imóveis – Fórum de Ilhéus-BA

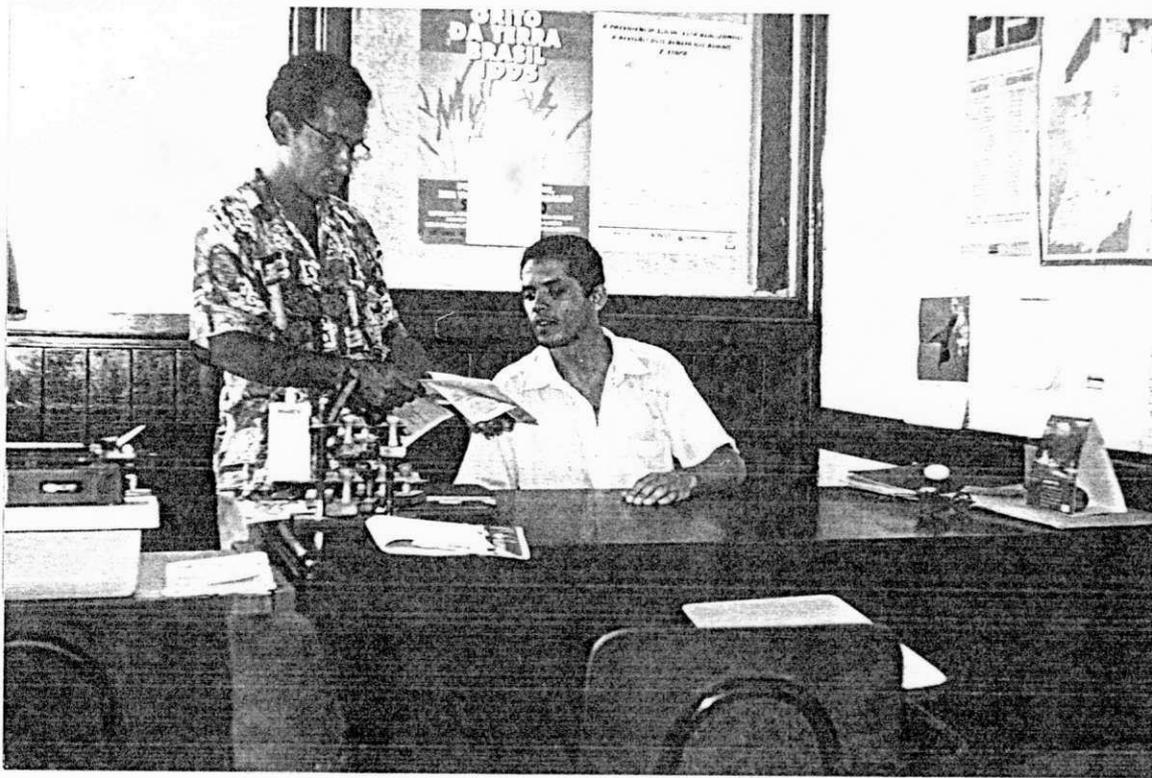
Cartório: Registro de Imóveis – Ilhéus-BA



Presidente da FETAG – Assinatura da Escritura de Compra da Fazenda Conceição



Acampados da Conceição Participando da Passeata dos Excluídos – Itabuna, dezembro de 95



Presidente e Funcionário do STR de Itabuna-BA



Vista Parcial da Cascalheira